

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

**Entre engenhos e canaviais: Senhoras do açúcar em Itu
(1780-1830)**

Joseph Cesar Ferreira de Almeida

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

São Paulo

2008

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

***Entre engenhos e canaviais: Senhoras do açúcar em Itu
(1780-1830)***

Joseph Cesar Ferreira de Almeida

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

São Paulo

2008

*Aos meus avos Jayme, Antonio e Ana
(In Memoriam)*

SUMÁRIO

Agradecimentos	P 5
Resumo	P 7
Abstract	P 8
Índice de Quadros e Gráficos	P 9
Introdução	P 11
Capítulo I: Historiografia e contexto: História das Mulheres e de Itu colonial	
1.1	Possibilidades da História das Mulheres P 17
1.2	A formação da economia mercantil paulista, séculos XVIII e XIX P 27
1.3	Lavoura canavieira e população P 37
Capítulo II: Mulheres e negócios: o papel feminino na dinâmica econômica	
2.1	Formas de aquisição e manutenção de engenhos por mulheres P 44
2.2	A produção de açúcar P 52
2.3	O comércio em uma vila açucareira P 58
Capítulo III: Patrimônio e Partilha: perfis femininos	
3.1	Riqueza e posição social P 75
3.2	Posse de escravos P 94
3.3	Transmissão de bens P 103
Considerações finais	P 111
Fontes e Bibliografia	P 114
Anexo - Índice dos Registros de Notas de Itu (1784-1830)	

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao apoio valioso de Eni de Mesquita Samara em minha orientação desde a graduação, por me incentivar a todo momento no difícil percurso dessa dissertação, por ampliar os meus conhecimentos sobre a História das Mulheres e da produção de uma pesquisa científica.

Aos professores Vera Lucia Amaral Ferlini e Carlos de Almeida Prado Bacellar pelas críticas e indicações bibliográficas na qualificação.

À professora Vera também pelas aulas tanto na graduação quanto na pós.

Ainda ao professor Carlos Bacellar pelas conversas teóricas durante as suas idas ao Museu Republicano de Itu

Ao historiador Paulo Eduardo Teixeira pelas dicas e apoio durante as minhas pesquisas.

À professora Esmeralda B. Blanco de Moura, pelo apoio constante e a professora Beth Salum pelas dicas gramaticais na formatação do texto.

Agradeço ao CNPq por ter financiado essa pesquisa com uma bolsa de mestrado.

Aos funcionários do Departamento de História, do CEDHAL, em especial à Cida, e Vilma, do Museu Paulista.

Inúmeros foram os amigos da graduação e da pós que me auxiliaram, mas não poderia deixar de prestar o meu agradecimento a André Felix, Clarissa Seixas, Claudia Marques, Hernam, Madalena Marques Dias, Breno, Igor Lima, Leandro Câmara, Marie Felice, Nadia Beyeler, Patricia Gomes, Regiane Augusto, José Weyne, Vanessa Bivar e Sônia Troitiño.

Aos colegas da Graduação Rafael Borges, Klaus e Fernando Almeida.

Contei ainda com o enorme apoio do meu grande amigo Marcelo Cerdan e sua esposa Maria pela ajuda imensa na revisão final do texto.

Agradeço pelo incentivo moral e paciência a todos os funcionários do Museu Republicano "CONVENÇÃO DE ITU", que me ajudaram durante toda a minha pesquisa em seu acervo documental.

Um agradecimento muito especial a Anicleide Zequini, por ter me apoiado e ensinado muito nos momentos que passei no arquivo do Museu Republicano.

A bibliotecária Maria Cristina Monteiro Tasca pela paciência, simpatia e atenção durante toda a minha pesquisa.

Ao professor Jonas Soares de Souza pelas conversas muito produtivas e renovadoras no Museu Republicano.

Ao pessoal do curso de Teatro pelos hilários ensaios de sexta à noite.

Ao apoio financeiro e intelectual de meus pais, Augusto Cesar Guerrero de Almeida e Adélia Ferreira de Almeida, sem o qual este trabalho nunca existiria.

Ao meu irmão Thomas por me mostrar o lado divertido da vida.

E a minha eterna namorada Carla Sofia, por estar sempre ao meu lado, principalmente, nos períodos mais perturbadores. Sem esquecer de sua mãe, Armanda que me acolheu em sua casa.

RESUMO

Este mestrado tem por objetivo o estudo sobre a atuação das Senhoras do Açúcar, que poderiam ser tanto proprietárias quanto as esposas de donos de engenhos, em Itu do final do século XVIII a meados do século XIX. A documentação escolhida reúne inventários, testamentos, mapas com relações de engenhos, recenseamento dos bens rústicos e registros de notas de imóveis, cujas informações permitiram obter dados para uma análise bastante ampla do tema em pauta.

A pesquisa insere-se no campo de estudos relativos à História das Mulheres, voltando-se para a análise das distinções e semelhanças entre aquelas do período e a sua situação específica neste contexto histórico. O trabalho, no entanto, não se limita apenas à uma História das Mulheres na economia canavieira de Itu, mas busca, sobretudo, uma oportunidade de dialogar com a historiografia brasileira sobre temas mais abrangentes, como a própria formação econômica de São Paulo.

Palavras chaves: mulheres – engenhos – Itu - séculos XVIII e XIX - economia

Abstract

This work has for objective the study on the performance of the sugar Ladies who could be proprietors or wives of owners of sugar mill in the city of Itu in the late XVIII or middle XIX. The chosen documentation congregates inventories, testaments, maps with relations of sugar mills, census of the rustic goods and registers of properties, whose information had allowed to get data for a sufficiently ample and complete analysis of the subject in guideline.

The research is inserted in the field of studies of the History of the Women, turning itself to the analysis of the distinctions and similarities between those of the period and its specific situation in this historical context. The work, however, does not limit only to a History of the Women in the sugar economy of Itu, but it searches an opportunity to dialogue with the Brazilian historiography in reference of more including subjects, as the proper economic formation of São Paulo.

Keywords: women- sugar mill - Itu - century XVIII and XIX - economy

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Divisão da quantidade de propriedades rurais registradas	45
Quadro 2: Divisão dos engenhos adquiridos por compra ou herança	46
Quadro 3: Divisão dos engenhos adquiridos por compra ou herança (homens)	46
Quadro 4: Participação por gênero na produção de açúcar	56
Quadro 5: Média de produção dos escravos	56
Quadro 6: Divisão por Assunto (Coleção de Livro de Notas)	60
Quadro 7: Imóveis negociados	62
Quadro 8: Divisão de imóveis negociados por mulheres	63
Quadro 9: Total de negócios com engenho feito por mulheres	63
Quadro 10: Negócios com escravo feito por mulheres	70
Quadro 11: Procurações feitas por mulheres	72
Quadro 12: Total de inventários	76
Quadro 13: Inventários de mulheres com engenho	76
Quadro 14: Inventários de mulheres com engenho, a partir do seu estado conjugal	77
Quadro 15: Total de testamentos	80
Quadro: 16 Total de testamentos de mulheres	80
Quadro: 17 Valores do monte-mor das mulheres casadas	81
Quadro: 18 Valores do monte-mor das mulheres viúvas	82
Quadro: 19 Valores do monte menor das mulheres casadas	84
Quadro: 20 Valores do monte menor das mulheres viúvas	84
Quadro: 21 Valores totais dos animais das mulheres casadas	87
Quadro: 22 Valores totais dos animais das mulheres viúvas	87
Quadro: 23 Valores totais dos estoques das mulheres casadas	89
Quadro: 24 Valores totais dos estoques das mulheres viúvas	89
Quadro: 25 Valores totais de ferramentas das mulheres casadas	91
Quadro: 26 Valores totais de ferramentas das mulheres viúvas	91
Quadro: 27 Valores totais dos metais das mulheres casadas	93
Quadro: 28 Valores totais dos metais das mulheres viúvas	93
Quadro: 29 Quantidade de escravos das mulheres casadas	95
Quadro: 30 Quantidade de escravos das mulheres viúvas	95
Quadro: 31 Divisão da quantidade de escravos	96

	10
Quadro: 32 Valores totais dos escravos das mulheres casadas	98
Quadro: 33 Valores totais dos escravos das mulheres viúvas	98
Quadro: 34 Divisão da quantidade, gênero, famílias, profissões dos escravos das mulheres casadas	101
Quadro: 35 Divisão da quantidade, gênero, famílias, profissões dos escravos das mulheres viúvas	101
Quadro: 36 Valores dos bens de raiz e engenhos das mulheres casadas	103
Quadro: 37 Valores dos bens de raiz e engenhos das mulheres viúvas	104
Gráfico 1: Total de Proprietários por ano e gênero	53
Gráfico 2: Média de arroba de açúcar por gênero	54

INTRODUÇÃO

Este mestrado tem por objetivo o estudo das mulheres proprietárias de engenhos, as quais no título foram denominadas “Senhoras do Açúcar”, pois o termo abrange tanto as esposas quanto as proprietárias de engenhos¹, em Itu entre os anos de 1780 e 1830. A pesquisa procurou, principalmente, verificar as possibilidades de ações dessas mulheres na dinâmica econômica paulista no momento da ascensão da produção açucareira. Para tanto, faz parte deste trabalho a pesquisa sobre o seu perfil, a administração e preservação do seu patrimônio².

A expansão das exportações de açúcar paulista, a partir do final do século XVIII, possibilitou o emprego crescente de mão-de-obra cativa e unidades produção cada vez maiores³. Dessa forma, os donos de engenho por consequência também tinham o controle de uma grande quantidade de terras e escravos em relação a outros produtores, o que lhes delegava um enorme prestígio social na época. O desenvolvimento da lavoura canavieira era um dos fatores para o crescimento de uma população cada vez mais estratificada em São Paulo.

Dentro desse processo histórico, tanto as mulheres proprietárias de engenho quanto as esposas dos donos tinham grande importância na manutenção dessa economia canavieira.

A pesquisa sobre as mulheres em Itu insere-se no campo de estudos relativos à História das Mulheres, voltando-se para a análise das distinções e semelhanças entre as mulheres do período e a sua situação neste contexto histórico. Com isto, pretende-se trazer para o campo específico de uma localidade, no caso Itu⁴, esta abordagem, ou seja, a participação feminina nessa dinâmica econômica, durante o período em que a cana-de-açúcar representava a maior fonte de renda dos paulistas⁵.

A escolha da vila de Itu para realização da pesquisa justifica-se pelo fato dessa região estar situada num lugar considerado na época, o principal pólo produtor de açúcar de São Paulo, representando cerca de 40% da produção total no final do século XVIII. Ao passar dos anos, este número vai diminuindo devido ao desmembramento contínuo da vila para o surgimento de outras,

¹ Mulheres que possuem engenhos discriminados nas fontes documentais utilizadas no trabalho.

² O patrimônio era constituído por objetos, benfeitorias e escravos com seus valores descritos na documentação estudada.

³ Luna, Francisco Vidal e Klein, Hebert S. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2005. P.82

⁴ Vila que posteriormente torna-se cidade da Capitania e Província de São Paulo.

⁵ Petrone, Maria Thereza Schore Petrone. *A lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)*. Difusão Européia do Livro. São Paulo. P.7

como por exemplo, Piracicaba em 1823. Entretanto, em 1830, a produção de açúcar em Itu ainda continuava alta, representando cerca de 20% do total produzido pela Província de São Paulo⁶. Ressalte-se ainda que há um importante acervo documental da localidade escolhida neste período.

Optou-se pelo corte temporal, de 1780 a 1830, por abranger o período de ascensão e estabelecimento de uma economia agrária, exportadora e mercantil. Esse momento também possibilita o entrecruzamento de várias fontes primárias utilizadas nesta pesquisa, como os Inventários da Comarca de Itu (1780-1830)⁷, os Registros de Notas (1784-1830)⁸, os Mapas dos engenhos de Itu (1793-1798)⁹ e o recenseamento dos Bens Rústicos de Itu 1818¹⁰, que permite a uma ampla análise do tema em pauta.

Os inventários e os registros de notas correspondem às fontes cartorárias e englobam um conjunto de documentos produzidos pelo Notário ou Tabelião, pessoa responsável por lavrar os atos e contratos que exigem forma e autenticidade legais e públicas.

Os processos de inventários, por sua vez, eram feitos por quem tivesse bens (móveis, imóveis e escravos). Iniciados pela família ou, na falta desta, pelo juiz de órfãos quando havia filhos menores, neles poderiam constar diversos outros processos tais como: discordância quanto à avaliação; explicações sobre vendas de bens anteriores, de dívidas, de doações entre outros; processos judiciais movidos contra o falecido ou seus herdeiros; disputa pelos órfãos e outros problemas relativos à avaliação e partilha dos pagamentos de dívidas. Nos inventários também se encontram diversos dados relativos aos preços de mercadorias, à vida material e à distribuição de riqueza, de grande importância para o nosso trabalho.

As fontes arroladas estão alocadas na Documentação Histórica do Museu Republicano “Convenção de Itu”-MP-USP. São partes do conjunto documental pertencente ao Fundo do Primeiro Ofício da Comarca de Itu. No total, foram reunidos para o trabalho 323 inventários correspondentes ao período de 1780 a 1830. Nesse conjunto as mulheres representam 117, ou seja, 36,22% do total. A partir dessa série foi elaborado um banco de dados reunindo os dois gêneros de proprietários de engenhos, sendo 24 mulheres e também 24 homens.

Desse corpo documental foram levantadas as seguintes informações: nome do inventariado e inventariante, estado conjugal, herdeiros, valor dos bens de raiz; valor total dos bens ou monte

⁶ Luna, Francisco Vidal e Klein, op. cit. 2005, P. 62.

⁷ Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu” MP-USP inventários MSS 1780-1830.

⁸ Coleção de Livro de Notas MSS, 1794- 1830. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu” e Arquivo Municipal de Itu, Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830.

⁹ Projeto Resgate São Paulo, “Mapas dos engenhos de Assucar que existem na vila de Ytu desde de 1793 até o anno de 1798. Projeto resgate São Paulo”, Documento 67, CD-Rom. 1999.

¹⁰ DAESP, Nº ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818. In: Almeida, Leandro Antonio “Senhores de Terras da vila de Itu” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 9 – P 79 mimeo.

mor, valor líquido dos bens ou monte menor, número e valor dos escravos, valor dos animais, estoques, objetos, metais e dívidas.

Na outra fonte cartorial usada, os “Registros de Notas de Itu”, a pesquisa focalizou-se nos negócios envolvendo as Senhoras do Açúcar. Ao todo são 14 livros, abrangendo os anos de 1784 a 1830 e contendo 1.430 registros de negócios. É importante observar que embora existam falhas em sua série, constituem-se uma das poucas fontes documentais, que possibilitam o levantamento da dinâmica de mercado de Itu e região neste período.

Devido aos livros pertencerem a duas instituições: Museu Republicano “Convenção de Itu” e Arquivo Municipal de Itu, os registros dos negócios descritos nos livros de notas foram agrupados respeitando cada um dos arquivos. As informações obtidas foram organizadas obedecendo as seguintes diretrizes: nome do outorgante (vendedor, doador, cobrador e declarante), nome do outorgado (comprador, receptor, entre outros), tipo de registro e fólio do registro.

Além das fontes cartoriais, a pesquisa também utilizou fontes de base censitária: como os “Mapas dos engenhos de Assucar que existem na villa de Ytu desde o anno de 1793 até o anno de 1798” e o “Tombamento dos bens rústicos de Itu para o ano de 1818”, no intuito de verificar em outro tipo de fonte, informações sobre os engenhos pertencentes às mulheres no período.

Os Mapas dos Engenhos de Itu abrangem a gestão dos governadores Bernardo José de Lorena (1788-1797) e Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802). Os Mapas usados na pesquisa foram produzidos pelo “Projeto Resgate São Paulo” e estão disponíveis em CD-Rom. Por meio dessas informações foi feito um banco de dados de todos os 103 proprietários de engenhos listados nos mapas, contendo os nomes dos proprietários, o número de escravos e a produtividade anual dos engenhos, possibilitando a comparação entre os engenhos de propriedade masculina e feminina ao longo dos anos.

O período de 1793 a 1798, como já afirmado, corresponde ao estabelecimento em São Paulo de uma economia açucareira de exportação o que resultou em uma radical reestruturação com mudanças no tamanho das propriedades, intensificação do trabalho escravo e maior comercialização dos produtos. Conforme informam em seu trabalho de Luna e Klein, o principal motivo do crescimento ituano foi a alta dos preços internacionais do açúcar, devido ao colapso da produção haitiana em 1791, e o crescimento da economia açucareira no Rio de Janeiro, que criaram uma demanda em constante expansão para produção regional do Sudeste suplantando o nordeste como área de produção de açúcar no Brasil.¹¹

¹¹ Luna, Francisco Vidal e Klein, Hebert, op. cit. 2005. P 57

Para o período posterior, a fase inicial de implantação da economia açucareira de exportação, foram usados como fonte censitária o “Tombamento dos bens rústicos de Itu em 1818”¹². Nessa fase, o lucro produzido pela própria agroindústria do açúcar da primeira fase possibilitou a melhora das instalações dos engenhos e, por conseqüência, um aumento da produção.

O Tombamento dos bens rústicos de 1818 fornece dados sobre a quantidade de engenhos, das lavouras, o número de escravos e a forma de aquisição da propriedade. No banco de dados dessa documentação foram privilegiadas as informações relativas aos proprietários de engenhos.

A utilização de documentos cartoriais e censitários como fontes, contribuiu para a ampliação do entendimento dos temas relativos ao patrimônio e a atuação das Senhoras do açúcar dentro do universo da lavoura canavieira de São Paulo.

Além disso, por meio da formatação do banco de dados foi possível obtermos importantes informações sobre o modo de vida das mulheres proprietárias, vida material, estado conjugal, animais, bens de raiz, suas escravarias e sua influência no patrimônio, negócios e herança.

O tratamento das informações levantadas pelos bancos de dados foi feito a partir de técnicas estatísticas e métodos quantitativos de análises. Para tanto, foi necessário à confecção de tabelas e gráficos feitos com auxílio do aplicativo Excel, sendo as documentações divididas em ordem cronológicas, por gênero e estado conjugal, no intuito de facilitar análises comparativas e históricas. Além disso, foram feitos estudos qualitativos de documentos, como os registros de notas e inventários.

A partir da quantificação de dados como instrumento de análise histórica foi possível o aprofundamento dos assuntos, como a comparação entre as práticas e ações de negócios, envolvendo mulheres e homens proprietários de engenho; contrapor as ações de mulheres para preservação e administração de patrimônio nos documentos com as Leis civis vigentes na época; a análise do perfil do patrimônio das próprias mulheres e também com homens donos de engenhos; e verificar as formas de aquisição e produtividade de engenhos entre homens e mulheres.

Outras documentações de época como os Maços de População e relatos de viajantes aparecem de forma complementar por meio da utilização de estudos historiográficos sobre São Paulo e a lavoura canavieira do período¹³.

¹² Baseado na Listagem feita por Leandro Antonio de Almeida e publicada na Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000.

¹³ Entre eles Eni de Mesquita Samara em *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2005, Maria Thereza Schorer Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo Expansão e declínio (1765- 1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1968, e Francisco Vidal Lunae Hebert Klein *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2005.

No primeiro capítulo será analisada a historiografia sobre a História das Mulheres e a participação feminina no desenvolvimento econômico paulista durante os séculos XVIII e XIX. Paralelamente será focalizada a relação da vida material e feminina, para o entendimento da complexidade do universo das mulheres da época e região. Também estará presente a discussão sobre o papel das mulheres das camadas mais ricas na sociedade do período, com o objetivo de verificar a imagem de mulher ociosa e submissa construída pela historiografia tradicional.

Nesse mesmo capítulo, será feito um estudo historiográfico sobre a Capitania e, posteriormente, Província de São Paulo no final do século XVIII e início do XIX, buscando, por meio da contextualização histórica, compreender a formação das estruturas que darão suporte ao desenvolvimento e estabelecimento de uma economia agrária de exportação do açúcar. Estarão relacionadas, além dos dados relativos à economia açucareira, informações referentes à população e a administração governamental paulista da época. Após essa contextualização, o estudo se aprofundará no entendimento do desenvolvimento dessa mesma economia açucareira e sua atuação em Itu durante os anos pesquisados.

O segundo capítulo focaliza-se nas ações das Senhoras do Açúcar em diversas áreas da sociedade, como a justiça civil e a economia. Serão desenvolvidas algumas questões: Como as mulheres proprietárias adquiriam os seus engenhos? De que modos aconteciam as disputas pelo controle dos bens após a morte do marido? Qual era a produtividade dos engenhos administrados por mulheres? Como eram realizados os negócios das mulheres na região?

Com o auxílio de documentos como, Livros de Notas, Mapas dos engenhos e Bens Rústicos, elaborados enquanto essas Senhoras ainda estavam vivas, busca-se entender a importância dessas mulheres na economia canavieira ituana.

No último capítulo serão analisados os inventários das Senhoras do Açúcar: quanto ao estado conjugal e a constituição do seu patrimônio e também, as transmissões dos engenhos pela herança das proprietárias de engenho viúvas.

Assim, com base na pesquisa quantitativa e qualitativa de fontes primárias, como documentos cartoriais e recenseamentos, essa pesquisa poderá contribuir para um panorama aproximado de entendimento da participação das mulheres proprietárias de engenho numa região que estava na vanguarda da produção açucareira paulista no final do século XVIII e início do XIX.

Além disso, poderemos ter uma percepção das dificuldades e soluções encontradas por essas mulheres para administrar e preservar um patrimônio tão valorizado como o engenho. Portanto, o trabalho não se resume apenas à história das Senhoras do Açúcar em Itu durante os anos de 1780 a 1830, mas sim da própria economia e da sociedade paulista nesse período.

Capítulo I

Historiografia e contexto: História das Mulheres e de Itu colonial

1.1 Possibilidades da História das Mulheres

O surgimento de estudos vinculados à História das Mulheres possibilitou a formação de novas áreas de conhecimento, favorecendo outras abordagens dos acontecimentos históricos, e a utilização de uma diversidade de fontes como testamentos, inventários, documentos eclesiásticos, literatura, cartas e legislações. A partir dessas análises as mulheres passaram a ganhar mais espaço na história.

No entanto, isso se deve ao movimento iniciado na década de 1970, que foi influenciado pela entrada maciça das mulheres na academia e no mercado de trabalho, conjuntamente com as pressões do movimento feminista¹⁴.

A preocupação em criar o "fato histórico" com a inclusão das mulheres nos processos em curso, está muito presente nos autores desse período. Um exemplo é o trabalho de Ann Oakley, "Woman's work, the housewife, Past and Present", que demonstrar que o termo "dona de casa", não é apenas sinônimo de esposa, mas de um trabalho doméstico não pago¹⁵.

No Brasil, os primeiros estudos sobre a temática feminina na sociedade surgidos no início dos anos 70, geralmente identificavam a mulher como produto das determinações econômicas e sociais, dando pouca atenção à representatividade da mulher como sujeito histórico atuante, um exemplo é o trabalho de Heleieth Saffioti¹⁶.

Todavia, só a partir dos anos 80 apareceram trabalhos preocupados com as formas de inserção das mulheres na vida social. Um dos primeiros trabalhos voltados para essa nova vertente foi o de Maria Odila Leite da Silva Dias, "Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX"¹⁷, publicado em 1984, no qual, a autora analisa documentos, como maços de população, processos de divórcios, inventários e autos de crimes.

Por meio dessas documentações a autora abrange em sua análise, dois planos distintos de identificação do perfil social das mulheres livres e pobres, mostrando de um

¹⁴ Ver Scott, Joan. *História das mulheres*. In: Burke, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

¹⁵ Samara, Eni de Mesquita. *Mão de obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho do século XIX*. In: *As idéias e os números do gênero*. Hucitec-Cedhal-Vitae, São Paulo. 1996. P.25

¹⁶ Saffioti, H. A. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969. In: Rago As mulheres na historiografia Brasileira.

¹⁷ Dias, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, 2ª ed Brasiliense. São Paulo, 1995

lado o discurso oficial e as normas prescritas no sistema de dominação e de outro, o cotidiano das mediações dos papéis sociais continuamente improvisados¹⁸.

A própria estrutura do meio urbano possibilitava às mulheres mais pobres sobreviverem por meio de trabalhos informais e improvisados, contrastando com o sistema patriarcal brasileiro que criava inúmeros obstáculos ao trabalho feminino fora de casa.

Dessa forma, a autora consegue dar destaque aos:

“papéis históricos de mulheres das classes oprimidas, livres, escravas e forras, no processo global de tensões e conflitos, que compõem a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder”¹⁹.

Um pouco mais tarde, já no final da década de 80, no campo da demografia histórica, evidencia-se o estudo de Eni de Mesquita Samara, “As mulheres, o poder e a família. São Paulo século XIX”²⁰. A autora é uma das primeiras pesquisadoras a aplicar nos estudos da História de São Paulo os métodos do grupo de Cambridge, que propuseram um modelo de classificação e comparação de formas de domicílio, procurando verificar a existência da família nuclear em períodos anteriores à industrialização.

Com base nesse modelo, Samara traça um perfil do ambiente doméstico, da organização da família, do papel da mulher na família, no casamento e divórcio e as estratégias familiares de acumulação e transmissão de riqueza, utilizando como fonte os maços de população, testamentos, processos de divórcios e nulidade de casamento. A autora alerta para a necessidade de limitar a aplicação do modelo de família patriarcal, difundido por Gilberto Freyre, e transplantado indistintamente para o resto da sociedade brasileira. Além disso, revela os papéis importantes que as mulheres desempenhavam no povoamento, na expansão da fronteira agrícola e na própria economia paulista, pois com a saída dos homens para o sertão, muitas delas tornavam-se responsáveis pelos bens e filhos deixados²¹.

¹⁸ Samara, Eni de Mesquita. *Feminismo, Cidadania e Trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX*. tese de Livre Docência USP. 1994 P 30. apud. Dias, Maria Odila Silva, *Quotidiano e Poder*, São Paulo, Brasiliense, 1984

¹⁹ Dias, op. cit., 1984 P. 12

²⁰ Samara, Eni de Mesquita. *As Mulheres o poder e a família. São Paulo, século XIX*. Ed Marco zero 1989

²¹ Idem, P 105.

Assim, ao utilizar fontes cartorárias como os testamentos, Samara conseguiu ampliar o espaço de pesquisa sobre as mulheres, atendendo tanto aspectos dos estudos femininos quanto da vida material, pois neles são descritos diversos objetos que constituíam o patrimônio da população da época.

Ao aproximar duas categorias de análises (mulheres e cultura material), a autora abriu espaço para o surgimento de um campo vasto de interesses comuns, sem deixar de trazer consigo problemas teóricos de suas áreas de origem, como a autonomia dos universos masculinos e femininos²².

Contudo, mesmo antes de seu trabalho em “As mulheres, o poder e a família. São Paulo século XIX”, Samara já verificava a importância da mulher na economia Paulista em “O papel do agregado na região de Itu. (1780-1830)”²³.

Mais tarde em "Feminismo, Cidadania e Trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX", a autora amplia seus estudos para toda América Latina e reflete que, apesar da existência de um conjunto significativo e diversificado de estudos sobre a condição feminina, ainda são raras as análises sobre as mulheres no contexto do desenvolvimento social e cultural²⁴.

Mesmo assim, segundo a autora, os diversos estudos sobre a temática da História das Mulheres na América Latina conseguiram expor uma série de novas questões para a historiografia. Um exemplo foi a visão da mulher submissa e reclusa baseada no modelo da família patriarcal brasileira do período colonial, que reforçado pela historiografia de algumas décadas atrás, permaneceram representativos em nossa cultura²⁵.

Assim, as imagens estereotipadas de mulheres que viviam apenas na ociosidade ou confinadas ao âmbito doméstico, cederam lugar às histórias de vida de outras mulheres, antes formalmente sem história²⁶.

Dentro desse contexto, Samara expõe que a recuperação da história da participação política das mulheres, seus espaços e seus papéis, é um exercício à que se dedicaram inúmeros pesquisadores “Saindo das salas de visitas, vasculhando os arquivos e desvendando os segredos dos sótãos, o objetivo foi sempre o de documentar,

²² Carvalho, Vânia Carneiro, *Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica*. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material Vol. 8/9. Museu Paulista-USP. São Paulo, 2003.P 318.

²³ Samara, Eni de Mesquita. *O papel do agregado na região de Itu. (1780-1830)*. Coleção Museu Paulista, Série História vol.6, Edição do Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP, São paulo 1977

²⁴ Samara, op. cit., 1994, P. 36.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem.

ou de comprovar que é possível fazer a História das Mulheres sob múltiplas facetas.”

E por isso, os contornos são vários e é praticamente impossível analisá-los no seu conjunto completo. Ainda existem lacunas, indagações e caminhos a percorrer, especialmente no que tange a rede de poder e as estratégias desenvolvidas pelas mulheres na ordem paternalista da sociedade latino-americana²⁷.

Entretanto, no caso das mulheres mais pobres, a necessidade de sobrevivência, principalmente nas áreas urbanas do Brasil durante o período colonial e imperial, fez com que as mulheres recorressem a papéis improvisados fora das normas da época, levando os estudiosos a repensarem o sistema patriarcal, a rígida divisão de tarefas e incumbências entre os sexos. Diversas fontes primárias do período mostram mulheres participando nos considerados espaços masculinos por convenção, demonstrando a distância existente entre as práticas e a norma social²⁸, desde os tempos coloniais:

“As mulheres das camadas populares, vivendo na escravidão ou em liberdade, negras, mulatas e brancas estavam nas ruas trabalhando e lutando pela sobrevivência econômica. Assim, as suas memórias e histórias de vida podem ser resgatadas através das atividades cotidianas e dos papéis informais, onde instalavam-se conflito e confrontação com os poderes instituídos”²⁹.

Em contrapartida, as mulheres de posses, que em sua maioria ficavam circunscritas às suas aspirações de casamento e filhos, eram submetidas inicialmente à tutela do pai, e depois a do marido e, por conseqüência, estavam menos expostas às relações ilícitas e, naturalmente, mais aptas para desempenhar um papel tradicional e restrito. Enquanto isso, as mulheres mais pobres, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual.

“Suas relações se desenvolviam, portanto, dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente as dificuldades econômicas e de raça, contrariando o ideal vigente, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade e nem a posição privilegiada do sexo oposto”³⁰.

²⁷ Samara, op. cit., 1994, P. 33

²⁸ Idem. P. 42.

²⁹ Ibidem. P. 36.

³⁰ Ibidem. P. 35.

Dentro desse contexto cultural, a autora explica que, por tradição e costume, nas uniões legítimas, a divisão de incumbências entre os sexos, pelo menos na aparência, colocava o poder de decisão formal nas mãos do homem como provedor da mulher e dos filhos. Para a mulher restava o bom desempenho do governo doméstico e a assistência moral à família, fortalecendo os seus laços. Ambos preenchiam papéis de igual importância, mas desiguais no teor da responsabilidade³¹.

Seguindo a mesma linha de questionamento sobre a existência, ou não, do modelo de submissão e reclusão feminina, Charles Boxer informa que, em áreas de colonização ibérica, as mulheres foram poderosas e valentes envolvendo-se diretamente nos combates quando necessário³². Além dele, Muriel Nazzari ressalta que as mulheres latino-americanas estavam à frente do gerenciamento de diversos negócios e, por vezes, possuíam mais direitos do que as anglo-saxônicas³³.

No mesmo estudo, Muriel Nazzari mostra que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o poder da família extensa entrou em decadência e a família conjugal tornou-se mais importante. E assim, o casamento transformou-se de uma relação de propriedade em um relacionamento reconhecido como “amor”, cujos esteios econômicos já não eram explicitados. Logo, os matrimônios deixaram de ser arranjados e passaram a ser escolhidos pelos próprios noivos³⁴.

Dessa forma, uma vez capazes de ganhar a vida sem possuir os meios de produção, os homens do século XIX, mesmo os das camadas dominantes, não precisavam mais se casar para receber estes meios através do dote de suas futuras esposas³⁵, levando a mulher a perder espaço dentro da unidade familiar, pois o dote não era mais tão importante. No entanto, segundo a autora essas transformações aconteceram de maneira gradual e complexa, de tal modo que tanto as características antigas quanto as novas coexistiram num dado momento.

Em contraposição a Muriel Nazzari, Alida Metcalf ao analisar a questão do de dotes na Vila de Santana de Parnaíba no século XVIII, informa que, em muitos casos,

³¹ Samara, op. cit., 1994., P 29

³² Idem. apud. Boxer, Charles, *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

³³ Nazzari, Muriel *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil 1600-1900*, trad de Lólio Lourenço de Oliveira. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.

³⁴ Idem, P. 24.

³⁵ Ibidem.

os dotes recebidos ficavam sob o controle dos maridos³⁶, o que, de certa forma, minimizava o poder da mulher na família.

Continuando na temática do casamento no período colonial, Júnia Furtado mostra que os matrimônios do período colonial eram assuntos de família e visavam à construção de alianças que promovessem social e economicamente os envolvidos, levando em conta "motivos outros que os interesses pessoais dos participantes" daí serem denominados "casamentos de razão". "Assim, os sentimentos que deveriam unir os cônjuges eram principalmente a amizade e o respeito". O amor neste período não era condição necessária ao casamento e dele estava totalmente dissociado, por não constituir o espaço para a realização das paixões³⁷.

Contudo, o principal objetivo da autora nesse estudo foi mostrar que o casamento poderia ser uma alternativa para as mulheres pobres ascenderem socialmente na colônia. Partindo da biografia de Chica da Silva, a autora informa, que durante o período colonial, existiram mulheres forras que conseguiram ascender-se socialmente, mesmo carregando a marca que a condição de parda e forra impunha para elas e seus descendentes.

No caso de Chica a inserção social decorrente do relacionamento com o Contratador dos diamantes, João Fernandes de Oliveira, foi um exemplo de como as mulheres forras poderiam, durante o período colonial, acumular bens. Além disso, elas transitavam entre as irmandades que se constituíram, independentemente da cor dos membros que essas entidades pretendiam congregar e também tornaram-se senhoras de escravos, imitando padrões de comportamento da camada dominante³⁸.

Em outro estudo sobre a História das Mulheres em Minas Gerais durante o século XVIII, Luciano Figueiredo constata uma significativa participação das mulheres nas práticas sociais e na economia. Ao contrário do que sempre pareceu constituir submissão e passividade, outrora havia marcas da presença feminina na história do Brasil³⁹.

O autor ainda vai além e informa que as mulheres mineiras do período colonial

³⁶ Metcalf, Alida. *Mulheres e propriedade: filhas, esposas e viúvas em Santana de Parnaíba no século XVIII*. Revista da SBPH, São Paulo, n.5, 1989/1990

³⁷ Furtado, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes- O outro lado do mito*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2003. utilizando os trabalhos de Sílvia M. J. Brügger. Valores e vivências matrimoniais. 1995, P 38 Morton Hunt. The natural history of love. 1960 Jean-Louis Flandrin. Família: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.

³⁸ Idem, P 284

³⁹ Figueiredo, Luciano. *Mulheres nas Minas Gerais, In: História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. Contexto, São Paulo 2004 P 185

não diferiam significativamente das mulheres de outras regiões como São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste, uma vez que, nessas regiões existiram mulheres que enfrentaram normas dominantes, preconceitos, perseguições da Igreja ou da administração colonial, para forjar um caminho de participação social e econômica possível⁴⁰.

Contudo, para Figueiredo, até o aparecimento de estudos voltados à condição feminina no período colonial, a mulher ainda aparecia na historiografia junto ao índio preguiçoso, ao escravo negro e submisso e à família extensiva e patriarcal, transformada como esses em um verdadeiro axioma.

Em decorrência disso, a imagem da mulher era relacionada à subordinação essencialmente sexual das negras e mulatas, libertas pobres e escravas ou à acomodação das mulheres brancas de elite econômica e racial no interior da casa-grande, retratada por Gilberto Freire⁴¹.

Essa visão conservadora da mulher na Colônia e no Império baseava-se, principalmente, nos relatos dos viajantes e cronistas do período, que acabaram por reforçar as interpretações históricas da suposta família patriarcal brasileira, válida em todos os tempos e espaços do nosso passado social. Dentro dessa perspectiva, as mulheres raramente escapavam de serem vistas em papéis coadjuvantes, submissas aos domínios do proprietário, do pai ou marido⁴².

Apesar de os estudos sobre o papel feminino ter se desenvolvido muito nestes últimos anos, esse avanço esteve mais focado às mulheres das camadas pobres, em detrimento das mulheres mais ricas que aparecem apenas de forma genérica. Por conseqüência, a visão mais recorrente sobre elas ainda é a baseada nos relatos dos viajantes estrangeiros, que as viam como mulheres ociosas e submissas, sem levar em consideração as diversas hierarquias sociais e situações que poderiam ocorrer com uma mulher abastada.

Nesse sentido, Maria Beatriz Nizza da Silva⁴³ indica que, numa sociedade baseada no trabalho escravo como a brasileira da época, não haveria quase diferença entre a ociosidade das mulheres e a dos homens, pois o conceito de trabalho tinha especificidades próprias, como por exemplo, a gestão do patrimônio.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Figueiredo, op. cit., .P. 25

⁴² Idem.

⁴³ Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Mulheres Brancas no fim do período colonial*. Ed. Unicamp Cadernos pagu (4) 1995 , P 76.

Como exemplo a autora informa que as mulheres casadas com proprietários de engenho, também podiam exercer funções importantes como representante do marido nos negócios comerciais ou como administradora dos bens do casal. O que contraria a visão da historiografia anterior aos anos 70, baseada, sobretudo, nos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX, como exemplo, Victor Athanase Gedrin e Adele Toussaint-Samson, que viam a mulher pertencente à camada dominante como ociosa⁴⁴. Em outro estudo Samara complementa Nizza da Silva ao dizer:

“Se a mulher geria seus bens, administrava os seus engenhos, supervisionava feitores e capatazes, ou se tinha à responsabilidade de um estabelecimento mercantil por morte do marido, estas atividades devem ser encaradas como trabalho do mesmo modo que o são quando era o homem a desempenhá-la.”⁴⁵

Já Paulo Eduardo Teixeira⁴⁶, em seu trabalho sobre Campinas entre 1765 a 1850, mostra a importância da chefia feminina de domicílios dentro do povoamento da Capitania de São Paulo em uma região de expansão da cultura agro-exportadora de açúcar.

A partir da análise de censos populacionais, o autor define as proprietárias de engenhos de Campinas como “viúvas provenientes de uma elite branca e proprietária de escravos e terras, e com a morte do marido assumiam suas funções”, que em muitos casos não apenas mantiveram a herança dos seus maridos como também souberam administrar e acumular precioso capital⁴⁷.

Além disso, o autor informa sobre um predomínio de proprietárias de engenho naturais da Vila de Itu, como reflexo da falta de terras para o estabelecimento de novas unidades de fabricação do açúcar nessa Vila, ocasionando uma migração para Campinas e outras novas frentes de trabalho que se formavam⁴⁸.

Sobre as Senhoras de Engenhos de Itu, Samara, ao analisar os recenseamentos desta Vila, revela que na sociedade ituana do final do século XVIII e início do XIX, apesar de a força de trabalho estar baseada no elemento masculino, encontram-se um

⁴⁴ Nizza da Silva, op. cit., P. 76.

⁴⁵ Samara, op. cit., 1994 P 77

⁴⁶ Teixeira, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Editora Unicamp. Campinas. 2004.

⁴⁷ Idem P. 213.

⁴⁸ Ibidem. P. 212.

número significativo dessas mulheres que, com a ajuda de seus agregados e escravos, dirigiam propriedades, negócios e viviam das rendas de um ofício ou serviço⁴⁹.

Na parte relativa à presença de chefias femininas em regiões agro-exportadoras de açúcar, a autora revela que isso amplia a percepção da presença de mulheres em fronteiras agrícolas, pois os primeiros estudos historiográficos entendiam-na como “fenômeno” característico das áreas em decadência com forte emigração masculina⁵⁰.

Dessa maneira, apesar de algumas mulheres da época viverem na ociosidade e reclusão do lar, como relatam os viajantes dos séculos XIX, outras documentações, como os censos analisados por Samara, mostram uma gama diversa e importante de funções exercidas pelas mulheres das camadas mais ricas das regiões canavieiras de São Paulo nas últimas décadas dos séculos XVIII e primeiras do XIX⁵¹.

Dentro da perspectiva de buscar nas documentações do período dados sobre as proprietárias de engenhos da época, foi necessária a esta pesquisa a utilização de documentos cartoriais e censitários como fonte de entendimento de questões relativas ao patrimônio e ações dessas mulheres, dentro do universo da lavoura canavieira. Pensando na sociedade de época e em não restringir o campo de estudo, optou-se por utilizar o termo "Senhoras do Açúcar", pois ele abrange tanto as proprietárias como as esposas de proprietários de engenho.

Além disso, esta pesquisa procurou entender quais os principais mecanismos que as Senhoras do Açúcar utilizavam para ocupar espaços na sociedade considerados essencialmente masculinos, como a administração de engenhos. Para tanto, foram verificados como as mulheres adquiriam os seus engenhos, a produção deles, os negócios realizados pelas proprietárias e, finalmente, como eram constituídos o patrimônio delas e sua transmissão.

Contudo, este estudo ao inserir-se na perspectiva História das Mulheres não pode ser visto como um exemplo isolado de outras análises historiográficas, pois, segundo Samara, é impossível separar a História das Mulheres da própria História, “sob pena de enfatizarmos apenas estereótipos e arquétipos que não contemplam os diferentes modos de vida de mulheres dos mais variados segmentos étnicos e sociais”⁵².

⁴⁹ Samara, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2005. P. 167.

⁵⁰ Samara, Eni de Mesquita In: Prefácio de Teixeira, Paulo Eduardo, op cit., P. 14

⁵¹ Samara op. cit, 2005.

⁵² Samara, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru, SP: Edusc, 2003. P 58

Assim, o trabalho não se limitou a uma História das Mulheres na economia canavieira de Itu, mas buscou uma oportunidade de dialogar com a historiografia brasileira sobre temas mais abrangentes, como a História da Família e própria formação econômica de São Paulo.

E dentro do contexto da história econômica de São Paulo, o período de formação da economia canavieira também foi foco de importantes debates como veremos no próximo item.

1.2 A formação da economia mercantil paulista, séculos XVIII e XIX

A historiografia sobre o desenvolvimento de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, tem sido bastante debatida nos últimos tempos devido à contestação de historiadores sobre a pobreza e isolamento paulista do restante da colônia nessa época.

Estudos mais recentes apontam que da metade final do século XVIII até o início do século XIX, a Capitania e, posteriormente, Província de São Paulo passou de uma mercantilização incipiente, com um comércio inicial de escravos africanos, a uma mercantilização mais madura. Com uma grande inserção de escravos africanos e aumento populacional, devido à decadência do ouro nas Minas e ao aumento do comércio com o porto do Rio de Janeiro.

Contudo, boa parte da historiografia até metade do século XX relacionava São Paulo do fim do período colonial ao isolamento, por sua pobreza de gêneros exportáveis em comparação à riqueza e ao progresso nordestino, principalmente, após a edição em 1937 de “*Historia econômica do Brasil*”, de Roberto Simonsen⁵³. Outros autores, como Aroldo de Azevedo, praticamente buscavam compensar a pobreza interna paulista pelo enaltecimento do sertanista corajoso que, em busca de índios e metais preciosos, promovia a expansão territorial e, assim, participava da unidade nacional⁵⁴.

Como informa Ilana Blaj, a partir dos fins do século XIX até o início do XX na historiografia sobre São Paulo:

“Percebe-se uma glorificação da História Paulista e das virtudes de sua população, como a coragem e independência, pela as quais descobriram os caminhos para o ouro e promoveram a integração regional, sempre lutando contra o meio hostil sem qualquer tipo de apoio governamental.”⁵⁵.

⁵³ Blaj, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial. (1681-1721)*. Ed. Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, São Paulo, 2002. P 44. apud. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil (1500/1820)*; a obra por nós consultada refere-se à 8ª edição, publicada em 1978 pela Companhia Editora Nacional.

⁵⁴ Idem, P 41, apud. Aroldo de Azevedo, *São Paulo: da vila quinhentista à metrópole*. Boletim Paulista de Geografia, n. 39, P. 13.

⁵⁵ Ibidem, P. 44.

Essa mesma historiografia coloca como marco inicial para o desenvolvimento de São Paulo as medidas administrativas introduzidas por Morgado de Mateus em 1765⁵⁶.

Todavia, em sentido contrário, estudos mais recentes, como de John Monteiro, mostram que,

“como no restante Brasil colonial, o desenvolvimento da agricultura comercial e da escravidão moldaram os contornos mais amplos da organização social nesta região [São Paulo] no século XVII [...] a sociedade local e a economia repousavam em um sistema escravista bem articulado e em unidades produtivas orientadas para o comércio”⁵⁷.

Além disso, o autor ainda critica a eterna comparação de São Paulo colonial com as áreas nordestinas afirmando que:

“A comparação da riqueza produzida pela economia regional de São Vicente àquela produzida nas zonas açucareiras, sendo estas plenamente integradas ao circuito comercial do Atlântico, revela apenas um lado da história. Ao mesmo tempo, nos contextos local e regional, a experiência da agricultura comercial teve um papel fundamental na formação das estruturas que definiam São Paulo colonial e do mundo que os paulistas criaram”⁵⁸.

Em uma abordagem baseada nas relações entre a elite local e a metrópole portuguesa, Pablo Oller Month Serrat atenta para o fato de que, para formar e consolidar a produção açucareira paulista voltada para o mercado externo, os governadores, enquanto agentes da Coroa portuguesa, dependeram de uma camada dominante colonial com riqueza acumulada capaz de promover o empreendimento⁵⁹.

⁵⁶ Blaj, Ilana, op. cit.. P. 44

⁵⁷ Idem.P. 118 apud. John M. Monteiro, *São Paulo in the seventeenth century: economy and society*.P. IV

⁵⁸ Ibidem, P 119. apud. John M. Monteiro, *Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura no século XVII*, em *História*, n. 7, P 9-10

⁵⁹ Month Serrat, Pablo Oller. *Elite local e governadores gerais: associação e conflito (São Paulo, 1765-1802)*. Anais do III Congresso de Pós-graduação em História Econômica- USP 2006.

A imagem de pobreza e isolamento de São Paulo começa a ser desconstruída a partir das décadas de 1930 e 1940 com os estudos de historiadores como Caio Prado Jr e Sérgio Buarque de Holanda⁶⁰.

Em *Raízes do Brasil, Monções e Caminhos e fronteira*, Sérgio Buarque de Holanda mostra a especificidade da integração de São Paulo com o restante do país. Para o autor, São Paulo a partir de uma cultura material de sobrevivência passara a manter relações comerciais com as demais regiões por meio das entradas, das monções, do comércio de abastecimento das tropas e de firmas comerciais abastecedoras de Minas, de Goiás e Mato Grosso. Com o advento da economia cafeeira atrelou-se ao comércio e aos capitais internacionais que por sua vez impulsionariam a economia para o processo de industrialização⁶¹.

Maria Thereza Schorer Petrone, seguindo a mesma perspectiva de Sergio Buarque de Holanda, informa que São Paulo participava do conjunto do desenvolvimento da economia colonial por meio da exportação da produção canavieira de São Paulo durante os anos de 1765 a 1851, que inicialmente era feito a partir do comércio do porto do Rio de Janeiro passando antes pelo porto de Santos. Com isso, o desenvolvimento da produção do açúcar paulista seria a base da formação para a ascensão da cultura cafeeira⁶².

Sobre o mesmo período, mas sob a ótica da demografia histórica, Maria Luiza Marcílio detecta uma dinamização paulista por meio do comércio interno e das articulações com outras regiões não necessariamente exportadoras. Desta forma, ao contrário de muitos autores que apontam a decadência da capitania no XVIII, a autora chega a conclusão de que houve um forte crescimento demográfico na época⁶³.

Evidenciando as características geográficas de São Paulo, Caio Prado Jr, informa que a região integrava-se ao restante da colônia utilizando-se, principalmente, dos rios e dos caminhos estabelecidos com a busca pelo ouro, que depois passariam a ser as rotas de abastecimento interno. Assim, o papel dos

⁶⁰ Dias, Maria Odila Leite Silva. Prefácio do livro Blaj, Ilana, op.cit. P 12.

⁶¹ Idem.

⁶² Petrone, op. cit. P. 143

⁶³ Marcílio, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista; 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

paulistas era abastecer o comércio interno com gêneros alimentícios que enviavam, principalmente, para o Rio de Janeiro e as Minas Gerais⁶⁴.

Como síntese historiográfica sobre o tema, Ilana Blaj mostra que as mediações do poder local, da dominação social sobre os moradores e escravos, o acirramento dos interesses de exploração mercantil e o modo como a hierarquia social entre os paulistas foi se tornando gradativamente mais rígida e desigual. A autora “desconstrói a velha imagem da autonomia arrogante dos paulistas desafiando o poder da metrópole, como também documenta a aproximação dos interesses de colonos paulistas e de autoridades da Coroa”⁶⁵.

Dessa maneira, a autora evidencia a intensificação de interesses comuns com a metrópole, a partir do acúmulo de fortunas feitas no comércio de abastecimento para as minas e da ascensão social das elites enriquecidas.

Assim, esse comércio de exportação/importação por intermédio de Santos e fornecimento de gêneros para o Rio de Janeiro e Bahia fez São Paulo tornar-se um importante pólo comercial. Conjuntamente a esse processo, a elite paulista sedimentou sua riqueza e seu poder, com isso “o processo de mercantilização não se interrompe, pois ele é intrínseco ao próprio desenvolvimento de São Paulo⁶⁶”.

Dessa forma, foi sob o contexto da crescente ampliação da rede mercantil paulista com o restante da colônia que São Paulo foi separado das Minas Gerais, formando a capitania de São Paulo, no ano de 1720, ficando sob a jurisdição da capital as seguintes vilas: Guaratinguetá, Taubaté, Mogi das Cruzes, Jundiá, Sorocaba, Parati, São Sebastião, São Vicente, Iguape, Laguna, Curitiba, Pindamonhangaba, Jacareí, Parnaíba, Itu, Ubatuba, Santos, Paranaguá, Cananéia, Itanhaém e São Francisco⁶⁷.

Já para Luna e Klein foi o sucesso dos exploradores paulistas e seus aliados aos índios que preparou o terreno para uma grande mudança nessa sociedade durante o século XVIII. O ouro e o comércio recompensaram seus esforços da exploração, e esses recursos foram usados na transformação dessa sociedade mestiça primitiva, baseada no braço indígena, em uma sociedade

⁶⁴ Dias, Maria Odila Leite Silva. Prefácio do livro Blaj, Ilana, op.cit.. P. 12.

⁶⁵ Idem, P. 15

⁶⁶ Ibidem, P. 296

⁶⁷ Luna, Francisco Vidal e Klein, Hebert S. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2005. P. 38

colonial de grande lavoura, baseada na mão-de-obra de escravos negros. A transformação envolveu o desenvolvimento de uma economia de mercado cada vez mais complexa, o crescimento de uma população cada vez mais estratificada e uma fronteira em constante expansão que eliminaria progressivamente as florestas em fins do século XIX⁶⁸.

Segundo esses autores, o crescimento da economia local não foi contínuo. Na década de 1730 abriu-se um novo caminho, mais curto, entre o Rio de Janeiro e as Minas de ouro, passando totalmente ao largo de São Paulo. Além disso, conforme a economia das Minas Gerais crescia também se desenvolvia sua agricultura, o que reduziu a demanda por produtos paulistas. Assim, a perda de autonomia administrativa de São Paulo em 1748 foi, sobretudo, devido à concentração do interesse da Metrópole no complexo Minas Gerais - Rio de Janeiro e o fato de o Caminho Novo não passar por São Paulo.⁶⁹

A região de São Paulo volta a torna-se uma capitania autônoma em 1765 com o aumento do interesse da Coroa portuguesa na expansão da fronteira meridional em direção ao Rio do Prata. Assim, o governador indicado na época Morgado de Mateus (1765-1774) tinha como um dos seus principais objetivos implantar medidas econômicas e administrativas que favorecessem o crescimento comercial, agrícola e populacional, como medida de defesa contra a influência espanhola na região⁷⁰.

Além disso, outro fator preponderante foi o interesse da Metrópole no desenvolvimento da Capitania, que foi o início do esgotamento das zonas auríferas das Minas Gerais, fazendo a coroa procurar novas formas de aumentar as exportações dos produtos brasileiros⁷¹.

Entretanto, as medidas administrativas introduzidas pela Metrópole a partir de 1765 no intuito de desenvolver a produção de gêneros de consumo e de exportação só se tornaram possíveis porque a região já apresentava, no século XVIII, uma demografia extraordinariamente dinâmica e ascendente, sob influência do comércio com regiões de mineração, Rio de Janeiro e Bahia. Apesar de São Paulo produzir açúcar desde o começo de sua colonização, o açúcar paulista só vai adquirir importância a partir da segunda metade do século

⁶⁸ Luna e Klein, op. cit., P.39.

⁶⁹ Idem, P. 40.

⁷⁰ Ibidem, P 41

⁷¹ Ibidem

XVIII devido a obstáculos como transporte e mercado consumidor diminuto, que faziam com que a produção fosse pequena⁷².

Para os autores,

“...o fato do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, ter-se tornado a principal capitania exportadora de açúcar da Colônia significa que existiu uma infra-estrutura regional e conhecimento técnico capaz de ser prontamente empregada nas ricas terras virgens da fronteira paulista, assim que foram abertas à colonização”⁷³.

Com isso, o crescimento do comércio de gêneros alimentícios com as Minas Gerais e o Rio de Janeiro no século XVIII possibilitou o investimento necessário para a expansão da produção paulista de açúcar⁷⁴.

As condições econômicas criadas por esse comércio interno com as áreas mineradoras e o porto do Rio de Janeiro desenvolveram-se ainda mais sob o impulso da intervenção administrativa colonial e também pela introdução da agricultura empresarial da grande lavoura. Por consequência, o crescimento populacional paulista foi expressivo entre os anos de 1780 e 1830.

“Dessa maneira, para dar suporte à agricultura de abastecimento interno e posteriormente a lavoura canavieira de exportação, acelerou-se a introdução de escravos importados, com a decadência de regiões mineradoras, São Paulo recebeu um contingente populacional significativo”⁷⁵.

Com relação à parte administrativa Luna e Klein relatam que nos últimos trinta anos do século XVIII a coroa portuguesa passou a estimular a produção agrícola em São Paulo. Entre os investimentos governamentais inclui-se a limpeza e manutenção de caminhos para o transporte por mulas, criação de áreas de pasto e paradas para descanso dos animais, crucial para a preservação da carga, além da construção de uma estrada pavimentada de Santos a São Paulo atravessando a Serra do Mar, concluída em 1791⁷⁶

⁷² Luna e Klein, op. cit., P 40

⁷³ Idem, P. 17

⁷⁴ Ibidem, P. 16.

⁷⁵ Marcílio, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista; 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000. P 72

⁷⁶ Idem, Luna e Klein.P 50

Portanto, para os autores mesmo antes da crise mundial na produção açucareira resultante da rebelião haitiana em 1791, que paralisou o maior produtor de açúcar do mundo e criou uma situação de potencial crescimento para novos produtores, a região de São Paulo já começara a exportar pequenas quantidades de açúcar de boa qualidade⁷⁷.

Já para Petrone, outro fator que ajudou no desenvolvimento da cultura canavieira foi o fácil acesso as terras, pois

“A obtenção de terras, mesmo nas áreas mais povoadas, era ainda bastante fácil, pois continuavam a existir inúmeras terras devolutas. Essas Sesmarias e sua subdivisão, por venda ou herança, deram origem à maioria das fazendas de cana organizadas em São Paulo”⁷⁸.

As terras adquiridas a baixo custo e instalações modestas permitiram ao agricultor paulista tornar-se um senhor de engenho. O agricultor de mantimentos conseguiu fazer pequenas economias, as quais puderam permitir o início da agroindústria do açúcar⁷⁹.

A pouca complexidade dos engenhos paulistas tinha relação com as técnicas agrícolas primitivas empregadas na fazenda de cana, pois mesmo quando a lavoura canavieira alcançou seu maior desenvolvimento, as mesmas técnicas atrasadas e primitivas continuaram: derrubada, queimada e cultivo da terra, sem nenhuma preocupação com melhorias para aumentar o rendimento, que só foi permitido devido ao custo baixo das terras. “O crescimento da produção do açúcar, portanto, deve-se ao aumento da área cultivada e da população agrícola, mas muito pouco ao aperfeiçoamento dos métodos de cultivo”⁸⁰.

Apesar dessas técnicas primitivas de cultivo, o açúcar nos fins do século XVIII já era o principal produto de exportação da capitania, que foi crescendo gradativamente devido ao aumento da procura do açúcar brasileiro pelo mercado europeu. Por conseqüência, o número de engenhos, que em 1798 era de 483, já no ano seguinte sobe para 574. Esse aumento mostra como a situação da

⁷⁷ Luna e Klein, op. cit., P. 50.

⁷⁸ Petrone, op. cit., P. 21.

⁷⁹ Idem, P. 58

⁸⁰ Ibidem, P. 85

agricultura, principalmente a da cana, estava passando por transformações radicais⁸¹.

Entretanto, Petrone evita qualquer consideração quanto à origem dos investimentos empregados na lavoura canavieira tem que permanecer, forçosamente no campo da conjectura, devido a sua difícil comprovação. A autora indica que o desenvolvimento teria tido origem na mesma atividade, ou seja, nas terras adquiridas a baixo custo e nas instalações modestas que permitiram ao agricultor paulista transformar-se em senhor de engenho. Com base nos dados dos Maços de População, poucos eram os senhores de engenho oriundos das Minas⁸², o que parece indicar que o pouco dos investimentos necessários para produção de açúcar teria vindo de lá⁸³.

Para Luna e Klein, a maioria dos recursos que financiaram a lavoura canavieira em São Paulo provinham do comércio com o Rio de Janeiro, que funcionava como mercado consumidor e também re-exportador. Mesmo com as medidas dos governadores Bernardo José de Lorena (1788-1797) e de Franca e Horta (1802-1811), incentivando a exportação direta para Portugal, os paulistas preferiam mandar seus produtos para o Rio de Janeiro onde o frete era mais barato e os navios melhores⁸⁴.

Sobre a produção e exportação de açúcar em São Paulo os dados fornecidos na “Memória Econômico-Político da Capitania de São Paulo” pelo governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802) em 1800, informam que, no ano de 1797, a produção atingia 114.550 arrobas de açúcar, sendo 12.755 na região litorânea e 101.795 arrobas em “serra acima” ou interior. Em 1798, a produção total era de 152 840 arrobas de açúcar, havendo um aumento razoável sobre os totais de 1797⁸⁵.

Em 1799, a produção de açúcar atingiu 198 483 arrobas, representando um aumento de 45.643 arrobas sobre o total do ano anterior de 1798. Contudo,

⁸¹ Luna e Klein, op. cit., P 18

⁸² Sobre economia em Minas Gerais durante o período ler *Clotilde Andrade Paiva. População e economia nas minas gerais do século XIX*, Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo 1996 e Marcelo Magalhães Godoy. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo. 2004.

⁸³ Petrone, op. cit. P 169.

⁸⁴ Idem, Luna e Klein, P. 17

⁸⁵ Castro e Mendonça, Antonio Manoel de Mello, “*Memória Econômico-Político da Capitania de São Paulo*” In: Anais do Museu Paulista Tomo XV. São Paulo, 1961. P 206

segundo o próprio Governador esse cálculo é aproximado, pois os lavradores não eram exatos nas suas declarações por temerem algum tipo de imposto⁸⁶.

Usando a mesma fonte, mas publicada no *Boletim do Arquivo do Estado*, Petrone expõe que, no mesmo ano de 1799, a “produção de serra acima, onde se localiza), foi de 135 687 arrobas, quando no ano anterior tinha sido de 120.102 arrobas.”⁸⁷.

Em 1807, a produção canvieira torna-se tão importante que o valor de exportação do açúcar correspondia à metade de todas as exportações paulistas⁸⁸. No ano de 1813, segundo os dados de Eschwege, analisados pela mesma autora, a produção de açúcar na capitania foi de 122.933 arrobas⁸⁹.

Em 1821, a exportação de açúcar pelo porto de Santos já contabilizava 256.585 arrobas⁹⁰, como informam os “Mapas de importação e exportação do porto de Santos”. No ano 1826, a exportação de açúcar foi de 154 166 arrobas de açúcar, em 1828 foi de 489 650 arrobas, em 1829 diminui para 470 898 arrobas e, finalmente, no ano de 1830 foi de 443.619 arrobas de açúcar. Esses dados mostram que a produção cresceu rapidamente entre 1826 e 1828, estabelecendo-se no mesmo patamar no restante dos anos até 1830⁹¹.

Dessa forma, segundo Petrone, a agricultura será responsável pelo aumento da população e pelo “acúmulo de capitais”, que permitirão primeiro o aparecimento de grandes engenhos e depois de grandes fazendas de café. Por meio desses dados a autora tenta demonstrar que o desenvolvimento deveu-se mais à absorção do açúcar paulista por parte dos mercados atingidos por via marítima do que as regiões das minas. É do comércio marítimo que São Paulo tira os maiores proveitos, inclusive nos mercados brasileiros. Além disso, esse tipo de negócio possibilitou a importação de mercadorias e trabalhadores necessários à Capitania e, por consequência, integrava São Paulo no cenário econômico mundial⁹².

⁸⁶ Castro e Mendonça, op. cit., P 207.

⁸⁷ Petrone, op. cit P. 153.

⁸⁸ Idem, P. 155.

⁸⁹ Ibidem, apud. Eschwege, W. C. , von Journal von Brasilien oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen De reisen gesammelt, Zweites Heft, Weimar, im Verlag der Gr. H. G. pr. Landes Industrie Comptoirs, 1818, tabela VI e VII.

⁹⁰ Ibidem, P. 156

⁹¹ Ibidem, P. 157

⁹² Ibidem, P. 225

Em suma, a região passou de uma zona de fronteira peculiar para uma bem estabelecida sociedade agrícola e comercial baseada na grande lavoura, com todos os aspectos de uma região agrícola moderna, sendo o açúcar o produto que assinalou essa grande mudança na mineração em Minas Gerais no século XVIII, bem como dos resultados obtidos com a produção agrícola local⁹³.

Dentro desse contexto histórico, Itu, por diversos motivos, como por exemplo, clima, solo e incentivos governamentais, era o principal pólo produtor e irradiador da produção canavieira paulista.

⁹³ Luna e Klein, op. cit.. P. 52.

1.3 Lavoura canavieira e população

A principal região produtora de açúcar em São Paulo entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX era a área denominada de “Quadrilátero do Açúcar”, compreendida entre Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá, onde Itu era o principal pólo de expansão⁹⁴.

O fato de Itu ser lugar de trânsito para as Minas trouxe impactos na economia local, contribuindo para a formação de um mercado relativamente regular de gêneros alimentícios, incluindo o açúcar. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda, os descobrimentos das minas constituíram a “primeira oportunidade considerável para o avanço da indústria açucareira”⁹⁵.

Devido à qualidade de seu solo e ao grande número de quedas d’águas que favoreciam a instalação dos engenhos, as terras de Itu, desde cedo, foram conhecidas como particularmente aptas à lavoura de cana de açúcar, tornando-se um dos primeiros pólos de produção agro-exportadora de São Paulo. No ano de 1776, Itu contava com 25 engenhos recenseados⁹⁶.

A medida que a produção canavieira em São Paulo ia aumentando, a Vila de Itu vinha adquirindo cada vez mais importância. Segundo Suely R. Queiroz, no fim do século XVIII, “achava-se à vanguarda da produção açucareira”, pois a produção total em 1798 era de 152.840 arrobas, representando mais de 1/3 do total de açúcar fabricado na Capitania de São Paulo. “Estas quantidades faziam-na a mais opulenta área paulista no período”⁹⁷.

Lisante Filho, ao analisar a produção durante o mesmo período de 1798 a 1829, afirma que em Itu “Evidentemente, a vila vivia totalmente baseada no cultivo da cana. E no seu território se concentrava a maior quantidade de terra cultivada”⁹⁸.

⁹⁴ Petrone, op. cit., P. 41

⁹⁵ Holanda, Sérgio Buarque de. *Monções*. Ed Brasiliense, 1990, P.44.

⁹⁶ Idem, Petrone, P 42

⁹⁷ Queiroz, Suely R. Queiroz. *Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial*. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo 1966 P. 243.

⁹⁸ Lisanti Filho, Luis. *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (O exemplo de três vilas paulistas-campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/29)*. Dissertação de Doutorado, São Paulo 1962. P.109

Dessa forma, no período de 1773 a 1830, o açúcar constituía, a base econômica da região de Itu e grande parte da população tinham suas atividades vinculadas à produção e comércio desse produto⁹⁹.

Para tanto um fator importante para o desenvolvimento da cana de açúcar foram as medidas administrativas governamentais, durante o período de restauração da autonomia da capitania paulista¹⁰⁰, até o ano de 1808. A política dos governadores da Capitania visava, em primeiro lugar, o desenvolvimento da lavoura canavieira no interior, já que as áreas litorâneas eram insuficientes para garantir a inclusão de São Paulo entre as regiões produtoras de açúcar¹⁰¹.

Um exemplo da atividade governamental na economia foi a Portaria de 16 de abril 1801, do governador Melo Castro e Mendonça (1797-1808) ordenando que se observasse em Itu, por um ano, a Provisão de 26 de abril de 1760, estabelecia que os proprietários não podiam ser executados em seus engenhos e lavouras, mas, somente, no rendimento dos mesmos. Essa medida foi tomada, principalmente, por causa dos prejuízos causados aos senhores de engenho, devido à baixa dos preços do açúcar no período¹⁰².

No entanto, depois da abertura dos portos por D. João VI em 1808, segundo Petrone, cessam as intervenções dos governadores no sentido de dirigir o comércio exportador de São Paulo. A lavoura canavieira no interior progrediu de tal maneira, que garantia o sucesso do único escoadouro possível para o seu açúcar, o porto de Santos.

“O açúcar possibilitou um melhor aparelhamento do porto, o aparecimento de uma classe de comerciantes, beneficiadores e encaixadores que, durante muito tempo, lhe asseguraram a prosperidade econômica”¹⁰³.

Outro fator importante para ascensão da cultura canavieira em Itu foi a conjuntura internacional devido à crise mundial na produção açucareira resultante da rebelião haitiana em 1791, o que aumentou a procura e, conseqüentemente, o preço do produto no mercado internacional.

⁹⁹ Samara, op. cit., 2005, P. 154

¹⁰⁰ No ano de 1765.

¹⁰¹ Petrone, op. cit., P 151

¹⁰² Idem, P 133

¹⁰³ Ibidem, P 44

Após o início do século XIX, devido às condições climáticas e ao empobrecimento do solo, além das guerras na Europa, o açúcar em Itu só vai ter um aumento significativo após 1818¹⁰⁴.

Por meio dos dados fornecidos por Petrone para produção e por Luna e Klein para os preços, percebe-se um aumento considerável da produção de açúcar em Itu durante o período de 1797 até 1830, apesar do período de queda no início de 1800¹⁰⁵.

Assim, a produção em Itu cresce significativamente no período de 1797 a 1799 passando de 50.000 arrobas no ano de 1797 para 73506 arrobas no ano de 1799, depois passa por um período de queda durante a época das guerras napoleônicas decrescendo de 67.296 arrobas em 1800 para 58.448 em 1804.

Entre 1798 e 1802, o preço da arroba cai pela metade e a produção só volta a subir em 1805 quando chega a 72.900 arrobas e aumenta para 81.200 em 1808, ano da chegada da família Real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos as nações amigas. Assim, de 1802 até 1808, os preços continuam em baixa, porém de forma menos drástica.

Devido a menor produção no período de 1809 a 1816 o preço volta a subir. Em contrapartida a partir de 1817 aumenta e em 1818 atinge 106.162 arrobas. Em 1822 volta a declinar para 96.496, quando ocorreram grandes flutuações de preços sem uma tendência definida.

Uma das conseqüências da expansão da lavoura canavieira em Itu foi o crescimento demográfico na região. Segundo Queiroz “a população continuou a crescer desde o início do surto açucareiro, ao passo que o número de escravos duplicou até o findar do período colonial”¹⁰⁶.

Desde o ano de 1773, Itu já possuía uma considerável população de escravos em comparação à população livre, sendo que para este ano o total da população rural livre era 3.464 e de escravos 2.528, conforme o trabalho de Nardy Filho¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Petrone, op. cit., P.44

¹⁰⁵ Para análise da produção de açúcar foi utilizada a tabela que consta em Petrone, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo Expansão e declínio (1765- 1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1968. P 45. E a variação de preços foi usado o gráfico que consta no Livro de Luna, Francisco Vidal e Klein, Hebert S. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo*. Trad. Laura Teixeira Motta. – São Paulo, 2005 P 61

¹⁰⁶ Queiroz, Suely Robles de Reis de. *Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial*. Anais do Museu Paulista São Paulo, v. 21, p. 109-277, 1967. P 115.

¹⁰⁷ Nardy Filho, Francisco. *A cidade de Itu IV volume-Cronologia Ituana*, Ed. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo 1951. P. 53.

De acordo com Samara, que estudou a Vila no período de ascensão da lavoura canavieira, revela que ela adquiriu um aumento considerável do número de Companhias de Ordenanças em função da expansão dos bairros e freguesias ao longo do final do século XVIII e início do XIX¹⁰⁸.

A partir de 1803 até 1829, excetuando-se o ano 1813, quando ocorre uma diminuição no número de companhias de ordenanças e, conseqüentemente um decréscimo de habitantes, os dados estatísticos permanecem sem grandes variações. Em 1773, existia apenas uma Companhia para toda a região de Itu, aumentando no ano de 1776 para duas, que dividiam as regiões em leste e oeste. Com passar dos anos, em 1792, já havia cerca de sete, chegando a oito em 1818, e permanecendo assim até 1829¹⁰⁹.

O crescimento da população escrava foi um fator importante para o aumento populacional ituano. Samara nota, por meio dos censos, que no ano de 1785, Itu possuía um total populacional de 2.951 habitantes, sendo 741 escravos, ou seja, 25,1% do total. Em 1792, verifica-se um sensível aumento da população para 9.410 habitantes e a proporção de escravos, devido à expansão da lavoura canavieira, também aumenta, passando para 34,6%. No ano de 1798, diminui o total para 7.161 habitantes, em decorrência do desmembramento de Porto Feliz, no ano anterior.¹¹⁰

A partir de 1803, a população escrava passa a ser maior em relação à livre que era de 3.927 pessoas, enquanto os escravos somavam 4.982. Em 1809, a população livre aumenta para 4.333 pessoas e os escravos diminuem para 4.647. Em 1813, o número de pessoas livres passa a ser maior que a quantidade de escravos, sendo 2.986 livres e 2.296 escravos. Cinco anos depois, a relação populacional inverte-se e o número de escravos passa a ser maior somando-se 4.783 cativos contra 3.748 habitantes livres. No ano de 1822 a população livre permanece estável com o total de 3.768 habitantes enquanto o número de escravos sobe para 5.014. E, finalmente, no ano de 1829, as duas populações diminuem sendo 3.594 livres para 4.639 escravos¹¹¹.

Entretanto, Samara adverte que, embora a penetração de mão-de-obra escrava em Itu tivesse ocorrido em larga escala, ela se destinava, principalmente, a suprir o trabalho nas grandes fazendas, em detrimento dos pequenos proprietários e das

¹⁰⁸ Samara, op. cit., 2005 P. 144.

¹⁰⁹ Idem, P. 101

¹¹⁰ Ibidem, P. 143.

¹¹¹ Ibidem, P. 144.

atividades urbanas¹¹², o que também é confirmado no relato do viajante Auguste Saint-Hilaire.

“O número de indivíduos livres estava para o de escravos em 1813 como três para um o que se explica pelo extenso desenvolvimento tomado pela cultura da cana-de-açúcar para qual se empregam muitos escravos”¹¹³.

A introdução da grande lavoura monocultora escravista também permitiu que um restrito número de famílias controlasse a volumosa renda da produção do açúcar, acumulando assim fortunas consideráveis. Como demonstra Petrone analisando os Maços Populacionais relacionados a Itu em 1836, existiam 98 engenhos, produzindo 31.965 arrobas de açúcar, que comparando aos dados de 1799, percebe-se que não houve um aumento na produção e o número de engenhos diminuíram¹¹⁴.

Ao analisar a estrutura fundiária de Itu, Samara expõe que a própria rede fundiária parece explicar a concentração de terras nas mãos de um reduzido número de proprietários, pois havia um pequeno número de proprietários de engenho que tinham terras cedidas para agregados, excluindo a população mais pobre da produção agro-exportadora de açúcar. Assim, por exemplo, em 1813, as fazendas de cana representavam 65,91% da área total de cultivo, e ao lado delas havia um número elevado de pequenas propriedades dedicadas à lavoura de mantimentos voltada ao comércio interno¹¹⁵.

Já Alice P. Canabrava, ao explicar a divisão fundiária, declara que a repartição de terras em Itu era bastante irregular e as dificuldades de venda levaram a população a fluir para outras áreas. Por exemplo, no ano de 1818, segundo os cálculos da autora. 44% das terras estavam nas mãos de apenas 2% de proprietários e enquanto isso, outros 57 por cento da população dispunham de somente 5,14% da área total¹¹⁶.

Deste modo, como conclui Petrone, ao longo do tempo, os produtores de açúcar de Itu foram obrigados a expandir para oeste, originando novos bairros e povoados e, posteriormente, os canaviais acabaram por preparar a infra-estrutura econômica, que permitiu depois a rápida penetração dos cafezais¹¹⁷.

¹¹² Samara, op. cit., 2005. P.144.

¹¹³ Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Ed da USP, São Paulo, 1972 p.212

¹¹⁴ Petrone, op. cit. P. 45.

¹¹⁵ Idem, Samara, P 63.

¹¹⁶ Ibidem, apud. Alice P. Canabrava, “A repartição da Terra na capitania de São Paulo, 1818”, palestra apresentada em 1972 na Faculdade de Economia de USP.

¹¹⁷ Idem, Petrone, P. 225.

Dentro de esse contexto histórico, este trabalho busca entender qual é a parcela de participação das mulheres no desenvolvimento da economia canavieira em Itu, verificando como elas adquiriam seus engenhos e qual a produção deles em comparação aos dos homens, como elas interagiam no mercado de negócios de Itu, o perfil de seu patrimônio e a transmissão dos engenhos para parentes.

CAPÍTULO II

Mulheres e negócios: o papel feminino na dinâmica econômica

2.1 Formas de aquisição e manutenção de engenhos por mulheres

Para o entendimento de como as mulheres adquiriam seus engenhos foi utilizado como fonte principal o Tombamento dos Bens Rústicos de Itu do ano de 1818¹¹⁸, que se mostrou a documentação mais adequada para análise da questão.

O “Tombamento” foi ordenado por D. João VI segundo Aviso Régio de 21 de outubro de 1817. Para o trabalho, foram convocados os capitães mores das vilas que deveriam fazer inventários das terras de seus distritos, registrando uma relação das pessoas que possuíam qualquer título de compra, herança, posse ou sesmarias. Além dos nomes dos proprietários, também eram listados a extensão das terras, a cultura agrícola produzida e a quantidade de escravos.

Para a confirmação desses registros bastava a declaração dos proprietários das terras sem qualquer tipo de exigência de títulos ou documentos comprobatórios. O trabalho em Itu durou cerca de 4 meses e as informações do Tombamento foram apresentadas pelo Capitão mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, em 20 de fevereiro de 1818¹¹⁹.

Segundo Petrone, nessa época o desenvolvimento da lavoura canavieira já estava consolidado e os senhores de engenhos possuíam instalações melhores e uma produção maior do que no início da implantação da economia açucareira¹²⁰.

Por conseqüência, das 319 propriedades rurais arroladas, 135 eram fazendas de cana, 9 de gado e 12 de mantimentos e bovinos, porém, entre as propriedades canavieiras apenas 11 produziam somente cana-de-açúcar e todas as 124 restantes possuíam engenhos, podendo haver proprietários com mais de um.

Dentro desse total de propriedades recenseadas, as mulheres tinham uma importante participação, pois dos 310 proprietários registrados, 45 eram mulheres, correspondendo a 15%. E entre os donos de engenhos o percentual feminino sobe de forma significativa, uma vez que dos 108 registrados, 24 eram de mulheres ou 22% do total.

Essa proporção maior de senhoras de engenho demonstra que essas mulheres,

¹¹⁸ DAESP, Nº ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818.

¹¹⁹ Almeida, Leandro Antonio “*Senhores de Terras da vila de Itu*” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 12

¹²⁰ Petrone, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. P 56.

por ter melhores condições de vida, tinham mais possibilidades de autonomia em relação às outras.

(Quadro 1)

Quadro 1		
Proprietários de engenho		
Divisão da quantidade de propriedades rurais registradas, Itu 1818		
	Quantidade	Porcentagem
Número de proprietárias de engenho	24	7,8
Número de propriedades de mulheres	45	14,5
Total de proprietários de engenhos	108	34,8
Total de proprietários rurais listados	310	100
<p>Fonte: DAESP, N° ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818. In.; Almeida, Leandro Antonio "Senhores de Terras da vila de Itu" Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 9 – P 79 mimeo.</p>		

Na parte relativa à forma de aquisição de engenhos, constatou-se que cerca de 80% dos 108 listados foram obtidos por meio da compra, resultado do processo de mercantilização da terra que ocorreu ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Esse processo, segundo Bacellar, ocorreu em três fases. A primeira seria decorrente da expansão paulista para os sertões, em terras de pouco valor monetário, sendo a obtenção feita principalmente por meio da posse simples e concessões de sesmarias.

A segunda fase, na qual Itu em 1818 estava inserida, a riqueza econômica produzida pela agro-indústria do açúcar teria possibilitado o empate dos investimentos em terras e seria mais vantajoso comprar terras do que desbravar novas.

E, finalmente, a terceira fase aconteceria por volta de 1850, quando já havia iniciado o processo de concentração de terras e as propriedades seriam obtidas principalmente por herança¹²¹.

Entre as mulheres donas de engenhos registradas nos "Bens Rústicos" de Itu, cerca de 75% das 24 proprietárias os adquiriram por meio de compra e as restantes receberam a sua propriedade por herança. Tal quadro não diferencia muito da média geral de 78% dos donos de engenhos que adquiriram sua propriedade pela compra.

(Quadro 2)

¹²¹ Bacellar, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da Terra*, Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. P 161.

Quadro 2		
Proprietárias de engenho		
Divisão dos engenhos adquiridos por compra ou herança		
Itu 1818		
	Quantidade	Porcentagem
Herança	6	25
Compra	18	75
Total	24	100
Fonte: DAESP, N° ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818. In: Almeida, Leandro Antonio “Senhores de Terras da vila de Itu” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 9 – P 79 mimeo.		

Já entre os homens a proporção de proprietários que adquiriram os seus engenhos por meio da compra foi um pouco maior, cerca de 80% do total de 84 registros.

(Quadro 3)

Quadro 3		
Proprietários de engenho		
Divisão dos engenhos adquiridos por compra ou herança		
Itu 1818		
	Quantidade	Porcentagem
Herança	17	20,2
Compra	67	79,8
Total	84	100
Fonte: DAESP, N° ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818 In: Almeida, Leandro Antonio “Senhores de Terras da vila de Itu” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 9 – P 79 mimeo.		

Apesar dos dados não serem conclusivos, só o fato de 22% dos engenhos estarem registrados em nome de mulheres demonstra a importância do papel feminino na dinâmica canavieira de Itu.

Em alguns registros dos Bens Rústicos também foram relatados se a proprietária residia na fazenda ou não, como nem todos os registros possuíam esse tipo de informação, isso impossibilitou a sua quantificação.

Dentre os casos que esses dados existem destaca-se a proprietária Dona Angela Ribeiro de Siqueira Barros¹²². Ela residia na fazenda São João, que foi adquirida por meio da compra, e no seu registro constava a propriedade de 67 escravos, que era um número significativo para a região de Itu, visto que no tombamento foram encontrados somente outros 8 proprietários com mais de 50 escravos.

¹²² DAESP, N° ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818 In: Almeida, Leandro Antonio “Senhores de Terras da vila de Itu” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. Registro número 3. P. 19

Contudo, a aquisição de um engenho por uma mulher não era simples. Mesmo aquela que o recebia como herança do marido poderia encontrar obstáculos legais para administrá-lo, sem a interferência de uma figura masculina.

O direito das mulheres como sucessoras do marido era resguardado pelas Ordenações Filipinas, que garantia, no mínimo, a posse de metade dos bens. O Livro 4 no título 46 esclarece que “Todos os casamentos feitos em nossos Reinos e senhorios se entendem serem feitos por Carta de ametade: salvo quando entre as partes outra coisa for acordada e contractada...”

“E quando o marido e mulher forem casados, por palavras de presente a porta da Igreja, ou por licença do Prelado fora della, havendo cópula carnal, serão meeiros em seus bens e fazenda”¹²³.

O direito de sucessão também era garantido no Livro 4 Título 94, em que se diz:

“Fallecendo o homem casado abintestado, e não tendo parente até o décimo grao contado segundo o Direito Civil, que seus bens deva herdar, e ficando sua mulher viva, a qual juntamente com elle estava e vivia em casa teuda e manteuda, como mulher com o seu marido, ella será sua universal herdeira.”¹²⁴

Entretanto, a mesma Lei que favorecia as mulheres também poderia ser prejudicial às viúvas, especialmente, quando elas tinham filhos menores. Desta forma, a Lei sobre tutorias criava diversos obstáculos para administração feminina dos bens familiares. Por exemplo, a Lei “Dos tutores e curadores que se dão aos órfãos” do Livro 4 título 102, que expõe:

“... se algum órfão não tiver Tutor, ou curador, que lhe fosse deixado em testamento, e tiver mãe (4), ou avó (1), que viverem honestamente, e não forem já outra vez casadas, e quizerem ter as Tutorias, ou curadorias de seus filhos, ou netos, não consentirá o Juiz dos Órfãos (2), que usem dellas, até perante elle se obrigarem de bem e fielmente administrarem os bens e pessoas de seus filhos, ou netos”¹²⁵

Além disso, para poder administrar a parte da herança dos filhos menores, a

¹²³ CÓDIGO Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d’ El-Rei Philippe I. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomathico, Livro IV. 1870. título 46 fl 833.

¹²⁴ Idem, título 94 fl 947 e 948.

¹²⁵ Ibidem, título 102 fl 994 -1004.

viúva necessitava de um fiador, pois “nenhuma mulher poderia ser fiador, nem obrigarse por outrem”¹²⁶. Dessa maneira, se não houvesse um fiador que assegurasse os bens herdados pelos órfãos, a viúva poderia gerenciar apenas a sua parte na herança, ou seja, a metade do patrimônio.

A alternativa do uso de um fiador foi a opção utilizada pela proprietária de engenho Dona Maria Joaquina de Souza que averbou um termo de “fiança e obrigação” na partilha do inventário do marido, onde estava descrito que:

“Sendo ahi presente Maria Joaquina de Souza e por ella foi dito que ella pelo presente termo se obrigava a conservar e entregar salva, e sem diminuição alguma a legitima de cada hum dos seos herdeiros declarados neste inventário a folha de serviços, quando se emanciparem, ou torna sem estado. E para maior segurança de tudo offerencia por seu fiador ao Capitam Caetano Joze Portela”¹²⁷

Assim, a viúva só administrou o patrimônio herdado pelos filhos menores, porque os bens deles estavam resguardados por um fiador, no caso o capitão Caetano Joze Portela. Contudo, a utilização de fiadores como alternativa não era um recurso muito usual, pois esta opção só foi encontrada nesse documento.

Normalmente, a tutoria dos filhos ficava a cargo de um tio paterno dos órfãos. Quando isso ocorria algumas viúvas podiam encontrar dificuldades, pois só dispunham de sua parte na herança para poder criar seus filhos.

Era o que acontecia com a proprietária de engenho, D. Anna Leme da Silva que tinha a tutoria dos seus filhos a cargo do tio paterno. Na partilha do inventário do marido, fez uma petição ao Juiz de Órfãos, no intuito de obter parte das legítimas deles para melhor alimenta-los:

“Diz Anna Leme da Silva viúva do falecido João Soares de Siqueira que ella suplicante para melhor poder alimentar a seus filhos Orfans Antonio, Catharina, Maria, José Antonio e Anna precisa muito de que fique em seu poder os bens moveis e semoventes e algum dinheiro que lhes toque nas legítimas”¹²⁸.

Por outro lado, também foram encontrados pedidos de tutoria feitos por viúvas que foram negados. Era facultativo aos juízes recusar a tutoria materna, mesmo quando

¹²⁶ CÓDIGO Philipino, op. cit. título 102 fl 994 -1004

¹²⁷ Inventário de Domingos Teixeira Nogueira, 1811 Caixa 18 B fl 98 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

¹²⁸ Inventário de Joam Soares de Sequeira, 1792 Caixa 18 B fl 88 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

a mãe era designada pelo marido em testamento, como no caso da dona de engenho Maria Umbelina Paxeco. No inventário de seu marido, o Tenente Antonio Rodrigues de Almeida, o Juiz de Órfãos em um despacho, relutava a tutoria da mãe com o seguinte argumento:

“Hé sem a menor dúvida proibido pela ley que as mulheres, ainda mesmo May, sejam titoras dos órfãos sem huma competente Provizão Imperial, esta hé a ley esta hé a pratica que a cada momento estamos a praticar sendo ainda a pezar disto, obrigadas ellas a prestar fiança aos bens dos orfaons conhecendo-se para tudo isto que o fim da ley hé por segurança os bens dos orfaons pela a pouca agilidade em arregimento na administração de todas as mulheres. Hé por isso que verdadeiramente não se pode chamar titora dos orfaons deste inventário a dona inventariante em que possa sem nada aproveita-lhe a sincera nomeação de testamentaria de seu marido, visto que elle não podia dispensar a ley”¹²⁹.

Pelo entendimento do despacho, o argumento da pouca agilidade das mulheres na administração dos bens familiares estaria acima da última vontade do seu falecido marido.

Desta forma, pelos casos das proprietárias de engenho Dona Maria Joaquina de Souza, que conseguiu a tutoria dos bens dos filhos mediante o consentimento de um fiador, e de Dona Maria Umbelina Paxeco com sua tutoria negada, percebe-se que a obtenção de tutoria pelas viúvas estava, sobretudo, vinculada ao entendimento do juiz que analisava o processo. O que poderia deixar as mulheres em dificuldades quando esses pedidos eram negados.

Entretanto, quando existia um consentimento do tutor responsável, os obstáculos impostos pela Lei poderiam ser contornados. É o caso da proprietária de engenho D. Izabel de Campos, que tinha como tutor dos órfãos o tio paterno Joze de Godoi Penteadado. No inventário do seu falecido marido, o Alferes Antonio de Godoi Penteadado está descrito que ao ser perguntado sobre o estado das legítimas de seus sobrinhos após seis anos, ele respondeu:

“Que as legítimas destes orfaons se axavão todas em poder da mesma inventariante sua mãe, sem haver a mais pequena falta, dando o necessário para os orfaons, independente de suas legítimas, cuja a may, tendo-se cazado com o Alferes

¹²⁹ Inventário de Tenente Antonio Rodrigues de Almeida, 1817 Caixa 22 fl. 108 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

Fernando Paes de Barros, e este, tem trabalhado para argumentar a caza, e com efeito, thé o presente tem adiantado muito, tratando bem de seus enteados educando-os nos bons costumez, e ministérios da Santa Madre Igreja, como faz hum pai a seus filhos e tudo isto hera verdade, pois que elle tutor thé o presente morou na mesma caza”¹³⁰.

Desse modo, o próprio tutor relatava em depoimento que apesar da tutoria dos bens dos órfãos estar em seu nome, quem cuidava deles na prática era a viúva do seu falecido irmão. Além disso, o fato dele morar na casa pertencente à viúva poderia dar a entender que ele participava daquela unidade familiar.

Todavia, no mesmo relato também existia a referência de que a viúva havia se casado novamente e, possivelmente, o segundo marido poderia estar a frente dos negócios da família. Assim, um segundo casamento seria a alternativa encontrada pela viúva para conseguir administrar os bens familiares em uma sociedade que via a mulher como pouco capaz de gerir os negócios.

Por meio da documentação estudada, pôde-se perceber que as mulheres adquiriam seus engenhos da mesma forma que os homens, majoritariamente por compra. Além disso, a porcentagem de proprietárias de engenhos era maior do que a porcentagem das proprietárias rurais. Isto revelava uma maior possibilidade de autonomia das mulheres donas de engenhos.

Na parte relativa às Leis, os processos de tutoria demonstraram que a administração dos bens familiares após a morte do marido, incluindo os engenhos, não era tão simples. As viúvas, em alguns casos, tiveram a necessidade de recorrer a diversas alternativas jurídicas e consensuais para poderem administrar esses bens, como por exemplo, fiadores ou mesmo um novo casamento.

Todavia, mesmo consideradas pela Lei como pouco capazes de gerir bens, uma proporção significativa de 22% do total de proprietários de engenhos eram mulheres, o que pode significar uma participação feminina efetiva na economia canavieira, apesar das dificuldades. Além disso, o fato de haver mulheres reivindicando a posse de engenhos mostra que sua opinião poderia ser decisiva na administração da propriedade.

Resta saber, se o argumento da pouca capacidade de gerenciamento das mulheres estava vinculado a produção dos engenhos, pois se fosse verdade, os principais engenhos deveriam estar sob administrações masculinas, sobrando nas mãos

¹³⁰ Inventário do Alferes Antonio de Godoi Penteado, 1818 Caixa 23 fl. 105 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

das mulheres engenhos pouco produtivos. E é isto que se pretende fazer na próxima parte desta dissertação.

2.2 A produção de açúcar

Para verificar a produção dos engenhos femininos em relação aos masculinos foram utilizados os “Mapas dos engenhos de Assucar que existem na villa de Ytu desde o anno de 1793 até o anno de 1798”¹³¹, que estão disponibilizados no Projeto Resgate de São Paulo.

Nessa época, Itu passava por uma fase de expansão da lavoura canavieira para exportação e os dados apresentados nos mapas mostram um rápido crescimento do número de proprietários de engenho que passaram de 58, em 1793, para 103, no ano de 1797.

O grande aumento do número de proprietários nesses 4 anos foi estimulado pela subida rápida dos preços internacionais do açúcar na década de 1790, como consequência da rebelião no Haiti em 1791, considerado, na época, o maior produtor de açúcar no mundo, o que abriu a possibilidade para o surgimento de novos produtores.

Além disso, no plano regional, a política do governador Bernardo José de Lorena (1788-1797) procurava convergir para o porto de Santos toda a exportação da Capitania, favorecendo os produtores da região de Itu em detrimento de outras regiões, como a do litoral norte, que exportava açúcar pelo porto de São Sebastião.

Entre essas medidas, destacou-se o calçamento do caminho para Santos em 1791, conhecido como calçada do Lorena que, além de facilitar as exportações, diminuiu os prejuízos causados pela má conservação do açúcar.

Outro fator interno importante foi o crescimento da economia açucareira no Rio de Janeiro, cujo porto criou uma demanda em constante expansão para a produção regional do Sudeste.

Por esses motivos, durante a década 1790, o açúcar passou a representar 2/3 do valor de todas as mercadorias vendidas para fora das vilas paulistas. Somente o açúcar ituano representava 40% da produção total de São Paulo¹³².

Contudo, a análise dos Mapas de Itu mostrou que o aumento anual do número dos proprietários engenhos só existiu entre os homens.

Durante o período de 5 anos entre 1793 e 1797, o número de homens donos de engenhos aumentou de 46 para 89 proprietários. Posteriormente, no ano de 1798, houve

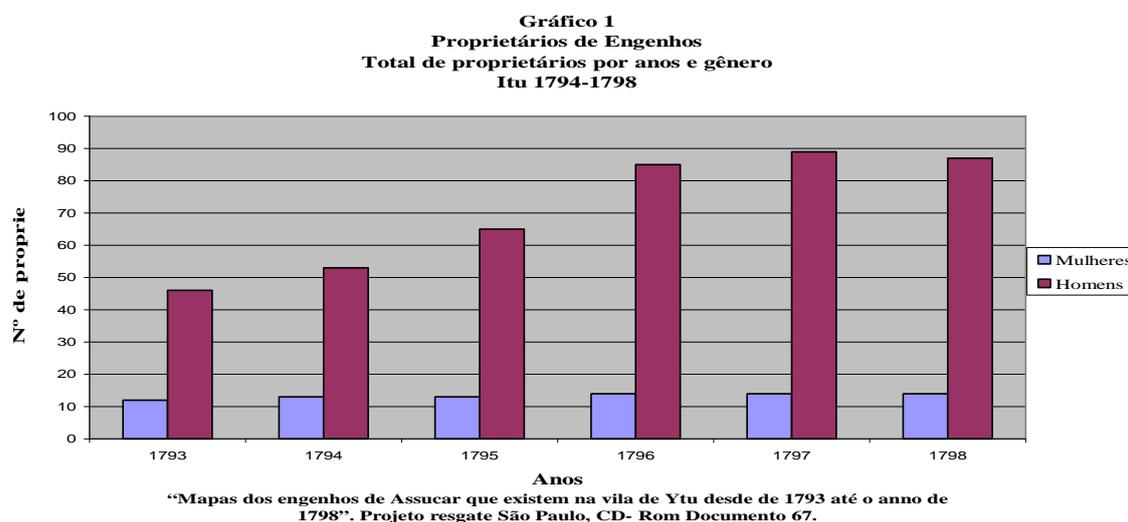
¹³¹ Projeto Resgate São Paulo, “*Mapas dos engenhos de Assucar que existem na vila de Ytu desde de 1793 até o anno de 1798. Projeto resgate São Paulo*”, Documento 67, CD-Rom. 1999.

¹³² Luna, Francisco Vidal e Klein, Hebert S. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2005. P. 50-62.

um pequeno decréscimo, diminuindo de 89 para 87.

Entretanto, o número de mulheres proprietárias de engenho manteve-se estável com pequenas oscilações passando de 12 para 13 em 1794 e de 13 para 14 em 1796, permanecendo assim até 1798.

(ver gráfico 1)



Na parte relativa à proporção de proprietários de engenhos, verifica-se uma diminuição, e posteriormente, uma estabilidade na porcentagem de participação de mulheres ao longo dos anos. No ano de 1793 elas correspondiam a 20 %, enquanto no ano de 1797, esse número caiu para 13,5 % e se manteve na mesma proporção no último ano de 1798.

Vale ressaltar que a participação feminina de 20% apresentada no ano de 1793 se assemelha a encontrada nos registros nos "Bens rústicos" do ano de 1818. Além disso, o total de proprietários cresceu pouco durante o período passando de 103 em 1798, para 108 em 1818. Este fato indica que talvez a falta de terras para abertura de novos engenhos forçava a migração para novas áreas, principalmente, para região de Campinas e Piracicaba.

Segundo Bacellar, o pioneirismo da vila de Itu manteve-a na dianteira da produção de açúcar do Oeste Paulista somente até o início do século XIX, quando a vila começou a entrar em decadência perante a concorrência de Campinas e novas vilas rumo ao sertão. A partir de então, “Itu passou a expulsar seus habitantes em número elevado e os filhos de seus grandes proprietários estavam entre aqueles que buscavam nova vida a Oeste”¹³³.

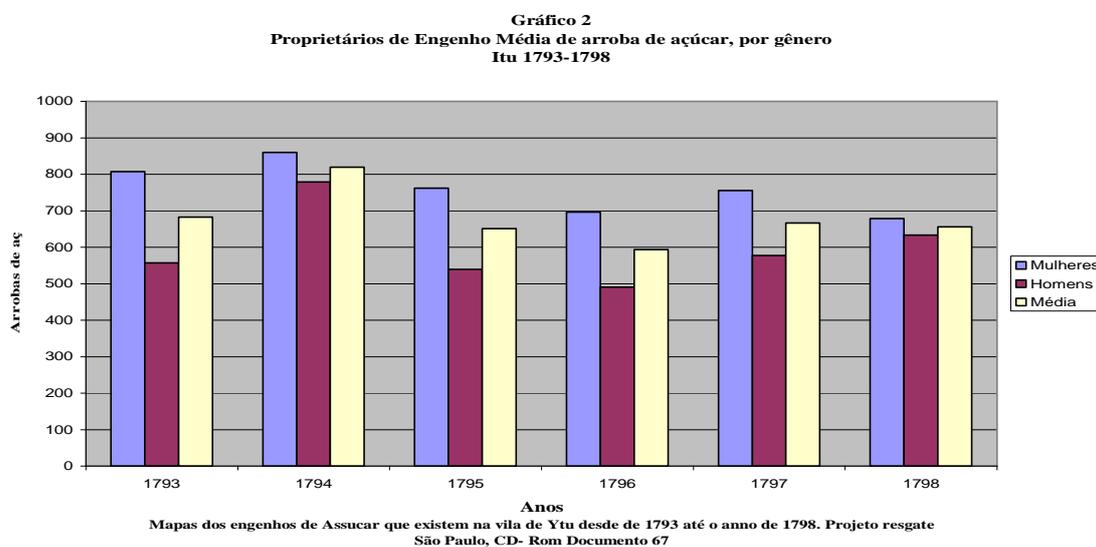
¹³³ Bacellar, op. cit., P. 107.

Todavia, o número de mulheres proprietárias de engenho aumentou significativamente de 14, nos "Mapas" no ano de 1798, para 24 em 1818, nos "Bens Rústicos". Um dos motivos desse aumento do índice de mulheres poderia ser a decadência dos engenhos ituanos, pois, a medida que iam perdendo a sua produção, eles passariam para as mãos femininas.

Entretanto, ao se efetuar a comparação das médias de produção dos engenhos masculinos e femininos, percebe-se que as mulheres sempre mantiveram uma produção maior em relação aos homens, principalmente, no primeiro ano do mapeamento, em 1793, em que a média de produção dos engenhos femininos foi de 807,5 arrobas e dos masculinos 557,2.

No ano seguinte, quando foi alcançada a maior média, os engenhos femininos produziram 778,71 arrobas em média, enquanto os masculinos produziram 762,3. Dentre os engenhos que tiveram significativo aumento de produção destacou-se o de D. Ignacia de Góes Arruda, que no ano de 1793 produziu 1420 arrobas e no ano posterior já estava produzindo 2700.

(Gráfico 2)



Mesmo no ano de menor média de produção, 1796, os engenhos de mulheres produziram 696,42 arrobas contra 490,92 dos homens. Dessa maneira, os engenhos mais produtivos e valorizados estavam sob controle feminino.

Em comparação com outras localidades da Capitania de São Paulo a média de produção dos engenhos femininos de Itu chegava ao dobro. No ano de 1798, o valor calculado com os dados fornecidos pelos "Mapas dos engenhos de Assucar" de toda

Capitania foi de 314,3 arrobas por engenho¹³⁴ e já nos Mapas de Itu, para o mesmo ano, a média encontrada foi de 678,71 arrobas por engenho feminino.

Para fora de São Paulo, segundo Petrone, com base nos dados de Antonil calculou-se para o ano de 1710, uma média de 2450 arrobas para todo o Brasil, sendo 2791 arrobas para a Bahia, 1750 para Pernambuco e 2630 para o Rio de Janeiro. Além disso, Manuel Ferreira da Câmara, em 1789, afirmava que o senhor de engenho, que fizesse 1000 pães de 3 arrobas por ano, poderia ser considerado grande lavrador¹³⁵. Assim, conforme os dados da autora, os engenhos paulistas em média produziam menos que o restante da Colônia.

Por conseqüência, a participação da Capitania de São Paulo nas exportações era comprometida pela baixa produção de seus engenhos, além do envio da maior parte do seu açúcar para reexportação no porto do Rio de Janeiro, onde encontrava melhores preços.

Em 1798, as exportações para a Europa foram de, aproximadamente, 24 mil toneladas, sendo 48% pelo Rio de Janeiro, 26% pela Bahia, 21% por Pernambuco e apenas 5% por São Paulo, sendo Itu responsável por 40% das exportações paulistas¹³⁶.

Dentre essa participação significativa do açúcar ituano, os engenhos pertencentes às mulheres contribuíram com uma parcela importante da produção. Segundo os dados dos "Mapas" de Itu verificou-se que a participação feminina na produção variou de 27% no ano de 1793, para 14% em 1798. Essa queda teve como razão principal, o aumento do número de homens proprietários, que passaram de 46 em 1793 para 87 em 1798. Em contrapartida, o número mulheres subiu de 12 para 14, no mesmo período, contudo, mesmo com o declínio da participação feminina ao longo dos anos, seu percentual de produção por engenho sempre esteve acima dos homens.

(Quadro 4)

¹³⁴ Petrone, op. cit., P. 107.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Luna e Klein, op. cit., P. 60-62.

Quadro 4						
Proprietários de Engenho						
Participação por gênero na produção de açúcar						
Itu 1793-1798						
	1793	1794	1795	1796	1797	1798
Porcentagem Feminina de proprietárias	20,68%	19,69%	16,66%	14,14%	13,59%	13,86%
Total de açúcar produzido em arrobas	9690	11180	9910	9750	10580	9502
Porcentagem Feminina na produção	27,43%	21,13%	22,05%	18,93%	20,59%	14,70%
Porcentagem Masculina de proprietários	79,32	80,31	83,34	85,86	86,41	86,14
Total de açúcar produzido em arrobas	25634	41272	35030	41729	51360	55109
Porcentagem Masculina na produção	72,57%	78,87%	77,95%	81,07%	79,41%	85,30%
Total produzido em Itu, por arrobas	35324	52452	44940	51479	61940	64611

Fonte: Mapas dos engenhos de Assucar que existem na vila de Ytu desde de 1793 até o anno de 1798. Projeto resgate São Paulo, CD- Rom Documento 67.

Uma das prováveis causas da maior produção dos engenhos femininos era o fato de possuírem mais escravos, pois os métodos de cultivo do solo e gerenciamento da produção não diferiam muito entre engenhos da mesma região.

Para o estudo comparativo da produção de açúcar por escravo entre os proprietários masculinos e femininos foram utilizados os dados do ano de 1798, pois se trata do único em que foi registrado essa informação. Segundo o levantamento, a média de escravos que cada mulher possuía girava em torno de 22, que produziram 678,71 arrobas de açúcar por engenho. Enquanto isso, os homens registravam uma média de 20 escravos por proprietário, que produziram 633,43 arrobas.¹³⁷

Portanto, segundo os dados dos "Mapas", a média de produção por escravo entre engenhos masculinos e femininos não eram muito diferentes. Cada cativo produziu 31,24 arrobas, sendo que os pertencentes aos homens 31,67 e os de propriedade feminina 30,85.

(Quadro 5)

Quadro 5			
Proprietários de Engenho			
Média de produção dos escravos			
Itu 1798			
	Média de arrobas de açúcar	Média de escravos	Escravos/arrobas
Mulheres	678,71	22	30,85
Homens	633,43	20	31,67
Média	656,07	20	31,24

Fonte: Mapas dos engenhos de Assucar que existem na vila de Ytu desde de 1793 até o anno de 1798. Projeto resgate São Paulo, CD- Rom Documento 67.

¹³⁷ Foram excluídos da análise os escravos pertencente ao engenho do Hospício de Nossa Senhora do Carmo.

Em comparação com outras localidades de São Paulo, os escravos de proprietários de engenho de Itu tinham uma produção mais alta.

Para o ano de 1799, o trabalho de Luna e Klein¹³⁸, baseado na “Memória de Antonio Manoel Castro e Mendonça”, informa que, na região do Oeste Paulista onde se localiza Itu, a média de produção anual por engenho era de 7,4 toneladas ou cerca de 501 arrobas, segundo conversão de Freycient¹³⁹, sendo a média de produção por escravo 27,8 arrobas, um valor abaixo dos 30,8, que era a média por escravo pertencente às mulheres em Itu, durante o ano de 1798, com base nos Mapas dos engenhos.

Já Saint Hilaire¹⁴⁰, em sua viagem à Campinas em 1819, revela que as fazendas consideradas de certa importância, tinham pelo menos vinte escravos, com os quais se podiam facilmente preparar 2000 arrobas de açúcar.

Assim, segundo o viajante, para produzir 1000 arrobas, o engenho deveria ter pelo menos dez escravos, os quais ainda tinham tempo de cultivar milho, feijão e arroz, para o consumo da fazenda. Somente em Itu, com as terras estando mais esgotadas produzia-se entre 600 e 800 arrobas com igual número de cativos¹⁴¹.

Entretanto, ao analisarmos somente os "Mapas" de Itu, podemos concluir que as proprietárias de engenho formavam um grupo estável, que variou entre 12 e 14 mulheres no máximo. Enquanto isso, o conjunto dos homens cresceu significativamente de 46 para 87 proprietários. Além disso, engenhos femininos tinham produção e escravarias maiores.

Resta saber como essas mulheres proprietárias de engenhos interagiam em espaços considerados essencialmente masculinos para o período, como a negociação de engenhos, imóveis, escravos entre outros, que será analisado no próximo item.

¹³⁸ Luna e Klein, op. cit., P. 66.

¹³⁹ Simonsen, Roberto C. "História Econômica do Brasil (1500-1820)". Ed. Companhia editora nacional. São Paulo. P. 463.

¹⁴⁰ Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Ed da USP, São Paulo, 1972. P. 132.

¹⁴¹ Idem, P. 218

2.3 O comércio em uma vila açucareira

Como consequência da expansão da lavoura canavieira, o comércio interno em Itu desenvolveu-se consideravelmente. Por já ter uma produção açucareira estabilizada, o mercado imobiliário tornou-se bastante dinâmico, pois era mais vantajoso comprar terras do que tomar a posse de novas. Além disso, indiretamente a produção canavieira também favoreceu outros tipos de negócios, como o mercado de escravos e empréstimos em geral.

Para entender como as proprietárias de engenho de Itu estavam inseridas nos negócios ituanos, principalmente, nas atividades como compra e venda de escravos, casas, terrenos e sítios, foram utilizados como fonte os Livros de Notas de Itu.

Esses documentos são registros públicos lavrados por tabeliões ou notários, que eram oficiais serventuários de justiça (auxiliar imediato do Juiz), cuja função era de lavrar (fazer e consignar por escrito) atos e contratos que exigem forma e autenticidade legais.

Estes registros continham os mais variados tipos de atos que exigem escritura pública e cada contrato anotado no livro obedecia a uma estrutura comum e uniforme.

Entre as informações relevantes dos livros, podemos citar a presença de um cabeçalho, no qual encontra-se um resumo informativo do registro, com os nomes dos “outorgados” e “outorgantes” e o tipo de transação a que a escritura se refere, como a compra e a venda, contratos, alforrias, lançamentos e procurações, contratos de sociedade e doações, entre outros.

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, essa documentação constitui “um único corpo documental homogêneo e ininterrupto que dá conta do amplo espectro da vida econômica e social do país”¹⁴².

Em Itu, os Livros de Notas pesquisados foram os que sobraram do período entre 1784 até o ano de 1830 e estão localizados no setor Documentação do Museu Republicano “Convenção de Itu” /MP/USP e no Arquivo Municipal de Itu.

No Arquivo do MRCI/MP foram analisados 7 livros: o Livro de notas N° 8 do ano de 1794; o Livro de notas N° 11 do ano 1797; o Livro de notas N° 19 do ano 1808 a 1811; o Livro de notas N° 21 do ano 1814 a 1816; o Livro de notas N° 27 do ano 1824 a

¹⁴² Para mais informações ver : Silva, Francisco Carlos T. da. *Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador*. In: Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 2 n. 1 jan/jun 1987.

1827; o Livro de notas Nº 29 do ano de 1828 a 1829; o Livro de notas Nº 31 do ano de 1830

E no Arquivo Municipal de Itu foram utilizados outros 7 livros: o Livro de notas Nº 2 do ano 1784 a 1787; o Livro de notas Nº 8 do ano 1793 a 1795; o Livro de notas Nº 12 do ano 1799 a 1800; o Livro de notas Nº 13 do ano 1800; o Livro de notas Nº 17 do ano 1804 a 1805; o Livro de notas Nº 28 do ano 1827 a 1828; o Livro de notas Nº 30 do ano 1829 a 1830.

Apesar de os livros de notas consultados estarem em arquivos diferentes, as informações levantadas foram agrupadas em uma mesma tabela, no intuito de facilitar a organização dos dados analisados. Na parte relativa à quantificação geral, percebe-se que a maioria das negociações eram referentes a imóveis, representando 54,1%. Entre elas estavam a compra e venda de moradas de casas, terras, sítios ou engenhos, doação *admorevendum* (quando a venda do imóvel é vetada), doações graciosas e condicionais.

Os registros imobiliários, normalmente, seguem um padrão descritivo, especificando sua localização, o tipo de cobertura (telhas ou sapé), tipo de construção (taipa de pilão ou taipa de mão), tamanho da propriedade, estado de manutenção (edifícios em construção, velhos ou em ruínas) e o valor dela.

Outro tipo de negócio com presença importante eram as procurações, que representavam 21,59 % dos registros, as quais podiam ser feitas individualmente ou em conjunto, para uma partilha de inventário ou a compra e venda de objetos e imóveis, sendo normalmente escolhidos três procuradores.

No entanto, os registros de procuração não possuíam muitas informações sobre a função que o procurador deveria desempenhar. Havia apenas o local de moradia dele e a declaração de procuração aos procuradores, que lhes delegava plenos poderes para mover uma série de ações em nome dos outorgantes.

Com menos frequência, apareciam os negócios envolvendo escravos, que abrangiam a venda, troca, doação e a alforria conseguida pela compra ou pelos bons serviços prestados aos seus senhores.

Além desses negócios, os livros também serviam para oficializar empréstimos, a quitação, cobrança de dívidas e hipotecas que geralmente eram feitas sobre imóveis ou escravos.

Todavia, como existia uma diversidade grande de negócios que não se enquadraram nas categorias acima, foi necessária, por motivos metodológicos, a criação de uma categoria “outros”, que abarca negócios como dotes, recibos, perdão, fiança,

transação de libelo, avaliação de sobrado, emancipação, douramento da igreja, licença para casar, declarações, adoção, última vontade, divórcio, cadastro e venda de animais.

(Quadro 6)

Quadro 6					
Divisão por Assunto					
Itu 1794-1830					
Anos	Alforria/ venda/doação de escravos	Imóveis	Procurações	Empréstimos, hipoteca e quitação	Outros
1784-1791	18	76	58	2	11
1792-1801	43	269	2	25	27
1802-1811	34	129	62	15	13
1812-1821	14	119	2	7	11
1822-1830	47	142	113	23	39
Total	156	735	293	72	101
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Coleção de Livro de Notas MSS, 1794- 1830 e Arquivo Municipal de Itu, Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830					

O grande número de registros de escrituras de negócios relativos a imóveis, e relatado na tabela acima é um sinal do quanto ele era diversificado, independente da camada social do comprador e vendedor, como exemplo, um escravo comprando terra.

“... e logo pela dita Rita de Campos me foi dito em prezença das mesmas testemunhas que ela muito por sua livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma vende hoje para todo sempre ao dito valentim de campos preto crioulo e seu escravo dela dita ortogante um chão de quatro braças em frente de terras de testada na Rua das Baratas desta mesma villa...”¹⁴³

Também foi encontrado nos livros de notas um registro de doação de um sítio feito por Dona Anna Leme da Silva para o casamento da filha.

“...Aos vinte sete dias do mês julho de mil e cetecentos e na noventa e fiz nesta villa de Nossa Senhora da Candelária de Itu cazas de morada de forma Anna Leme da Silva onde eu tabelião ao diante nomeado faz vindo sendo ahi por ella reconhecida de mim pela própria de que do fé neste dito em prezença das testemunhas ao diante delas e das assinadas que ella ratificava agora a doação que a via feito a sua filha Maria Leme para casar com Miguel Joaquim de Cubas que vem a ser o lhe deo de sua parte =o citio= hua negra de de nome Rita de nação Banguella = e oito doblas em dinheiro que são cento e dois mil quatrocentos de reis= e para doação dice fazia na sua tersa da doadora com

¹⁴³, Livro 8 fl. 167 Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830, Arquivo Municipal de Itu

declaração de que falecendo o dito seu genro sem deixar filhos não entrariam estes bens em meação com os erdeiros da parte dos Pais do mesmo Miguel Joaquim Cubas e alem do que já esta declarado deu mais ella doadora a dita sua filha três vacas com crias, e hum cavalo cellado e enfreado= hum par de brincos de oiro= e que tudo fora dado de sua pare declarando que de deo na sua tersa foi também esta as oito doblas em dinheiro já declaradas para assim não prejudicar aos mais erdeiros e de como assim dice lavres este papel de dava em que a seu rogo assino...”¹⁴⁴

Dessa forma, a doação de casamento apresenta uma série de elementos importantes na formação de um novo núcleo de produção familiar como, por exemplo, dinheiro, ouro, sítio, animais e escravos. Além disso, ela estava vinculada a terça que era a parte do espólio líquido que a inventariada tinha a seu livre dispor.

Todavia os imóveis mais negociados eram as terras, que englobavam tanto terrenos na vila (mais valorizado) quanto no campo. Devido ao seu baixo valor de mercado, a maioria da população poderia ter acesso a esse tipo de propriedade, o que contribuiu para a proporção de 38,8% do total.

Logo em seguida vinham os negócios envolvendo casas, que atingiam 31%. Geralmente, as moradias de maior valor eram os sobrados feitos de taipa de pilão, e localizados no largo da matriz ou na rua direita, sendo que seu preço ultrapassava 1:000\$000 de reis. Também podia influir na avaliação do imóvel, a quantidade de portas, janelas e o tipo de telha.

As casas localizadas na Rua das Casinhas também eram bastante valorizadas, porém, por ser uma área comercial não foi encontrado nenhum sobrado. Em contrapartida, as casas mais baratas eram feitas de taipa de mão e teto de palha, e se localizavam na Rua Santa Rita e no beco das Baratas.

Já os sítios e engenhos tinham seu tamanho medido por braças, o equivalente a 2,20 metros¹⁴⁵. A medida da frente era chamada de testada e a dos fundos de sertão. Os limites de extensão da propriedade não eram demarcados, pois normalmente usava-se marcos impostos pela vizinhança ou delimitações da natureza, como morros e rios. Além disso, as principais benfeitorias realizadas na propriedade também constavam nesses registros.

Os negócios imobiliários em que as mulheres estavam envolvidas, sem a

¹⁴⁴, Livro 12 fl. 30 Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830. Arquivo Municipal de Itu.

¹⁴⁵ Simonsen, op. cit., P. 462.

presença compartilhada com pais, maridos e filhos representavam 24% de todos os registros. A maioria delas estava negociando casas, ao contrário da média geral, que negociava terras. Este fato, possivelmente, poderia ser devido ao fato da cidade oferecer às mulheres viúvas e solteiras melhores condições para residirem, uma vez que a moradia em sítios, muitas vezes, impunha a necessidade de uma congregação maior de pessoas. Dessa forma, segundo Maria Coleta F. de Oliveira, a cidade torna “economicamente viável a subsistência da mulher independentemente do marido”¹⁴⁶.

Já para Eni de Mesquita Samara, a maior facilidade de as mulheres encontrarem espaços para atuarem no mercado de trabalho urbano favorecia um maior predomínio feminino de pessoas residentes. Nas vilas e cidades, as ocupações eram diversificadas, o que atraía a mão-de-obra que não encontrara espaço nas zonas de agricultura comercial. Dentro desse contexto, as mulheres, a exemplo da população livre e pobre, “encontravam no meio urbano maior oportunidade de trabalho por necessidade ou circunstância”¹⁴⁷. Assim, se a mulher não fosse casada e tivesse apenas um imóvel, provavelmente, ela teria uma casa na cidade.

(Quadro 7 e 8)

Quadro 7					
Imóveis negociados					
Itu 1794-1830					
Anos	Terras	Sítio	Engenho	Casa	Total
1784-1791	33	23	3	17	76
1792-1801	118	53	23	75	269
1802-1811	51	26	14	38	129
1812-1821	42	30	9	38	119
1822-1830	43	22	17	60	142
Total	287	154	66	228	735
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”MP-USP Livro de Notas MSS, 1794- 1830 e Arquivo Municipal de Itu, Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830					

¹⁴⁶ Teixeira, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. notas P. 136 . apud. Oliveira, Maria Coleta F. A. “*Classe social, família e reprodução: reflexões teóricas e referências empíricas*”, Cadernos de Estudos e Pesquisas, 3. São Paulo: Fau-Usp, Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979 P. 28

¹⁴⁷ Samara, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2005. P 40-41

Quadro 8					
Divisão de imóveis negociados por mulheres					
Itu 1794-1830					
Anos	Terras	Sítio	Engenho	Casa	Total
1784-1791	9	6	1	9	25
1792-1801	22	5	1	26	54
1802-1811	2	7	3	11	23
1812-1821	4	7	2	14	27
1822-1830	15	8	9	20	52
Total	52	33	16	80	181
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”MP-USP Livro de Notas MSS, 1794- 1830 e Arquivo Municipal de Itu, Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830					

Os engenhos pelo seu alto valor de mercado eram menos freqüentes nos registros imobiliários, apenas 8,9% do total. As mulheres, sem a interferência de algum homem, participaram de 16 das 66 negociações realizadas, ou 24%. Desse total, 9 estavam vendendo seus engenhos, 3 comprando, 2 trocando por outros engenhos, 1 arrendando e mais 1 vinculando um empréstimo a hipoteca de um engenho.

(Quadro 9)

Quadro 9					
Total de negócios com engenho feito por mulheres					
Itu 1784-1830					
Anos	venda	compra	arrendamento	troca	hipoteca
1784-1791	1	----	----	----	----
1792-1801	----	----	----	1	----
1802-1811	1	----	----	----	1
1812-1821	1	1	----	1	----
1822-1830	6	2	1	----	----
Total	9	3	1	2	1
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”MP-USP Livro de Notas MSS, 1794- 1830 e Arquivo Municipal de Itu, Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830					

Apesar da maioria das mulheres estarem vendendo engenho, a existência de pelo menos três compras, mostra que elas não apenas herdavam os engenhos do marido, como constataram Paulo Eduardo Teixeira¹⁴⁸, para Campinas entre 1765 a 1850, e Evaldo Cabral de Mello, para Pernambuco no século XVIII¹⁴⁹.

Teixeira as descreve como provenientes de uma elite branca e proprietária de escravos e terras, que com a morte do marido assumiam suas funções, desempenhando

¹⁴⁸ Teixeira, op. cit.. P. 212

¹⁴⁹ Mello, Evaldo Cabral de, *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, P. 419.

um papel não muito comum às mulheres¹⁵⁰.

Já Mello explica que as mulheres apareciam muitas vezes à frente dos engenhos herdados dos maridos, administrando-os diretamente ou encarnando, como principal beneficiária, a integridade de um patrimônio que os sucessores tinham interesse em manter e cuja gestão se entregava ao filho ou ao genro¹⁵¹.

Dos 3 engenhos comprados por mulheres, 2 foram adquiridos por Dona Maria da Anunciação Goes Paxeco e pertenciam à herança materna do Alferes Manoel Antonio de Campos. A propriedade de dois engenhos, devido ao seu alto valor de instalação nesse período, era incomum e a maioria dos proprietários tinha apenas um engenho e outros sítios em que plantavam cana-de-açúcar, gêneros alimentícios e criavam animais.

O outro engenho foi comprado por Josefa Maria do Amaral em 1815 e, conforme relatado:

“Como Escritura de venda, compra de huma chácara com engenho, serras nos surbúbios desta villa que vende o Reverendo Antonio Paxeco da Silva a Donna Jozefa Maria do Amaral pela quantia de 1:520\$000”¹⁵²

Ela declara na escritura do registro que era casada com o Capitão Theobaldo de Mello, porém há 18 anos vivia separada do marido e desde então, administrava seus próprios negócios.

“...Dis Donna Jozefa Maria do Amaral desta villa que ella suplicante não obstante ser cazada legitimamente com o Capitam Theobaldo de Mello e crer com tudo como a dezoito annos mais ou menos que vive separada d'elle, tem legido por si a sua pessoa, e bens de sorte que na realidade tem a necessária descrição para contratar, obrigar-se com tudo para a suplicante obrigar se por escritura publica do Reverendo Padre Antonio Paxeco da Silva pelo preço da chácara que lhe comprou, requer a vossa mercê a authorize por seo despaxo para fazer a dita compra, obrigar-se ficando deste modo suprida a fraqueza do intender das mulheres e a falta de autoridade de seo marido, mande que o escrivão lavrar...”¹⁵³

O trecho citado pode mostrar, de um lado, os obstáculos que as mulheres

¹⁵⁰ Teixeira, op. cit., P. 212

¹⁵¹ Cabral de Mello, op. cit., P. 419.

¹⁵² Livro de Notas 21 de 1814 . fl 134 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

¹⁵³ Livro de Notas 21 de 1814 . fl 135 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

poderiam encontrar nessa época e, de outro, as maneiras de driblar as regras institucionais dessa mesma sociedade. Uma vez que a compradora, mesmo de maneira informal, conseguiu gerir seus próprios negócios descartando a necessidade de recorrer a um processo de divórcio para estabelecer uma separação oficial do marido.

Contudo, a preocupação de Donna Jozefa Maria do Amaral em requisitar uma autorização para a compra do engenho, “ficando deste modo suprida a fraqueza do intender das mulheres¹⁵⁴” demonstra que a administração feminina de negócios não era tarefa fácil.

Na parte relativa ao consentimento do marido para compra ou venda de bens de raiz, ou imóveis, o Código Filipino no Livro 3, Título 47 define que:

“... Nenhum homem casado poderá sem procuração, ou ortoga de sua mulher nem a mulher sem procuração de seu marido, litigiar em juízo sobre bens de raiz seus próprios, ou de foro feito para sempre, ou a tempo certo, sendo o arrendamento de dez annos ou dahi para cima, porque em taes arrendamentos de dez annos o senhorio proveitoso da cousa arrendada passa aquelle, a que o arrendamento he feito.

E o mesmo não poderá litigiar em juízo sobre o direito de algumas rendas, pensões, terças, foros, ou tributos seguem a natureza e qualidade dos bens de raiz, e por taes foros, rendas, pensões, ou tributos seguem a natureza e qualidade dos bens de raiz, e por taes são havidos e julgados, ou sobre Direitos Reaes, Padroados e jurisdicções, ou sobre quaesquer bens, em que cada hum delles marido, ou mulher tenham o uso e fructo somente, posto que as demandas sejam sobre forças dos ditos bens, ou direitos, quer sejam casados por carta de metade, quer per dote e arras. E fazendo alguma das ditas pessoas o contrario, todo o que processar, seja havido por nenhum...”¹⁵⁵

Dessa forma, os obstáculos legais que dificultavam a administração feminina, poderia ser um dos motivos para a maioria delas vender seus engenhos, como por exemplo, D. Gertrudes Umbelina Ferraz de Campos, com registro de venda do ano de 1809:

“...Escritura de venda e compra de hum citio engenho terras, pertencentes do engenho, tendal e dous escravos, que vende Donna Gertrudes Umbelina Ferraz

¹⁵⁴ Livro de Notas 21 de 1814. fl. 135 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

¹⁵⁵ CÓDIGO Philipino, op. cit., Livro III 1870 Título 47 fl. 631-633.

de Campos ao Capitam Eufrazio de Arruda Botelho tudo como abaixo se declara, e com preço e quantia de quatro contos e sescentos mil de reis 4:600\$000...”¹⁵⁶

Na descrição de seu registro constam diversas benfeitorias fundamentais para o processo de fabricação do açúcar como alambiques e engenho de moer com bois.

“Hum citio Engenho e terras no Bairro de Anhembu termo desta villa com cazas de vivenda de três lanços de taipa de Pilam cubertos de telha, com cazas de engenho cubertos de telha e engenho de moer com bois, com cazas de tendal cubertas de telha, com quatro cobres, hum lambique e mais cobres pertencentes ao fabrico de assucar e todos os mais trastes que se achão dentro das ditas cazas de engenho e tendal pertencentes do mesmo e dous carros hum caixam de assucar, huma pipa de agoardente e toda a cana plantada no dito citio o qual tem duzentas braças de testada e meia légua de certam...”¹⁵⁷.

O pagamento foi feito de forma parcelada como descrito abaixo:

“O pagamento na forma seguinte. Ao fazer desta Cem mil de reis da futura desta a hum anno oito centos mil de reis, da futura desta a três annos hum conto e seiscentos mil de reis, e o ultimo pagamento que he de quinhentos mil de reis da futura desta a quatro annos e todo excesso de tempo que ouver dos pagamentos haveram os juros...”¹⁵⁸

Assim, percebe-se no registro de venda de Gertrudes Umbelina Ferraz de Campos uma grande riqueza de detalhes, como por exemplo, o estabelecimento de juros pela falta de pagamento e o prazo de 4 anos para a venda completa do engenho.

Contudo, o pagamento a prazo poderia ser arriscado devido a uma série de circunstâncias como uma colheita ruim, uma produção superestimada, ou até mesmo a morte do proprietário ou de escravos que trabalhavam no engenho, impossibilitando o pagamento da dívida e por consequência a sua hipoteca.

Na parte relativa ao estado conjugal das 9 mulheres vendedoras de engenhos, 6 constavam nos registros como viúvas e as outras 3 não relataram o seu estado conjugal. Um exemplo de viúva vendedora foi Dona Maria Joaquina da Trindade Aranha, assim descrito na sua escritura:

¹⁵⁶ Livro de Notas 19, 1809. fl 72 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

¹⁵⁷ Idem. fl .73

¹⁵⁸ Ibidem.

“...No Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus cristo de mil oitocentos e quatro ao sete dias do mês de Novembro do dito anno nesta villa de Nossa Senhora da candelária de Itu comarca da cidade de Sam Paulo em casas de morada de Donna Maria Joaquina da Trindade Aranha eu tabelião ao diante nomeado fui vindo e sendo ahi por ela mesmo reconhecida pela própria de que dou fé me fé me foi dito em prezença das testemunhas a diante nomeadas e assignadas que por erança de seu falecido marido Domingos Barboza Lima...”¹⁵⁹

Em outro caso de venda, a viúva Dona Maria Leite de Campos no ano de 1829 teve de vender o seu engenho para pagar as dívidas que o falecido marido assumiu para comprar o mesmo em um leilão de praça. Esses leilões aconteciam quando a família da pessoa inventariada não conseguia vender os bens para o pagamento das dívidas.

“...Logo pela obtorgante dita viúva, Maria Leite de Campos foi dito perante as testemunhas ao diante nomeadas, assignadas, que seu falecido marido arrematou em praça hum sitio e terras no termo desta vila que foi do falecido Manoel de Campos Pais, cuja arrematação foi feita em dezabriga de dividas daquelle falecido e por que seu dito marido não fez pagamentos dessas dividas, ella agora por esta escriptura vende o mesmo sitio e terras a Manoel soares Ferraz para os ditos pagamentos, e o faz pela quantia de hum conto quatrocentos e sincoenta mil de reis, pagando elle comprador a respectiva sina, tendo hum anno de espera para fazer o primeiro pagamento daquillo, que puder, e depois obrigado a pagamentos annues athe finalmente pagar a totalidade da divida, sem se marcar o ultimo, por deverem ser os pagamentos como puder o comprador cujo o sitio e terras disse ella obtorgante ser no bairro Pirahi de baicho, com cazas de morada e engenho para fabricar assucar, tudo muito velhas, e quase a cahir...”¹⁶⁰

O registro expõe duas informações importantes. A primeira seria a negociação direta entre a vendedora Maria Leite de Campos e o comprador Manoel Soares Ferraz, demonstrando a participação efetiva da mulher na realização do negócio e a segunda seria a descrição do engenho como velho e prestes a cair.

Três outras vendedoras não tiveram identificado seu estado conjugal, uma era Maria de Jezus Doarte, recolhida do convento de Santa Theresa e filha de uma viúva

¹⁵⁹ Livro de Notas 17, 1804. fl. 17 verso MSS. Arquivo Municipal de Itu.

¹⁶⁰ Livro de Notas 30, 1830. fl. 98 verso MSS. Arquivo Municipal de Itu.

proprietária de engenho inventariada Izabel de Novaes de Magalhães¹⁶¹, que vendeu metade de um engenho no mesmo ano em que o havia recebido por herança da mãe. Como estava enclausurada, a herdeira não participou diretamente da negociação, sendo seu irmão Joaquim Doarte Novaes o responsável direto pela venda por meio de uma procuração¹⁶².

Outra mulher que não identificou seu estado conjugal foi Dona Maria Antonia Teixeira, que também vendeu um engenho recebido como herança dos pais.

“...Logo pela dita Dona me foi dito perante as testemunhas ao diante assignadas, que ella possui hum sitio e terras denominado Engenho da Fonte no termo desta villa, por herança de seus falecidos Pais...”¹⁶³

A ausência da descrição do estado conjugal nesses casos pode ter sido ocasionada pelo fato delas serem solteiras como no caso de Maria Jezus Doarte recolhida ao convento Santa Theresa e o que também aparenta ser o de Dona Maria Antonia Teixeira, que recebeu o engenho como herança paterna.

Os dois casos mostram que as mulheres solteiras apenas eram proprietárias de engenhos durante o espaço de tempo entre o recebimento da propriedade como herança e a sua subsequente venda, sendo um dos motivos para a ausência em outras documentações, como por exemplo, inventários.

Todavia, uma alternativa para as mulheres conseguirem manter a propriedade dos engenhos após do falecimento marido poderia ser o arrendamento da propriedade, que garantia uma fonte constante de renda sem os encargos resultante da administração direta.

Nos Livros consta um trato de arrendamento feito por Dona Antonia Gonçalves de Arruda com o seu filho Bento de Camargo Arruda Barros Penteado.

“...Em meo cartório comparecerão partes contratantes entre assim, a saber, Dona Antonia Gonçalves Arruda e seo filho Bento de Camargo Arruda Barros Penteado, pessoas de mim reconhecidas pelos próprios de que trato e dou fé pela primeira me foi dito perante as testemunhas ao diante nomeadas, e assignadas que seo filho se emancipou a quatro annos e depois tem administrado sua e serviços, tendo ella em seo poder a legitima paterna do mesmo que he a quantia de noventa e hum mil de

¹⁶¹ Ver capítulo 3

¹⁶² Livro de Notas 28, 1830 fl. 17 MSS. Arquivo Municipal de Itu

¹⁶³ Livro de Notas 30, 1830 fl. 114 verso MSS. Arquivo Municipal de Itu.

reis, pela qual a legitima entrega ella a seo dito filho hum muleque de nome Francisco, não só pela dita legitima, como em remuneração de quatro annos, que se occupou na dita administração, depois, que se emancipou, e que desta data em diante entrando seo dito filho com serviços destes escravo, e sua administração ganhará huma arroba de assucar de cada quatro arrobas, que ella fizer no seu engenho, pagos com os mesmos assucares annualmente assim mais disse se os mesmos assucares annualmente assim mais se sugitava e obrigava a dar o dito seo filho em dinheiro annualmente cincoenta mil de reis e finalmente que se obriga a sustar feitor a sua custa ficando este trato com todo o vigor para futuro, no cazo que seo dito filho cumpra bem com os deveres de administrador, e só poderão desfazer este trato quando acordam ambos havendo ella dita Dona aqui por expressadas as clausulas necessárias para firmura dita E pelo filho da dita me foi dito aceitava as condições desta quanto ao trato, e quanto a pagar de sua legitima da por esta plena, e geral quitação...”¹⁶⁴

A prática de compartilhar a direção dos negócios com um filho adulto poderia ser uma solução para as mulheres viúvas manterem a posse dos engenhos. Nesse caso, o filho Bento de Camargo Arruda Barros Penteadado emancipou-se para poder gerenciar a propriedade herdada do pai. Após quatro anos, a mãe Dona Antonia Gonçalves de Arruda decide oficializar em cartório essa administração.

No contrato de arrendamento também está registrado a participação do filho com sua legítima herdada do pai e o pagamento da mãe pelos 4 anos de gestão do engenho. Além disso, os encargos impostos para o filho iam desde o pagamento de um feitor, algo raro para os engenhos de Itu, até a entrega de $\frac{3}{4}$ da produção anual do engenho, que em troca a mãe daria $\frac{1}{4}$ da produção e um salário anual de 50\$000 réis.

O empréstimo de dinheiro a juros também poderia ser uma opção de renda para as mulheres. Como a economia ituana era voltada para produção canavieira, não era raro que elas pedissem como garantia o engenho do devedor, assim como fez Dona Joanna da Costa Aranha em um registro de empréstimo de dinheiro a juros.

“...E logo pelos ditos obtorgantes o capitam caetano Joze Portela, e sua mulher Donna Anna Maria de Azevedo me foi dito perante as testemunhas a diante nomeadas e assignadas que elle se constituíam devedores a Donna Joanna da Costa Aranha da quantia de hum conto quatrocentos e sinco mil e quarenta e nove de reis e a seo filhor o licenceado Brás Luis de Pina da quantia de sento e noventa e quatro

¹⁶⁴ Livro de Notas 28, 1827 fl. 29 verso MSS. Arquivo Municipal de Itu.

mil novecentos e cinquenta e hum de reis que ambos prefasem a soma de hum conto e seicentos mil de reis que haviam recebidos dos ditos a fazerem de juros de cinco por cento que ficam correndo da data desta em diante para cuja satisfassam se obrigavam suas pessoas e bens moveis e de rais proveme futuros e que para maior segurança hipotecavam para o dito pagamento hum citio engenho e terras citas..”¹⁶⁵

Outras formas de negociação de engenhos como escambo ou troca também estavam presentes nos registros de notas. Um exemplo é o caso de Agostinha Rodrigues Bueno, com registro do ano 1814.

“Escritura de escambo, e troca que entre si fazem o Capitam Estevão Cardozo de Negreiros e sua mulher com Donna Agostinha Rodrigues Bueno de hum citio engenho e terras por outro igual como abaixo se declara...”¹⁶⁶

No caso do trecho acima, a troca de engenhos parece ser mais uma convergência de interesses familiares do que uma alternativa com finalidades apenas econômicas, pois foi feito entre o casal.

Além de os negócios imobiliários, o comércio envolvendo cativos era uma constante nos Livros de Notas, pois o trabalho em Itu era baseado, principalmente, na mão-de-obra escrava, sendo a participação das mulheres nesse negócio significativa, com 39% do total.

Entretanto, a negociação de escravos mais comum feita por mulheres era a alforria, que representava cerca de 70% dos 61 registros levantados.

(Quadro 10)

Quadro 10						
Negócios com escravo feito por mulheres						
Itu 1784-1830						
Anos	Total de registros	Feito por mulheres	Alforria concedida por mulheres	Mulheres vendendo escravos	Mulheres Doando escravos	Mulheres comprando escravos
1784-1791	18	11	5	1	4	1
1792-1801	43	13	6	1	5	1
1802-1811	34	14	13	/	1	/
1812-1821	14	6	6	/	/	/
1822-1830	47	17	13	1	2	1
Total	156	61	43	3	12	3
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Coleção de Livro de Notas MSS, 1794- 1830 e Arquivo do Museu Municipal de Itu, Coleção de Livro de Notas MSS, 1784- 1830						

¹⁶⁵ Livro de Notas 17, 1805 fl. 47 MSS. Arquivo Municipal de Itu

¹⁶⁶ Livro de Notas 21, 1814 fl. 1. MSS. Arquivo Municipal de Itu.

Para quantificar a participação das proprietárias de engenho nos negócios envolvendo escravos foi feito o entrecruzamento dos dados dos Livros de Notas com os inventários dessas proprietárias. O único registro de negócios envolvendo escravo encontrado dentro dessas especificações foi a escritura de alforria feita por D. Anna Leme da Silva em benefício de sua escrava Francisca, que teria liberdade concedida após a sua morte.

“...Em cazas de morada da Donna viúva Anna Leme da Silva eu tabelião ao diante nomeado fui vindo e sendo ahi por ella reconhecida pela própria. Pelo prezente instrumento dava alforria e liberdade a sua escrava de nação cabinda chamada Francisca cazada com manonel de Brito mulato forro, por seu falecimento della otorgante a dita alforria com a condição de a servir a dita escrava em quanto sua vida della dita otorgante, ficando assim a dita escrava depois do dito falecimento della otorgante forra e liberta como se liberta nascera para hir para onde muito lhe parece e sem já mais poder ser puxada a cativoiro por erdeiro algum della otorgante que declara dar esta dita alforria na sua tersa pelos bons servissos que a dita escrava lhe tinha feito e esperava fizece em the dito falecimento della otorgante...”¹⁶⁷

O trecho indica a idéia de que cuidar do dono até a sua morte poderia ser uma das alternativas para o escravo conseguir a alforria. Normalmente, essas concessões eram feitas com recursos da terça, a parte que o inventariado tinha para o seu livre dispor.

Todavia, o que chama atenção na escritura é a preocupação de Dona Anna Leme Silva, se a sua decisão seria obedecida após a morte, com a ressalva que a escrava “já mais poder ser puxada a cativoiro por erdeiro algum della otorgante”¹⁶⁸.

Dessa forma, manter o escravo mesmo com a liberdade condicional estabelecida em registro, não era raro. Teixeira, ao analisar os inventários de Campinas no mesmo período, encontrou o caso de um filho herdeiro que pretendia manter a posse de uma escrava mesmo com a alforria concedida pela mãe em testamento, ele só não obteve sucesso devido à intervenção da tia materna e de um negociante que ficou com a curadoria da escrava.¹⁶⁹

Além de os negócios envolvendo escravos e imóveis, as procurações também eram uma constante nos Livros de Notas de Itu, representando cerca 21% do total. Essas

¹⁶⁷ Livro de Notas 13 MSS fl. 50 Arquivo Municipal de Itu.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Teixeira, op. cit., P. 136.

eram feitas diante do tabelião público ou em carta selada e, segundo as Ordenações Filipinas, qualquer pessoa poderia ser um procurador a não ser os homens menores de 14 anos e as mulheres menores de 12 anos.

“...E o varão de idade menor de quatorze annos, e a fêmea menor de doze, não podem per si fazer Procurador (6), mas deve-o fazer seu tutor; e que for de quatorze, e a que for de doze até vinte cinco, poderão fazer procurador, havendo para elle auctoridade do juiz do feito, ou do curador: e de outra maneira não...”¹⁷⁰.

As mulheres aparecem com frequência nos registros de procurações. A maioria delas, cerca de 72%, registrava as procurações apenas em seu nome indicando que estas estavam relacionadas a algum tipo de negócio, como por exemplo, a compra de um terreno.

Os outros 28% restantes eram de mulheres que faziam sua procuração conjuntamente com outras pessoas, geralmente maridos ou familiares, podendo sugerir ser uma partilha de bens de algum familiar falecido. Nessas circunstâncias, normalmente, era designado um procurador para acompanhar o processo em nome de todos os familiares.

À semelhança da análise dos negócios envolvendo escravos, foi feita uma correlação entre as proprietárias de engenho inventariadas com as mulheres presentes nos registros de procurações, sendo encontradas 3 nessas condições, as quais fizeram procurações em conjunto com outras pessoas, dificultando a análise mais profunda da participação delas nesse tipo de registro.

(Quadro 11)

Quadro 11					
Procurações feitas por mulheres					
Itu 1784-1830					
Anos	Total de procurações	Procurações com mulheres	Porcentagem	Procurações feitas somente por mulheres	Porcentagem
1784-1791	58	15	25,8	8	13,7
1792-1801	58	22	37,9	13	22,4
1802-1811	62	22	35,4	19	30,6
1812-1821	2	1	50	1	50
1822-1830	113	40	35,3	31	27,4
Total	293	100	34,1	72	24,5
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Coleção de Livro de Notas MSS, 1794-1830 e Arquivo Municipal de Itu, Coleção de Livro de Notas MSS, 1794- 1830					

¹⁷⁰ CÓDIGO Philipino, op. cit., Título 29 fl. 614.

Apesar de os registros não apresentarem muitos dados relativos à participação das mulheres proprietárias de engenhos nos negócios envolvendo escravos e procurações. Na parte relativa ao comércio de imóveis e, principalmente, nas transações envolvendo engenhos, a documentação se mostrou de grande utilidade, permitindo uma melhor exemplificação das diversas alternativas possíveis a uma proprietária como a venda, o arrendamento e a troca de engenhos ou até indiretamente empréstimo de dinheiro para proprietários de engenho.

Além disso, as dificuldades que as proprietárias de engenhos encontravam para interagir em uma sociedade que as viam como incapazes de gerir negócios, também foi latente nesse tipo de documentação, como o exemplo da proprietária D. Jozefa Maria do Amaral, que pedia ao vendedor do engenho uma autorização em despacho, pois “deste modo [estaria] suprida a fraqueza do intender das mulheres e a falta de autoridade de seu marido”.

Contudo, a participação de mulheres em pelo menos 24% dos negócios envolvendo engenhos se assemelha aos dados verificados no Tombamento dos Bens Rústicos de Itu de 1818, em que 22% dos 108 engenhos pertenciam às mulheres. Dessa forma, as informações encontradas nas duas fontes indicam que as mulheres tinham significativa presença na economia canavieira.

Contudo, os dados mais significativos encontrados foram os relacionados à produção dos engenhos femininos em que elas possuíam mais escravos e maior produção em comparação aos homens.

Resta saber qual era o perfil do patrimônio dessas mulheres, verificando principalmente as diferenças entre as casadas e viúvas. Para tanto, serão utilizados os inventários pós-mortem de Itu durante os anos 1780 a 1830, focando questões relativas ao perfil e transmissão do patrimônio das proprietárias, bem como das mulheres casadas com donos de engenho.

CAPÍTULO III

Patrimônio e Partilha: perfis femininos

3.1 Riqueza e posição social

No capítulo anterior procuramos entender a participação das mulheres proprietárias de engenho na produção e circulação econômica de Itu. Já nesta parte, trataremos de questões relativas ao perfil do patrimônio, à manutenção da riqueza após a morte do marido e às estratégias de transmissão das propriedades para determinados filhos em detrimento de outros.

Para desenvolver essa temática analisamos os inventários dos proprietários de engenho, pois são documentos que possibilitam verificar o patrimônio acumulado pelos indivíduos durante a vida e a sua conseqüente transmissão¹⁷¹.

Os documentos selecionados para esta pesquisa estão alocados no setor de Documentação Histórica do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, e pertencem ao Fundo Primeiro Ofício da Comarca de Itu são 323 inventários referentes ao período de 1780 a 1830 e destes, 117 ou 36,22% são de mulheres.

De 1780 a 1790, as mulheres representavam 22,22% dos inventariados e no decênio posterior essa proporção sobe para 25%. A partir da primeira década do século XIX, há um aumento substancial de inventários remanescentes e também um aumento da proporção feminina. No período de 1801 a 1810, a proporção contabilizada foi de 31,75%, diminuindo para 29,42% no decênio de 1811 a 1820 e nos últimos dez anos foi registrada a maior quantidade de inventários, 155, e a maior proporção de mulheres, 43,23%¹⁷².

A maior quantidade de homens inventariados se mostrou interessante, uma vez que a maioria da população livre era constituída de mulheres, como constatou Samara em estudo referente à vila Itu na segunda metade do século XVIII¹⁷³. Segundo a autora, nos censos ituanos eram freqüentes os fogos com “marido ausente”, com “tropas no caminho de Santos” ou em “viagem para sul” e, por isso, os homens só apresentavam índices superiores às mulheres devido à incidência maior de escravos¹⁷⁴.

Do total de inventários femininos analisados, as mulheres com engenhos registrados representavam 20% do total. Essa proporção inicia-se alta, pois, no primeiro decênio, metade delas os possuíam. O número aumenta na segunda década, visto que

¹⁷¹ Os inventários também possibilitam a análise de questões relativas a preços de mercadorias, à vida material e à distribuição de riqueza.

¹⁷² O maior número de inventários na última década deve-se muito mais a conservação desses documentos do que ao aumento populacional.

¹⁷³ Samara, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2005. P. 111.

¹⁷⁴ Idem, P. 112.

2/3 das inventariadas tinham engenhos. Na década seguinte, esse número diminuiu para 10%, subindo para 16%, no período de 1811 a 1820 e, no último decênio do estudo, a proporção registrada foi de 22,38% das 67 mulheres.

(Quadro 12 e 13)

Quadro 12					
Proprietárias de engenho					
Total de inventários					
Itu (1780-1830)					
Anos	Número de inventários	Total de mulheres	%Mulheres	Total de homens	%Homens
1780-1790	9	2	22,22%	6	88,88%
1791-1800	12	3	25,00%	9	75,00%
1801-1810	63	20	31,74%	43	68,25%
1811-1820	85	25	29,41%	60	70,58%
1821-1830	155	67	43,22%	88	56,77%
Total	323	117	36,22%	206	63,78%

Fonte: Arquivo do Museu Republicano "Convenção de Itu" MP-USP inventários MSS 1780-1830.

Quadro 13		
Proprietárias de engenho		
Inventários de mulheres com engenho		
Itu (1780-1830)		
Anos	Total de mulheres	Total de inventários de mulheres com engenho
1780-1790	2	1
1791-1800	3	2
1801-1810	20	2
1811-1820	25	4
1821-1830	67	15
Total	117	24

Fonte: Arquivo do Museu Republicano "Convenção de Itu"- MP-USP inventários MSS 1780-1830.

O número total de 24 mulheres com engenho encontrado nos inventários é idêntico ao registrado nos "Bens Rústicos" de Itu de 1818, porém, nesta documentação, do total de 45 imóveis rurais registrados em nome de mulheres, 53,33% delas possuíam engenhos.

No entanto, os dados dos "Bens rústicos" devem ser vistos com cautela, pois no censo só estão registrados as propriedades rurais excluindo uma parcela significativa de mulheres¹⁷⁵.

Além disso, esse dado de 24 mulheres com engenhos encontrado nos dois documentos, se mostrou superior aos dos "Mapas de engenho" de Itu¹⁷⁶, em que foram encontradas 14 proprietárias, em 1798, evidenciando assim, um aumento. Isto é corroborado por Samara, em sua análise dos Maços de População, que encontrou vários

¹⁷⁵ Samara, op. cit., 2005. P 40-41.

¹⁷⁶ Idem.

momentos de um aumento substancial de engenhos femininos. Por exemplo, no ano de 1798, verificou a presença de 13 senhoras de engenhos, que passa a ser de 19, no ano de 1809 aumentando para 21 no ano de 1818 e atingindo o número de 29 em 1822¹⁷⁷.

Outro dado importante para pesquisa foi o estudo feito por Teixeira com base nos censos de Campinas de 1814 e 1829, no qual constatou-se que havia nessa região um predomínio de proprietárias naturais da vila de Itu, como reflexo da escassez de terras ituanas para instalação de novas fábricas de açúcar¹⁷⁸. Assim, as ituanas, além de presentes na própria economia açucareira local, também estavam inseridas no processo de expansão da cultura canaveira do oeste.

Com relação ao estado conjugal dessas proprietárias de engenhos, verificou-se que das 24 inventariadas, 19 eram casadas, 5 viúvas e nenhuma solteira. No entanto, as viúvas só aparecem nos dois últimos decênios, e a sua proporção diminui concomitantemente ao aumento do número de inventários. Dessa forma, entre 1811 a 1820, elas representaram 50% do total e, na última década, 25% do total de 15 inventários.

(Quadro 14)

Quadro 14				
Proprietárias de engenho				
Inventários de mulheres com engenho, a partir do seu estado conjugal				
Itu (1780-1830)				
Anos	Total de inventários de mulheres com engenho	Casadas	Viúvas	Solteiras
1780-1790	1	1	---	----
1791-1800	2	2	---	----
1801-1810	2	2	---	----
1811-1820	4	2	2	----
1821-1830	15	12	3	----
Total	24	19	5	----
Fonte:Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP inventários MSS 1780-1830.				

Ao compararmos o número de mulheres proprietárias com os homens, percebemos que eles quase não se diferenciam, pois foram encontrados 24 inventários masculinos com esse tipo de propriedade, sendo destes 19 casados, 4 viúvos e apenas 1 solteiro.

O número significativo de proprietários casados mostra a importância da quantidade de donas de engenhos encontrada por Samara nos Maços de População, como por exemplo, no ano 1822, quando foram registradas 29. Nessa época as mulheres

¹⁷⁷ Samara, op. cit., 2005. P 167.

¹⁷⁸ Teixeira, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. P 210.

só eram registradas como proprietárias dos engenhos quando fossem viúvas, solteiras ou quando o marido estivesse ausente, o que diminuía sensivelmente a participação feminina nos recenseamentos do período.

Entretanto, a grande porcentagem de casamentos em Itu durante o período também era um fator importante, como verificou o viajante Martim Francisco Ribeiro de Andrade ao visitar a vila, em 1803.

Sua povoação sobe acima de 8 mil habitantes, a qual vai sempre em crescimento, não só pela concorrência de homens de outras vilas atraídos pela fertilidade do terreno, mas também pela abundância de casamentos. O furor de casar é tal em Itu, que até casam homens e mulheres aleijados.¹⁷⁹

A observação de Andrade nos leva a acreditar numa freqüência maior de casamentos em Itu em relação a outras localidades, devido à inclusão de pessoas como “aleijados”, que, em outros lugares, não teriam normalmente espaço dentro do mercado nupcial.

Todavia, durante a pesquisa foi encontrado no inventário do proprietário de engenho, o Alferes Antonio de Godoi Penteado, uma declaração feita por sua esposa Dona Izabel de Campos mostrando que casar em Itu não era tarefa tão simples.

Na declaração consta que o falecido marido antes do casamento com a esposa vivia com uma outra mulher e uma filha e, por isso, o dito só pôde casar-se com ela porque a primeira mulher não era da mesma “igualha”, ou seja, da mesma condição social.

“Termo de declaração que faz a inventariante D. Izabel de Campos” “...Que ela pelo prezente termo declarava que a Mai de Angélica de Campos filha natural do inventariado seu marido o Alferes Antonio de Godoi Penteado, que se achava em sua companhia, não havia impedimento algum para contrahirem entre ambos matrimonio ao tempo do nascimento da mesma, pela Mai não ser de igualha do dito falecido, e isto declarava por ter toda a certeza, e que a mesma Angélica de Campos fora tirada da dita mai depois de ter hum anno de idade, e da hi sempre se conservou na companhia do dito seu falecido pai.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Nardy Filho, Francisco. *A cidade de Itu*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo. P. 74. vol 1.

¹⁸⁰ Inventário do Alferes Antonio de Godoi Penteado, 1818 Caixa 23, fl. 12. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

Segundo a inventariante Dona Izabel, o casamento com o Alferes, mesmo ele sendo pai de uma filha de outra mulher viva, o que era proibido na época, só foi possível devido à condição distinta entre ele e a sua primeira mulher.

Outro elemento importante para o maior número de proprietários de engenhos casados foi o tipo de estrutura de administração da produção, que era baseado principalmente na família. Petrone, em sua análise dos Maços de População de Itu, revelou a existência de poucos administradores ou feitores de engenho, pois o próprio fazendeiro ou alguém de sua família, um filho geralmente, encarregava-se de comandar os escravos.

“Mesmo fazendas com um número relativamente grande de escravos não apresentam sempre feitores. Somente os senhores de engenhos muito ricos, os que possuem vários engenhos e os que exercem ainda outras atividades, não residiam na fazenda”¹⁸¹.

Assim, devido às exigências existentes do cultivo da terra, a própria estrutura rural impunha a necessidade de um mutirão formado por familiares¹⁸².

A instituição familiar, portanto, tinha um importante papel na manutenção dos meios de produção da época e, de certa forma, pelas informações sobre o estado conjugal obtidas nos inventários, percebe-se que o casamento tinha uma relevância maior que o elemento masculino na administração, pois o número de pessoas viúvas e solteiras não se mostrou muito diferente entre os gêneros: 5 viúvas para 4 viúvos e 1 solteiro.

Nos inventários analisados também estavam acopladas outras documentações, como por exemplo, os testamentos, que aparecem de forma transladada, por serem cópias, os cabeçalhos e as invocações religiosas foram suprimidas, permanecendo apenas as declarações do(a) testador(a). Os testamentos serviam como um instrumento em que o indivíduo poderia deliberar sobre a partilha dos bens materiais e procedimentos quanto ao seu enterro, sendo utilizados, às vezes, como prova dos últimos desejos do inventariado.

Dessa forma, o testamento constitui-se uma fonte importante para os estudos da História das Mulheres contendo uma variada gama de informações, tanto quantitativas

¹⁸¹ Petrone, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1968. P. 131.

¹⁸² Teixeira, op. cit. P. 102.

quanto qualitativas, sobre a sociedade de época, modos de vida, patrimônio e até ritos fúnebres. Dos 117 inventários investigados, 29 possuíam testamentos acoplados.

(Quadro 15)

Quadro 15			
Total de testamentos			
Itu (1780-1830)			
Anos	Inventários	Total de Mulheres	Porcentagem
1780-1790	9	2	22,2
1791-1800	12	3	25
1801-1810	63	20	31,7
1811-1820	84	25	29,4
1821-1830	155	67	43,2
Total	323	117	36,2
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Testamentos em Inventários MSS 1780-1830			

Nos inventários das donas de engenhos constatou-se a existência de 3 testamentos acoplados, sendo 2 de viúvas e 1 de casada, representando 12,50% do total, uma média abaixo dos 24,78% encontrados no geral das inventariadas.

(Quadro 16)

Quadro 16		
Proprietárias de engenho		
Total de testamentos de mulheres		
Itu (1780-1830)		
Anos	Total de testamentos	Proprietárias de Engenho
1780-1790	----	1
1791-1800	1	----
1801-1810	4	----
1811-1820	4	1
1821-1830	20	1
Total	29	3
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Testamentos em Inventários MSS 1780-1830		

Uma das causas da discrepância entre a proporção de testamentos existentes entre proprietárias de engenho e as inventariadas em geral poderia ser o fato de que a grande maioria delas era casada, o que minimizaria problemas judiciais e a conseqüente averbação dos testamentos aos inventários.

Outra parte integrante dos inventários eram os processos de avaliação dos bens, que é uma fonte imprescindível para análise da constituição geral do patrimônio das proprietárias. Essa avaliação antecedia a partilha e tinha por finalidade estimar a herança e o montante das dívidas.

Após a relação dos dados gerais do inventariado eram instituídos avaliadores que calculavam os valores dos escravos, metais, bens móveis e de raiz, entre outros. Depois

era apresentada uma lista nominal dos credores e devedores. Ao final todos os valores eram somados, constituindo o “monte-mor”, que era registrado na folha de contas.

No monte-mor pôde-se perceber que grande parte das mulheres proprietárias, 9 das 24, possuía um patrimônio bruto acima de 10:000\$000 réis, e, entre elas, destacaram-se duas viúvas, Dona Maria Joaquina de Souza¹⁸³, cujo inventário registrava um monte-mor de 10:852\$950 réis e Dona Izabel Novaes de Magalhães¹⁸⁴, no valor de 89:181\$924.

O inventário de Dona Izabel Novaes de Magalhães mostra que a família tinha estreita ligação com a igreja católica, pois, dos seus três filhos vivos, um era Reverendo Padre e as outras duas filhas eram recolhidas do Convento de Santa Teresa, em São Paulo. Além disso, no seu testamento a inventariada relata: “Declaro que desde que faleço o meo marido tenho gasto apenas em minha conservação e em obras pias...”¹⁸⁵.

(Quadro 17 e 18)

Quadro 17		
Proprietárias de engenho		
Valores do monte-mor das mulheres casadas		
Itu (1780-1830)		
Anos	Nomes	Monte-mor
1780	Thereza de Jezus Amaral	3:418\$662
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	8:506\$900
1800	Elena Maria de Sousa	-----
1808	Anna Gertrudes de Campos	18:737\$390
1809	Maria Leme da Sylva	1:401\$540
1820	Ana Eufrozina Aires	10:925\$970
1820	Anna Antunes Cardozo	5:465\$220
1823	Maria Leite da Silveira	2:961\$590
1820	Barbara Dias Leite	13:109\$340
1825	Escolastica Paxeco de Campos	20:607\$037
1825	Antonia Fausta Rodrigues Jordão	44:236\$995
1828	Gertrudes Maria Ferras	7:860\$460
1830	Maria do Monte	13:245\$440
1830	Joanna Maria de Jezuina	6:874\$480
1830	Martinha de Almeida	13:030\$620
1830	Antonia do Amaral	4:370\$000
1830	Maria de Almeida Arruda	28:956\$765
1830	Maria da Conceição Silva	28:021\$000
1830	Maria de Oliveira Prado	14:826\$980

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

¹⁸³ Inventário de Maria Joaquina de Souza 1820 Caixa 24 B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

¹⁸⁴ Inventário de Izabel Novaes de Magalhães 1827 Caixa 33A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP”.

¹⁸⁵ Testamento transcrito no inventário de Izabel de Novaes de Magalhães, 1827 Caixa 33. fl 85. MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

Quadro 18		
Proprietárias de engenho		
Valores do monte-mor das mulheres viúvas		
Itu (1780-1830)		
Anos	Nomes	Monte-mor
1812	Anna Leme da Silva	4: 568\$431
1820	Maria Joaquina Souza	10:852\$950
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	-----
1827	Izabel Novaes de Magalhães	89:182\$924
1827	Maria Ribeira de Araújo	4:569\$080

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Uma das possibilidades para a existência de viúvas com patrimônios vultosos poderia ser a de que os herdeiros da família decidissem partilhar os bens dos pais só após a morte da viúva. Outra justificativa, talvez, seria o fato de que essas viúvas com poder aquisitivo alto não precisassem do auxílio de um marido, pois tinham escravos suficientes para ajudá-la no trabalho de produção do açúcar.

No entanto, Teixeira, com base na lógica de mercado nupcial da época, informa que fatores como riqueza e origem eram de grande relevância. Dentro desse contexto, “mulheres com bens valorizados para época, como os engenhos tinham maiores possibilidades de encontrar novos parceiros, mesmo se fossem mais idosas”¹⁸⁶, podendo ser um dos indicadores para a grande maioria de donas de engenhos casadas.

Além disso, ao compararmos o monte-mor dessas mulheres com os dos proprietários de engenhos verificou-se que 9 dos 24 inventariados também possuíam 10:000\$000 réis na soma dos bens.

Em contrapartida, não foram encontrados nos inventários masculinos, viúvos ou solteiros com monte-mor acima dessa quantia. O viúvo com a maior soma dos bens encontrada foi o Alferes Antonio Pompeo Paes com um monte-mor de 8:426\$170 réis, fato que revelou que as mulheres viúvas possuíam um patrimônio bruto maior que o dos homens.

Na mesma folha de contas em que constava o monte-mor da pessoa inventariada também estava relatado o patrimônio líquido, ou monte-menor, que era constituído pelo valor do monte-mor menos as dívidas passivas contraídas. Neles podiam estar incluídas dívidas relativas ao custo do enterro, escravos e remédios, entre outros. Como por exemplo, o inventário de D. Maria Joaquina de Souza, em que estavam arroladas dívidas referentes a gastos com remédios e assistência durante uma doença:

¹⁸⁶ Teixeira, op. cit. P. 167.

“Declarou mais dever o mesmo monte inventariado ao professor Antonio Joze Babo Arroyado de remédios, e assistência com a falescida inventariada a quantia de cinquenta e quatro mil e quatrocentos e vinte de reis que sahe 54\$420 réis”¹⁸⁷.

Contudo, normalmente na listagem das dívidas passivas aparecia apenas o nome do devedor e o valor e, caso este fosse de outro lugar, também era relacionado o seu domicílio.

Freqüentes nos inventários eram as dívidas passivas, que talvez refletissem a disseminação das relações de crédito entre as pessoas ou a falta de moedas no mercado.

Apesar da impossibilidade da quantificação do mercado de crédito, percebe-se que a maioria das dívidas eram pagas com outros créditos e quando elas eram maiores usavam-se como pagamento escravos e terrenos.

A proprietária de engenho com maior perda de patrimônio, devido ao pagamento das dívidas passivas era Dona Escolástica Paxeco¹⁸⁸, com um monte-mor de 20:607\$037 réis e um monte menor de 9:194\$429, devendo, portanto, 11:412\$608, ou seja, mais da metade de seu patrimônio.

Desta maneira, devido à inserção das dívidas na folha de contas, parte significativa das proprietárias de engenhos, 7 das 24, possuíam um patrimônio líquido entre 5:000\$000 e 10:000\$000 réis. Enquanto as que possuíam um patrimônio bruto acima de 10:000\$000 diminuíram de 9 para 6 inventariadas. E, entre as viúvas, apenas Dona Isabel Novaes de Magalhães tinha o seu montante líquido acima dos 10:000\$000, pois não possuía nenhuma dívida passiva relatada.

(quadro 19 e 20)

¹⁸⁷. Inventário de D. Maria Joaquina de Souza 1820 Caixa 24B, fl. 97 .MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

¹⁸⁸ Inventário de Escolástica Paxeco 1825 Caixa 30 MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

Quadro 19			
Proprietárias de engenho			
Valores do monte menor das mulheres casadas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	Monte-mor	Monte menor
1780	Thereza de Jezus Amaral	3:418\$662	3:213\$470
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	8:506\$900	2:183\$899
1800	Elena Maria de Sousa	-----	-----
1808	Anna Gertrudes de Campos	18:737\$390	16:457\$395
1809	Maria Leme da Sylva	1:401\$540	1:138\$340
1820	Ana Eufrozina Aires	10:925\$970	9:722\$970
1820	Anna Antunes Cardozo	5:465\$220	3:650\$050
1823	Maria Leite da Silveira	2:961\$590	2:901\$590
1820	Bárbara Dias Leite	13:109\$340	10:402\$340
1825	Escolastica Paxeco de Campos	20:607\$037	9:194\$429
1825	Antonia Fausta Rodrigues Jordão	44:236\$995	43:957\$955
1828	Gertrudes Maria Ferras	7:860\$460	2:862\$246
1830	Maria do Monte	13:245\$440	6:815\$281
1830	Joanna Maria de Jezuina	6:874\$480	6:179\$847
1830	Martinha de Almeida	13:030\$620	5:136\$620
1830	Antonia do Amaral	4:370\$000	3:989\$000
1830	Maria de Almeida Arruda	28:956\$765	23:036\$988
1830	Maria da Conceição Silva	28:021\$000	8:277\$825
1830	Maria de Oliveira Prado	14:826\$980	14:826\$980

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Quadro 20			
Proprietárias de engenho			
Valores do monte menor das mulheres viúvas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	Monte-mor	Monte menor
1812	Anna Leme da Silva	4: 568\$431	4:143\$324
1820	Maria Joaquina Souza	10:852\$950	9: 939\$990
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	-----	-----
1827	Izabel Novaes de Magalhães	89:182\$924	89:182\$924
1827	Maria Ribeira de Araújo	4:569\$080	3:923\$832

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Quando os inventariados possuíam uma dívida passiva maior do que seu patrimônio bruto, os herdeiros buscavam no amparo da Lei um mecanismo para manter a posse dos engenhos. Como informa Petrone, entre o período de 1780 a 1830, os proprietários de engenhos gozavam de vários privilégios concedidos pela Coroa, dentre eles estava a provisão régia que proibia a execução de engenhos, outorgada em 6 de julho de 1807 e reafirmada em 21 de janeiro 1809. Mais tarde, em 1814, a Coroa determinou um novo alvará para resguardar ainda mais a atividade canavieira, proibindo todas as dívidas e execuções, mesmo as da Real Fazenda. E conforme a autora, “esses

privilégios só vão acabar em 1833, quando não era mais necessário fomentar a lavoura canavieira com incentivos¹⁸⁹”.

No inventário do proprietário de engenho, o Alferes Antonio Pacheco da Silva, sua esposa inventariante Dona Anna Gertrudes de Campos, com o auxílio do segundo marido, tentou evitar a execução do engenho para o pagamento de dívidas, descrevendo em despacho as seguintes razões:

O despacho liberatório a fl 20, ainda que Douto, para admitir o reformar-se segundo as razões que se vai expor. Pelo calculo dos bens desta herança e ao diante junto, se vê ser o liquido partivel de 1:300\$719, do qual, separada a meação materna, fica a do inventariado, que pertence aos 3 herdeiros seus filhos outra na igual importância de 650\$359 reis, alem do que produzir a adição da prata lavrada, que esta por concluir que o mesmo venerado despacho determina fazer-se-lhei pagamento importe do valor do sitio, e engenho, e que no mesmo seja interado o pagamento do credor o Coronel Luiz Antonio de Souza. Esta determinação estando mui conferente a Ley, que manda inteirar as legitimas dos órfãos em bens de raiz, parece que na circunstancias do caso presente fallando com respectosa modéstia não pode ser applicável; portanto alem do que se vai ponderar, he de advertir-se primeiro, que a dívida a que está responsável esta herança he de 3:777\$865 de reis, e o prédio indicado aos órfãos e aos credores, ainda unindo-se-lhe a importância das dívidas ativas, não chegam a solver a dívida, estando esta em primeiro lugar, porque, conforme a Ley, em quanto há dívida, não há herança. Fanzendo-se o quinhão dos órfãos importar do sitio, e engenho, nenhum proveito lhes rezulta, visto que a herança inventariada não tem meios para poder laborar a fabrica e utilizar os mesmos herdeiros; pois que os poucos escravos que existem, e o mais precioso della, irão preencher a solução da dívida. A Dona inventariante, passando a segundas núpcias, já tem segundo herdeiro e é bem de presumir, que terá ainda mais: estes virão para o futuro a sentir grave prejuízo pela antecipada exclusão consequência de não poderem participar das vantagens daquelle prédio adquiridas pela indústria de seu pai, e serviços dos escravos seus próprios; logo só os herdeiros hora presentes hajão de ser contemplados na parte do mesmo prédio....¹⁹⁰

Pelo despacho supra transcrito, a viúva inventariante devia 3:777\$865 réis ao credor Coronel Luiz Antonio de Souza. Entretanto, o patrimônio total registrado no

¹⁸⁹ Petrone, op. cit., P. 133-136

¹⁹⁰ Inventário do Alferes Antonio Pacheco da Silva, 1817 Caixa 22 fl. 42 MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

inventário era de 1:300\$719 réis, o que impossibilitava o pagamento da dívida e “conforme a Ley, em quanto há dívida, não há herança”¹⁹¹. Por isto, deveria ser feita a partilha do engenho entre os herdeiros e a viúva continuaria com a dívida. O mesmo despacho também indica que a viúva casou-se novamente e já tinha um filho deste segundo casamento, sendo o principal objetivo do documento garantir os benefícios dos engenhos para esse filho, pois o atual marido já investira considerável soma em escravos e na construção de um prédio no engenho.

Além do documento indicar mecanismos para evitar a insolvência do engenho, também consta nele um arranjo matrimonial com efeitos econômicos. Neste caso, o segundo marido investiu de seu próprio patrimônio, mesmo sabendo que poderia perdê-lo para o pagamento de dívidas. Deste modo, uma viúva endividada, mas que tivesse a posse do engenho tinha seu valor no mercado nupcial e o segundo casamento poderia ser uma alternativa para não se desfazer do engenho.

Contudo, para o funcionamento do engenho também eram necessárias quantidades significativas de animais, principalmente em engenhos de São Paulo, pois apesar da produção de açúcar no Brasil colonial caracterizar-se como unidade monocultora, este não foi o padrão seguido pelos proprietários paulistas. Assim, ao lado da produção canavieira também coexistia a produção de outros gêneros alimentícios e a criação de animais¹⁹², que serviam tanto para o consumo interno como para mover as moendas ou para transportar a cana-de-açúcar. Como o gado e bestas, que auxiliavam na produção e transporte, também havia criações de cabras, porcos e cavalos.

A grande maioria das mulheres proprietárias possuía uma soma do valor total dos animais entre 100\$000 e 500\$000 réis. Além disso, pelos dados encontrados, não existia muita diferença entre a média das casadas e viúvas. A quantificação dos dados indica que os animais representavam uma média de 5% do patrimônio total.

A inventariada com rebanho mais bem avaliado era Dona Maria da Conceição Silva¹⁹³, casada com Joaquim José de Andrade, e com seus animais estimados em 2:987\$900 réis.

(quadro 21 e 22)

¹⁹¹ Inventário do Alferes Antonio Pacheco da Silva, op. cit. fl. 42..

¹⁹² Luna, Francisco Vidal e Klein, Hebert S. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2005, pp. 66-68.

¹⁹³ Inventário de D. Maria Conceição Silva 1830 Caixa 38B MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

Quadro 21			
Proprietárias de engenho			
Valores totais dos animais das mulheres casadas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	Monte-mor	Valor dos animais
1780	Thereza de Jezus Amaral	3:418\$662	74\$800
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	8:506\$900	299\$040
1800	Elena Maria de Sousa	----	1:000\$000
1808	Anna Gertrudes de Campos	18:737\$390	228\$400
1809	Maria Leme da Sylva	1:401\$540	152\$300
1820	Ana Eufrozina Aires	10:925\$970	456\$800
1820	Anna Antunes Cardozo	5:465\$220	454\$600
1823	Maria Leite da Silveira	2:961\$590	105\$600
1820	Barbara Dias Leite	13:109\$340	545\$400
1825	Escolastica Paxeco de Campos	20:607\$037	383\$400
1825	Antonio Fausta Rodrigues Jordão	44:236\$995	1:509\$320
1828	Gertrudes Maria Ferras	7:860\$460	502\$000
1830	Maria do Monte	13:245\$440	260\$600
1830	Joanna Maria de Jezuina	6:874\$480	309\$920
1830	Martinha de Almeida	13:030\$620	476\$600
1830	Antonia do Amaral	4:370\$000	279\$000
1830	Maria de Almeida Arruda	28:956\$765	644\$640
1830	Maria da Conceição Silva	28:021\$000	2:987\$900
1830	Maria de Oliveira Prado	14:826\$980	517\$200

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Quadro 22			
Proprietárias de engenho			
Valores totais dos animais das mulheres viúvas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	Monte-mor	Valor dos animais
1812	Anna Leme da Silva	4: 568\$431	262\$800
1820	Maria Joaquina Souza	10:852\$950	201\$320
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	----	247\$000
1827	Izabel Novaes de Magalhães	89:182\$924	415\$000
1827	Maria Ribeira de Araújo	4:569\$080	21\$000

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

A grande quantidade de animais presentes nos inventários indica a importância deles para o funcionamento dos engenhos e produção de gêneros alimentícios além do açúcar. Deste modo, outras culturas coexistiam com as plantações de cana-de-açúcar nos engenhos de Itu, pois segundo Luna e Klein:

“Itu não foi apenas um centro açucareiro importância, mas também um representante típico de boa parte da economia paulista em sua combinação de

produção açucareira com vários outros produtos, dos quais o mais importante foi o milho”¹⁹⁴.

Nos inventários também constam como patrimônio estoques de produtos agrícolas, sendo que a cana-de-açúcar era o item de maior valor e descrita de duas formas: cana madura de maior valor e cana nova de menor valor. A maioria das proprietárias de engenho possuía estoques avaliados entre 100\$000 e 500\$000 réis, proporção similar à avaliação média do total de animais. Ao lado da cana-de-açúcar outros estoques eram declarados nos inventários, como no caso da inventariada casada Dona Ana Eufrozina Aires¹⁹⁵, que possuía além de 11 quartéis de canas, no valor de 281\$600 e 14 quartéis de canas novas de 140\$000, 40 arrobas de algodão de 40\$000 e uma peça de algodão de 19\$500 réis.

Entre as viúvas não foi encontrada nenhuma com estoques de outros produtos além da cana-de-açúcar, sendo Dona Maria Joaquina de Souza a que tinha o estoque mais valioso no valor de 624\$800 réis, constando 7 quartéis de canas para moer, 2 quartéis de canas novas, 384,5 arrobas de açúcar alvo, 89,5 arrobas de açúcar redondo e 38 arrobas de açúcar mascavo.

Apesar da cana-de-açúcar ser o gênero alimentício mais presente nos inventários, a existência de outros, como milho e o algodão corrobora as análises de Luna e Klein, que indicam um cultivo diversificado, diferente de outros lugares como, por exemplo, os engenhos da Bahia¹⁹⁶.

(quadro 23 e 24)

¹⁹⁴ Luna, e Klein, op. cit., P 65

¹⁹⁵ Inventário de D. Ana Eufrozina Aires 1820 Caixa 24B. fl. 65. MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

¹⁹⁶ Idem, Luna, e Klein. P. 67.

Quadro 23				
Proprietárias de engenho				
Valores totais dos estoques das mulheres casadas				
Itu (1780-1830)				
Anos	Nomes	Valor dos estoques	Canas e Açúcar	Outros
1780	Thereza de Jezus Amaral	125\$000	125\$000	-----
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	300\$000	300\$000	-----
1800	Elena Maria de Sousa	487\$000	487\$000	-----
1808	Anna Gertrudes de Campos	1:244\$720	1:244\$720	-----
1809	Maria Leme da Sylva	27\$000	-----	27\$000
1820	Ana Eufrozina Aires	481\$100	421\$600	59\$500
1820	Anna Antunes Cardozo	90\$000	90\$000	-----
1823	Maria Leite da Silveira	84\$000	84\$000	-----
1820	Barbara Dias Leite	686\$840	674\$000	12\$840
1825	Escolastica Paxeco de Campos	310\$000	310\$000	-----
1825	Antonio Fausta Rodrigues Jordão	-----	-----	-----
1828	Gertrudes Maria Ferras	519\$600	519\$600	-----
1830	Maria do Monte	112\$000	112\$000	-----
1830	Joanna Maria de Jezuína	85\$600	85\$600	-----
1830	Martinha de Almeida	205\$000	205\$000	-----
1830	Antonia do Amaral	30\$000	30\$000	-----
1830	Maria de Almeida Arruda	520\$000	520\$000	-----
1830	Maria da Conceição Silva	382\$000	382\$000	-----
1830	Maria de Oliveira Prado	204\$800	204\$800	-----

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Quadro 24				
Proprietárias de engenho				
Valores totais dos estoques das mulheres viúvas				
Itu (1780-1830)				
Anos	Nomes	Valor dos estoques	Canas e Açúcar	Outros
1812	Anna Leme da Silva	-----	-----	-----
1820	Maria Joaquina Souza	624\$800	624\$800	-----
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	249\$000	249\$000	-----
1827	Izabel Novaes de Magalhães	180\$000	180\$000	-----
1827	Maria Ribeira de Araújo	100\$000	-----	-----

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Um patrimônio de pouco valor agregado e, neste sentido, não muito representativo nos inventários, mas de suma importância para o funcionamento dos engenhos, eram as ferramentas, que não ultrapassavam o total de 50\$000 réis. Os mais comuns eram o machado, a foice e a enxada.

Os inventários registram uma grande quantidade de ferramentas, porém elas tinham pouca representação no total do patrimônio, como no exemplo de Dona Izabel de Novaes de Magalhães¹⁹⁷, de 1827. Nele constavam 37 enxadas, no valor de 23\$706

¹⁹⁷ Inventário de D. Izabel de Novaes de Magalhães 1827 Caixa 33 A. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

réis, 32 foices de 88\$000, 22 machados de 15\$540, mais 1 serra braçal de 3\$200 e 10 podões de 2\$400 réis.

Os instrumentos também podiam ser feitos ou consertados nos próprios engenhos em locais apropriados, chamados de Tendas de Ferreiro. Os arados, mesmo com o incentivo dos capitães-generais, dificilmente apareciam nas relações de bens. Uma das causas para a não utilização dele, durante o período de 1780 a 1830, poderia ser o fato de serem máquinas muito pesadas, as quais não se prestavam aos solos tropicais com sua tênue camada de húmus. Assim, o sulco profundo causado pelo uso do arado sepultaria a fina camada nutritiva necessária para o crescimento das plantas. Em contrapartida, a abundância de terras e a constante derrubada da mata, no intuito de conseguir lenha para os engenhos, supriam a necessidade de terras novas para o canavial. Além disso, após a derrubada da mata o uso do arado era dificultado pelas raízes e pelos troncos de árvores¹⁹⁸.

Segundo Petrone, mesmo quando a lavoura canavieira em São Paulo alcançou seu maior desenvolvimento, as mesmas técnicas atrasadas e primitivas do início da produção continuaram: “derrubada, queimada e cultivo da terra, sem nenhuma preocupação com melhorias para aumentar o rendimento”¹⁹⁹. Assim, o crescimento da produção açucareira deveu-se mais ao aumento da área cultivada e da população agrícola, do que do aperfeiçoamento dos métodos de cultivo.

(quadro 25 e 26)

¹⁹⁸ Petrone, op. cit., P. 86-87.

¹⁹⁹ Idem, P. 85

Quadro 25			
Proprietárias de engenho			
Valores totais de ferramentas das mulheres casadas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	monte-mor	valor das ferramentas
1780	Thereza de Jezus Amaral	3:418\$662	18\$600
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	8:506\$900	62\$540
1800	Elena Maria de Sousa	-----	-----
1808	Anna Gertrudes de Campos	18:737\$390	44\$040
1809	Maria Leme da Sylva	1:401\$540	6\$680
1820	Ana Eufrozina Aires	10:925\$970	41\$870
1820	Anna Antunes Cardozo	5:465\$220	13\$640
1823	Maria Leite da Silveira	2:961\$590	17\$900
1820	Barbara Dias Leite	13:109\$340	40\$820
1825	Escolastica Paxeco de Campos	20:607\$037	56\$320
1825	Antonio Fausta Rodrigues Jordão	44:236\$995	165\$310
1828	Gertrudes Maria Ferras	7:860\$460	13\$920
1830	Maria do Monte	13:245\$440	424\$169
1830	Joanna Maria de Jezuína	6:874\$480	16\$440
1830	Martinha de Almeida	13:030\$620	17\$040
1830	Antonia do Amaral	4:370\$000	5\$960
1830	Maria de Almeida Arruda	28:956\$765	85\$500
1830	Maria da Conceição Silva	28:021\$000	63\$160
1830	Maria de Oliveira Prado	14:826\$980	224\$640

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Quadro 26			
Proprietárias de engenho			
Valores totais de ferramentas das mulheres viúvas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	Monte-mor	Valor das Ferramentas
1812	Anna Leme da Silva	4: 568\$431	26\$880
1820	Maria Joaquina Souza	10:852\$950	149\$900
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	-----	14\$160
1827	Izabel Novaes de Magalhães	89:182\$924	132\$820
1827	Maria Ribeira de Araújo	4:569\$080	3\$360

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Diferentemente das ferramentas, os metais tinham valor patrimonial representativo nos monte-mores, aparecendo de forma destacada nos inventários e sendo divididos em ouro, prata, cobre, estanho e arame, entre outros.

O ouro e a prata tinham os seus pesos avaliados em oitavas, como por exemplo, no inventário pertencente à Dona Maria Leite da Silveira de 1823, em que os brincos de ouro com peso de 3 oitavas foram avaliados em 3\$840 réis²⁰⁰.

²⁰⁰ Inventário de Maria Leite da Silveira de 1823 Caixa 28 A. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

Todavia, os cobres faziam parte dos utensílios de fabricação de açúcar e os mais caros eram caldeiras, espumadeiras e tachos. De acordo com Petrone, a quantidade de cobres é um indicador da prosperidade do senhor de engenho, pois em São Paulo não havia o cobre necessário, sendo preciso encomendá-lo no Rio. Segundo carta de Antonio da Silva Prado, de 1819, 2 tachos, 2 escumadeiras e 1 remunhol custavam 246\$555 réis, sendo que, nessa época, a arroba de açúcar branco valia de 900 a 1\$050²⁰¹.

Fora o cobre, outro metal que aparecia com freqüência nos inventários era a prata, que servia tanto para utensílios do lar, como talheres e candelabros quanto para adornos pessoais como anéis, brincos e fivelas que as mulheres ostentavam no colo, na cintura e nos cabelos.

Além desses, o ouro também estava presente na maioria dos inventários, tanto no patrimônio das viúvas como no das casadas. Apesar de ser mais valioso que a prata, devido a sua escassez, o ouro possuía uma menor representação monetária. Para Júnia Furtado, numa sociedade hierarquizada como a colonial, todos os sinais exteriores anunciavam a posição que cada um ocupava:

"Por essa razão as mulheres preocupavam-se em vestir-se com luxo, tanto para comparecer nas cerimônias como para sair às ruas do arraial, pois a vida transcorria aos olhos de todos e o espaço público fornecia a oportunidade de afirmação do papel social que cabia a cada um desempenhar, assim as jóias, peças de ouro e prata eram símbolos exteriores de riqueza²⁰²".

Assim, a diversidade de metais, principalmente de ouro e prata, pode ser um indicador da alta inserção de Itu dentro do comércio mundial, apesar da sua distância dos portos.

(quadro 27 e 28)

²⁰¹ Petrone, op. cit., P. 102 apud. Col. Antonio da Silva Prado, 18. f. 117vs., carta de 19 de junho de 1818; Idem, 19, f. 166, carta 15 de dezembro de 1819.In.

²⁰² Furtado, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes- O outro lado do mito*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2003. P. 137-140

Quadro 27							
Proprietárias de engenho							
Valores totais dos metais das mulheres casadas							
Itu 1780-1830							
Anos		Ouro	Prata	Cobre	Outros	Total	Monte-mor
1780	Thereza de Jezus Amaral	----	6\$425	109\$650	6\$780	122\$855	3:418\$662
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	----	----	194\$200	1\$760	195\$960	8:506\$900
1800	Elena Maria de Sousa	25\$800	28\$910	----	1\$000	55\$710	----
1808	Anna Gertrudes de Campos	185\$800	80\$280	----	9\$720	275\$800	18:737\$390
1809	Maria Leme da Sylva	----	----	9\$600	----	9\$600	1:401\$540
1820	Ana Eufrozina Aires	----	139\$200	161\$520	----	300\$720	10:925\$970
1820	Anna Antunes Cardozo	----	31\$200	129\$800	----	161\$000	5:465\$220
1823	Maria Leite da Silveira	10\$240	8\$400	79\$130	----	97\$770	2:961\$590
1820	Bárbara Dias Leite	81\$150	26\$670	32\$500	3\$520	143\$840	13:109\$340
1825	Escolastica Paxeco de Campos	74\$940	26\$670	1\$040	9\$410	112\$060	20:607\$037
1825	Antonio Fausta Rodrigues Jordão	205\$325	773\$150	149\$440	37\$040	1:164\$955	44:236\$995
1828	Gertrudes Maria Ferras	8\$200	----	133\$200	---	141\$400	7:860\$460
1830	Maria do Monte	----	----	----	2\$000	2\$000	13:245\$440
1830	Joanna Maria de Jezuína	----	27\$000	82\$440	57\$920	167\$360	6:874\$480
1830	Martinha de Almeida	----	15\$600	116\$000	----	131\$600	13:030\$620
1830	Antonia do Amaral	----	----	12\$200	----	12\$200	4:370\$000
1830	Maria de Almeida Arruda	424\$700	212\$000	217\$210	----	853\$910	28:956\$765
1830	Maria da Conceição Silva	457\$760	9\$280	78\$580	1\$280	546\$900	28:021\$000
1830	Maria de Oliveira Prado	104\$800	20\$480	93\$160	1\$000	219\$440	14:826\$980
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830							

Quadro 28							
Proprietárias de engenho							
Valores totais dos metais das mulheres viúvas							
Itu 1780-1830							
Anos		Ouro	Prata	Cobre	Outros	Total	Monte-mor
1812	Anna Leme da Silva	3\$340	22\$175	144\$280	----	169\$795	4: 568\$431
1820	Maria Joaquina Souza	----	51\$245	10\$280	4\$080	6\$1525	10:852\$950
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	46\$800	103\$860	58\$360	13\$000	222\$020	não consta
1827	Izabel Novaes de Magalhães	83\$575	365\$940	8\$360	11\$040	468\$915	89:182\$924
1827	Maria Ribeira de Araújo	----	----	62\$660	----	62\$660	4:569\$080
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830							

Apesar dos metais, ferramentas, estoques e animais terem a sua importância direta e indiretamente na produção canavieira de Itu, a presença de ouro e prata mostra como as mulheres ituanas davam valor a esses objetos da vida material, sendo um sinal de riqueza relevante na vida social. Por outro lado, o baixo valor representativo no total das ferramentas pode indicar que não existia um investimento muito grande em novas técnicas de cultivo de solo, concentrando-se mais na compra de escravos e expansão das

terras. Desta forma, os escravos e os engenhos eram os bens mais representativos nos inventários e os focos de maiores disputas familiares.

3.2 Posse de escravos

O desenvolvimento da lavoura canavieira fez surgir a necessidade cada vez maior da importação de mão-de-obra africana. O trabalho escravo tornou-se imprescindível para o funcionamento dos engenhos. Em um lugar com terras em abundância o número de escravos refletia melhor a importância de cada engenho, pois, em tese, quanto maior o número de cativos maior deveria ser a importância²⁰³.

Petrone relata um considerável aumento do número de escravos durante a época da cultura canavieira em São Paulo. Em 1813, havia, para uma população livre de 160.969 habitantes, 48.245 escravos. Já em 1836, a população livre passa a ser de 238.969 e a escrava de 86 933 habitantes. Assim, segundo os dados da autora, de 1813 a 1836 a população livre aumentou 44,7% e a cativa de 80,1%²⁰⁴.

Samara, ao estudar os agregados em Itu, no período de 1803 a 1829, revela que houve uma diminuição do número de agregados tanto nas porcentagens como nos números absolutos, sendo uma das razões para o aumento do número de escravos que vinham suprir a demanda de mão-de-obra nas áreas de grande lavoura. Desse modo, os escravos em Itu eram destinados, principalmente, a suprir o trabalho nas grandes fazendas, em detrimento dos pequenos proprietários e das atividades urbanas²⁰⁵, como por exemplo, o ano de 1818, em que 56% dos 8.531 habitantes eram cativos²⁰⁶.

A forma de compra mais utilizada, segundo Petrone, era a prazo, pois permitia ao dono do engenho pagar com os rendimentos da safra posterior de açúcar. Todavia, caso a produção fosse fraca, o comprador poderia endividar-se ou ainda ter prejuízos com a fuga e a morte de cativos²⁰⁷.

Nos inventários, 1/3 das mulheres tinham mais de 30 escravos e, entre elas, estavam 2 viúvas. Dentre as casadas existiam inventários com grandes escravarias, como o de Dona Antonia Fausta Rodrigues Jordão com 118 escravos ou, com poucos, como o de Dona Maria Leme da Sylva com apenas 4.

²⁰³ Sobre a importância do senhor de escravos no período colonial ver Vera. L. A. Ferlini, *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988 e Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2005

²⁰⁴ Petrone, op. cit., P. 110.

²⁰⁵ Samara, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2005. P 143

²⁰⁶ Idem, P. 101.

²⁰⁷ Idem. Petrone, P. 144

(quadro 29)

Quadro 29		
Proprietárias de engenho		
Quantidade de escravos das mulheres casadas		
Itu (1780-1830)		
Anos	Nomes	Quantidade de escravos
1780	Thereza de Jezus Amaral	39
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	17
1800	Elena Maria de Sousa	16
1808	Anna Gertrudes de Campos	51
1809	Maria Leme da Sylva	4
1820	Ana Eufrozina Aires	32
1820	Anna Antunes Cardozo	18
1823	Maria Leite da Silveira	11
1820	Barbara Dias Leite	25
1825	Escolastica Paxeco de Campos	28
1825	Antonia Fausta Rodrigues Jordão	118
1828	Gertrudes Maria Ferras	15
1830	Maria do Monte	20
1830	Joanna Maria de Jezuina	18
1830	Martinha de Almeida	25
1830	Antonia do Amaral	6
1830	Maria de Almeida Arruda	49
1830	Maria da Conceição Silva	38
1830	Maria de Oliveira Prado	29
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830		

Com relação às viúvas, a que possuía menor quantidade de escravos era Dona Anna Leme da Silva, com 9 e a com maior número era Dona Izabel de Novaes de Magalhães²⁰⁸, com 94.

(quadro 30)

Quadro 30		
Proprietárias de engenho		
Quantidade de escravos das mulheres viúvas		
Itu (1780-1830)		
Anos	Nomes	Quantidade de escravos
1812	Anna Leme da Silva	9
1820	Maria Joaquina Souza	23
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	32
1827	Izabel Novaes de Magalhães	94
1827	Maria Ribeira de Araújo	10

²⁰⁸ Inventário de Dona Izabel Novaes de Magalhães 1827 Caixa 33A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Dentre os homens, a quantidade de inventários com mais de 30 escravos igualava-se à das mulheres. Contudo, não havia nenhum solteiro ou viúvo entre eles. O que possuía maior número de escravos era o Capitão Joze Antonio de Oliveira²⁰⁹, com 16 e o único solteiro, o Reverendo Pedro Joze da Silveira²¹⁰ tinha apenas 4.

A média geral de 28,35 escravos por produtor de açúcar encontrada nos inventários, assemelha-se à média de 27 apontada por Luna e Klein, na análise das listas nominativas de Itu em 1836²¹¹. Entretanto, se contarmos apenas viúvas veremos que tinham uma maior quantidade de cativos, 33,6 em média. Já os "Bens Rústicos" do ano de 1818, mostra a existência de 6 senhoras com mais de 30, entre elas, Dona Ângela Ribeiro de Siqueira Barros²¹², com 67.

(quadro 31)

Tabela 31							
Proprietárias de engenho							
Divisão da quantidade de escravos							
Número de escravos	0 à 10	11 à 20	21 à 30	31 à 40	41 à 50	Mais de 50	Total
Número de Proprietárias de engenho	6	6	6	3	1	2	24
Fonte: DAESP, Nº ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818. In: Almeida, Leandro Antonio “Senhores de Terras da vila de Itu” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 9 – P 79 mimeo..							

Nos inventários a proprietária de engenho com maior quantidade de escravos era, como já dito, Dona Antonia Fausta Rodrigues Jordão²¹³, com um total de 118 escravos. Ela era casada com o Tenente Elias Antônio Pacheco Silva, que no seu tempo era um dos maiores fazendeiros de cana, produzindo, anualmente, em seu engenho mais de 12 mil arrobas de açúcar²¹⁴.

²⁰⁹Inventário de Cap. Joze Antonio de Oliveira 1822 Caixa 27. MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

²¹⁰ Inventário de Reverendo Pedro Joze da Silveira 1822 Caixa 27. MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

²¹¹ Luna, e Klein, op. cit., P. 69.

²¹².DAESP, Nº ORDEM co 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818. In: Almeida, Leandro Antonio “Senhores de Terras da vila de Itu” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 9 – P 79 mimeo.

²¹³ Inventário de D. Antonia Fausta Rodrigues Jordão 1825 Caixa 30. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²¹⁴ Nardy Filho, Francisco. *A cidade de Itu*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo. P. 110. vol 1

Os valores de cada escravo nos inventários variavam de 50\$000 até 600\$000 réis dependendo da idade, da profissão e da etnia²¹⁵. Em Itu, Petrone destaca o predomínio de cativos africanos, principalmente nos engenhos, sendo os nascidos na terra, os crioulos, em menor número, constituídos geralmente por crianças e jovens encontrados mais nos serviços domésticos e em áreas urbanas²¹⁶.

A cor do escravo era um item importante na avaliação, pois quanto mais claro fosse o cativo maior era seu preço de mercado. Assim, não causou estranheza o fato de que a única mulata clara encontrada nos inventários pesquisados ser a escrava mais bem avaliada. Seu nome era Maria e, segundo o avaliador, possuía “*bom prestimo*”, sendo avaliada em 600\$000 réis, no inventário de Dona Maria de Almeida Arruda²¹⁷, do ano de 1830. Esse valor era considerado expressivo para época, uma vez que, mesmos os escravos considerados de alto preço de mercado como os “Lambiqueiros” que tinham uma importante função nos engenhos, não passavam de 500\$000.

A idade também era um fator relevante, sendo que os adultos alcançavam os maiores preços. Apesar de não ter sido feita a mensuração desse item, percebe-se nos inventários uma preponderância de adultos jovens, correspondendo à análise de Marcílio para São Paulo no mesmo período. Segundo a autora, essa proporção maior de escravos adultos foi aumentando gradativamente, passando de 62% em 1798, para 70% em 1828. Além disso, a constância na entrada de novos elementos compensava a mortalidade escrava que era muito maior do que a livre²¹⁸.

Na média geral das proprietárias, 42% do total, possuíam escravarias com valor acima de 5:000\$000 réis, estando entre elas apenas 1 viúva, a já citada Dona Izabel de Novaes de Magalhães²¹⁹.

(quadro 32 e 33)

²¹⁵ Segundo Júnia Furtado os escravos eram designados pela nação de origem ou pela cor, os nascidos na África eram classificados pela etnia ou pela região do porto de embarque, por exemplo, Benguela, Mina e Angola. Enquanto os nascidos em terras brasileiras eram relacionados de acordo com a cor, assim, poderiam constar como crioulos, cuja a pele era mais escura (geralmente filhos de escravos africanos), mulatos ou pardos, que eram os filhos de uma negra com um branco, e por último, cabras, que eram resultantes de diversas misturas raciais, freqüentemente relacionadas a indígenas In. Furtado, op. cit., P.49

²¹⁶ Petrone, op. cit., P.116

²¹⁷ Inventário de D. Maria de Almeida Arruda, 1830 Caixa 38B. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²¹⁸ Marcílio, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista; 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000. P. 80

²¹⁹ Inventário de D. Izabel Novaes de Magalhães 1827 Caixa 33A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

Quadro 32			
Proprietárias de engenho			
Valores totais dos escravos das mulheres casadas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	Quantidade de escravos	Valor dos escravos
1780	Thereza de Jezus Amaral	39	2:230\$000
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	17	2:600\$000
1800	Elena Maria de Sousa	16	1:710\$000
1808	Anna Gertrudes de Campos	51	5:123\$800
1809	Maria Leme da Sylva	4	482\$400
1820	Ana Eufrozina Aires	32	5:295\$000
1820	Anna Antunes Cardozo	18	3:742\$400
1823	Maria Leite da Silveira	11	1:559\$200
1820	Barbara Dias Leite	25	4:498\$400
1825	Escolastica Paxeco de Campos	28	4:510\$800
1825	Antonia Fausta Rodrigues Jordão	118	18:743\$680
1828	Gertrudes Maria Ferras	15	3:569\$663
1830	Maria do Monte	20	7:141\$675
1830	Joanna Maria de Jezuina	18	5:496\$800
1830	Martinha de Almeida	25	10:071\$800
1830	Antonia do Amaral	6	2:370\$000
1830	Maria de Almeida Arruda	49	16:087\$800
1830	Maria da Conceição Silva	38	14:880\$000
1830	Maria de Oliveira Prado	29	7:428\$600

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Quadro 33			
Proprietárias de engenho			
Valores totais dos escravos das mulheres viúvas			
Itu (1780-1830)			
Anos	Nomes	Quantidade de escravos	Valor dos escravos
1812	Anna Leme da Silva	9	909\$000
1820	Maria Joaquina Souza	23	4:134\$600
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	32	4:991\$600
1827	Izabel Novaes de Magalhães	94	5:653\$600
1827	Maria Ribeira de Araújo	10	1:445\$000

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Entre as casadas a escravaria feminina de maior valor era a pertencente à Dona Antonia Fausta Rodrigues Jordão, que teve os seus 118 escravos avaliados em

18:743\$800, representando uma média de 158\$845 por cativo²²⁰. Por sua vez no inventário de Dona Maria Conceição Silva constava uma quantidade de 38 escravos avaliados em 14:880\$000, correspondendo a uma média de 391\$000²²¹.

Entre as viúvas, a que possuía a escravaria de maior valor era Dona Izabel de Novaes de Magalhães, com um total de 94 escravos avaliados em 5:653\$600, correspondendo a uma média de cerca de 60\$000. Outra viúva, Dona Maria Joaquina de Souza, possuía 23 cativos avaliados em 4:134\$600, uma média de 179\$765²²².

Também foram encontradas escravarias de valor significativo no patrimônio dos homens. O Capitão Bento Dias Pacheco possuía 55 escravos no valor de 12:385\$400, correspondendo a uma média de 225\$189. No entanto, o proprietário com maior número, o Capitão Joze Manoel de Mesquita tinha 72 cativos avaliados em 7:466\$400, representando uma média de 103\$422.

Diferentemente das mulheres, 9 do total dos homens inventariados, possuíam uma escravaria com um valor entre 1:000\$000 e 3:000\$000, sendo 2 viúvos. Também existia um número significativo de 7 inventariados com escravarias superiores a 5:000\$000, porém, não foi localizado entre eles nenhum viúvo ou solteiro neste patamar. Em contrapartida, entre as viúvas foi encontrada 1 com escravaria acima de 5:000\$000 e outras 3 viúvas com valores entre 1:000\$000 e 3:000\$000.

No total das 24 proprietárias, 33% tinham escravarias que representavam mais da metade do patrimônio bruto. Como no caso de Dona Joanna Maria Jezuina, em que os escravos equivaliam a 80% de seu patrimônio declarado²²³. Entretanto, não foi encontrada nenhuma viúva em que o valor dos escravos superasse a metade do seu patrimônio.

Com relação aos inventários masculinos foi encontrado apenas um em que os escravos representavam mais de 50% do patrimônio bruto, o do Tenente Joze do Amaral Gorgel, no qual os cativos representavam 53%.

Na avaliação dos escravos também constam o gênero dos cativos. Nos inventários das casadas, o número de escravos homens é maior do que o de mulheres, reflexo do caráter da economia exportadora ituana.

²²⁰ Inventário de D. Antonia Fausta Rodrigues Jordão 1825 Caixa 30. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²²¹ Inventário de D. Maria Conceição Silva, 1830 Caixa 38B MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²²² Inventário de D. Izabel Novaes de Magalhães 1827 Caixa 33A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

²²³ Inventário de D. Joanna Maria Jezuina, 1830 Caixa 37B MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

Segundo Marcílio, diferentemente da população livre, constituída em sua maioria por mulheres, no segmento da população escrava paulista havia uma forte preponderância do gênero masculino, que cresceu continuamente, pois:

“A importação de africanos, essencialmente para as tarefas agrícolas e pastoris da capitania/província de São Paulo, era seletivamente masculina e adulta. À medida que aumentava a comercialização da agricultura de exportação, maior se fazia a entrada de escravos na região, crescendo, assim, a proporção masculina nessa parcela da população”²²⁴.

Nos inventários das mulheres casadas de Itu, quanto maior era a escravaria menor era a proporção de homens em relação às mulheres. Dos inventários com mais de 30 escravos, a média de cativos homens correspondia a 63% do total, em contrapartida a média geral das casadas foi de 67%, sendo que entre as com menos de 30 escravos, a média de homens subia para 72%.

Entre as viúvas a média da proporção de escravos homens era 63% do total e entre as 2 com mais de 30 escravos, uma, Dona Josepha Maria de Goes Pacheco²²⁵, tinha 32 escravos, sendo 37% deles homens e a outra, Dona Izabel Novaes de Magalhães²²⁶ com 94, dos quais 73% eram homens. Por fim, nas com menos de 30, a média de homens verificada foi de 62%.

Essa maior proporção de homens, nas escravarias menores, deve-se ao fato de que os grandes proprietários de escravos tinham mais condições de contratar cativas para trabalhos domésticos, enquanto os de menor porte tinham necessidade de focar seus investimentos na renovação dos escravos homens que trabalhavam na lavoura canavieira.

Além da quantidade e dos preços, os inventários também registravam o grau de parentescos dos escravos. Entre as casadas, 45% do total de 559 escravos tinham algum relacionamento familiar descrito. Considerando as casadas com mais de 30 cativos, esse grau de parentesco ultrapassa 50% do total, enquanto nos inventários com menos de 30 cativos esse índice diminui para 36%.

²²⁴ Marcílio, op. cit. P. 80.

²²⁵ Inventário de D. Josepha Maria de Goes Pacheco, 1824 Caixa 29 B MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

²²⁶ Inventário de D. Izabel Novaes de Magalhães, 1827 Caixa 33 A MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

Já entre as viúvas, 35% dos escravos tinham algum parentesco relatado. Naquelas com mais de 30 cativos essa porcentagem decresce para 20% e, nas com menos, este número sobe para 80%. No tema, destaca-se o inventário de Dona Maria Joaquina de Souza²²⁷ com 23 escravos, dos quais 22 tinham família descrita.

(quadro 34 e 35)

Quadro 34							
Proprietárias de Engenho							
Divisão da quantidade, gênero, famílias, profissões dos escravos das mulheres casadas							
Itu 180-1830							
Anos	Nomes	Homens	Mulheres	Profissão descrita	Família	S/ Família	Total
1780	Thereza de Jezus Amaral	18	21	---	31	8	39
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	12	5	---	10	7	17
1800	Elena Maria de Sousa	10	6	---	16	----	16
1808	Anna Gertrudes	30	21	6	24	27	51
1809	Maria Leme da Sylva	4	----	----	----	4	4
1820	Ana Eufrozina Aires	19	13	2	22	10	32
1820	Anna Antunes Cardozo	14	4	----	----	18	18
1823	Maria Leite da Silveira	8	3	----	----	11	11
1820	Bárbara Dias Leite	20	5	4	9	16	25
1825	Escolastica Paxeco de Campos	23	5	7	8	20	28
1825	Antonia Fausta Rodrigues Jordão	85	33	20	51	67	118
1828	Gertrudes Maria Ferras	11	4	1	5	10	15
1830	Maria do Monte	15	5	----	2	18	20
1830	Joanna Maria de Jezuina	8	10	----	5	13	18
1830	Martinha de Almeida	20	5	---	5	20	25
1830	Antonia do Amaral	4	3	1	4	2	6
1830	Maria de Almeida Arruda	33	16	3	30	19	49
1830	Maria da Conceição Silva	23	15	----	7	21	38
1830	D. Maria de Oliveira Prado	19	10	5	19	10	29
	Total	376	184	49	248	301	559

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

Quadro 35							
Proprietárias de Engenho							
Divisão da quantidade, gênero, famílias, profissões descritas dos escravos das mulheres viúvas							
Itu 1780-1829							
Anos		Homens	Mulheres	Profissão descrita	Família	S/ Família	Total
1812	Anna Leme da Silva	7	2	2	5	4	9
1820	Maria Joaquina Souza	14	9	----	22	1	23
1824	Josepha Maria de Goes Pacheco	12	20	1	10	22	32
1827	Izabel Novaes de Magalhães	69	25	3	15	79	94
1827	Maria Ribeira de Araújo	5	5	-----	7	3	10
	Total	107	61	6	59	109	168

Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830

²²⁷ Inventário de D. Maria Joaquina de Souza, 1820 Caixa 24 B MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

Um aspecto menos freqüente na descrição dos escravos eram as profissões. Entre as mais relacionadas estavam os banqueiros, ferreiros e “lambiqueiros”, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, lavradores e pedreiros.

Dos 6 inventários de mulheres casadas com mais de 30 escravos, 66% apresentaram cativos com profissão descrita. Nos demais essa proporção diminui para 30% do total e, considerando somente as viúvas, 3/5 delas tinham escravos com ofício descrito, porém, nos 2 inventários de maior escravaria, os cativos com profissão representavam apenas 3% do total de 168.

A proprietária de engenho com o maior número de escravos com as profissões descritas foi Dona Antonia Fausta Rodrigues Jordão²²⁸, que possuía 6 carpinteiros, 2 lambiqueiros, 1 lavrador, 2 pedreiros, 4 carreiros, 1 alfaiate, 4 banqueiros e 1 ferreiro.

Após a análise dos grupos de cativos das proprietárias de engenho, percebe-se que elas possuíam escravarias mais valorizadas que as dos homens, apesar do número de proprietários com mais de 30 escravos não ser muito diferente.

O motivo para tal situação seria o maior número de cativos pertencentes às viúvas em comparação aos viúvos e solteiros e também o maior valor *per capita* dos cativos dos inventários femininos em comparação aos masculinos.

Além dos escravos, outro fator de representatividade monetária nos inventários eram os chamados bens de raiz, em que estavam inclusos as casas, sítios, terras e engenhos, como podemos perceber na próxima parte.

²²⁸ Inventário de D. Antonia Fausta Rodrigues Jordão 1825 Caixa 30. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

3.3 Transmissão de bens

Assim, como os escravos, os bens de raiz ou imóveis eram os patrimônios mais valorizados nos inventários. Na sua avaliação também eram registradas diversas informações como sua extensão, localização e benfeitorias existentes.

Um número significativo das mulheres inventariadas, no total 8, possuíam bens de raiz avaliados entre 1:000\$000 e 3:000\$000 réis. Além delas, outras 8 tiveram a soma dos bens de raiz maiores que 5:000\$000, estando entre essas apenas uma viúva. Elas aparecem com maior frequência no último decênio, entre 1820 e 1830. Como no caso do inventário de Dona Maria da Conceição Silva²²⁹, do ano de 1830, que possuía um montante de 7:800\$000 entre imóveis rurais e urbanos e era casada com o Cap. Joaquim José de Andrade que foi vereador da Câmara de Itu, em 1818²³⁰.

(tabela 36 e 37)

Quadro 36				
Proprietárias de engenho				
Valores dos bens de raiz e engenhos das mulheres casadas				
Itu (1780-1830)				
Anos	Nomes	Monte-mor	Bens de raiz	Engenho
1780	Thereza de Jezus Amaral	3:418\$662	244\$000	150\$000
1800	Luciana Francisca Xavier Campos	8:506\$900	3:700\$000	3:200\$000
1800	Elena Maria de Sousa	não consta	6:750\$000	6:400\$000
1808	Anna Gertrudes de Campos	18:737\$390	7:300\$000	3:300\$000
1809	Maria Leme da Sylva	1:401\$540	698\$600	338\$600
1820	Ana Eufrozina Aires	10:925\$970	3:200\$000	3:200\$000
1820	Anna Antunes Cardozo	5:465\$220	1:726\$400	1:400\$000
1823	Maria Leite da Silveira	2:961\$590	564\$000	500\$000
1820	Barbara Dias Leite	13:109\$340	6:300\$000	6:000\$000
1825	Escolastica Paxeco de Campos	20:607\$037	12:100\$000	9:600\$000
1825	Antonia Fausta Rodrigues Jordão	44:236\$995	21:000\$000	19:200\$000
1828	Gertrudes Maria Ferras	7:860\$460	3:270\$000	3:000\$000
1830	Maria do Monte	13:245\$440	1:080\$000	880\$000
1830	Joanna Maria de Jezuina	6:874\$480	516\$000	350\$000
1830	Martinha de Almeida	13:030\$620	1:600\$000	1:400\$000
1830	Antonia do Amaral	4:370\$000	1:500\$000	1:200\$000
1830	Maria de Almeida Arruda	28:956\$765	8:964\$000	8:000\$000
1830	Maria da Conceição Silva	28:021\$000	7:800\$000	4:400\$000
1830	Maria de Oliveira Prado	14:826\$980	1:900\$000	1:600\$000
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830				

²²⁹ Inventário de D. Maria Conceição Silva 1830 Caixa 38B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²³⁰ Nardy Filho, op. cit., P. 84. vol 1

Quadro 37				
Proprietárias de engenho				
Valores dos bens de raiz e engenhos das mulheres viúvas				
Itu (1780-1830)				
Anos	Nomes	Monte-mor	Bens de Raiz	Engenho
1812	Anna Leme da Silva	4: 568\$431	1:353\$600	1:200\$000
1820	Maria Joaquina Souza	10:852\$950	4:480\$000	3:200\$000
1824	Josefa Maria de Goes Pacheco	-----	7:650\$000	1:650\$000
1827	Izabel Novaes de Magalhães	89:182\$924	10:760\$000	8:000\$000
1827	Maria Ribeira de Araújo	4:569\$080	2:600\$000	2:600\$000
Fonte: Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, Inventários MSS 1780-1830				

No tocante a outros sítios além do engenho, apenas duas tinham os dois tipos de imóveis, o que revelava uma produção inserida em um único local, onde se localizava o engenho. Uma delas era Dona Anna Gertrudes de Campos²³¹, proprietária de um sítio engenho no bairro Anhembu com casas de taipa de pilão, cobertas de telhas e com fábrica de açúcar, no valor de 3:300\$000, mais um sítio com casas de vivenda avaliado em 1:600\$000 e ainda outro no valor de 1:000\$000 e, por último, um domicílio de taipa de pilão no Pátio da Matriz de 1:400\$000 réis.

A outra era Dona Maria Leme Sylva²³², que possuía um sítio com casas de vivenda de paredes de mão, cobertas de telhas, uma prensa de fazer mandioca, um engenho novo de moer canas coberto de telhas, avaliado tudo por 338\$600 réis, mais 2 sortes de terras no valor 280\$000, além de uma morada de casas na rua das Casinhas, de 12 lanços de paredes de mão, cobertas de telhas com porta e janela para a rua, estimada em 80\$000.

Com a relação aos outros imóveis, as mulheres casadas, 84,4% delas, mantinha tanto um imóvel rural quanto urbano, demonstrando a importância de ter uma casa na vila no contexto social da época. Essa situação também foi constatada por Saint-Hilaire quando visitou a vila e afirmou:

“Em Itu, de fato, como acontece em muitíssimas vilas e pequenas cidades de Goiás e de Minas Gerais: (há) grande número de casas pertencentes a senhores de engenhos de açúcar, os quais só vem à cidade aos domingos, a fim de ouvir a

²³¹ Inventário de D. Anna Gertrudes de Campos 1808 Caixa 17B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”-MP-USP.

²³² Inventário D. Maria Leme Sylva 1809 Caixa 17B. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

missa, não se podendo mesmo, em rigor, computá-los como elementos constituintes dessa população”²³³.

Sobre o valor total dos bens de raiz, os documentos mostram que ele variava bastante, como por exemplo, os inventários das viúvas proprietárias de engenho, que partiam do mínimo de 1:353\$000 réis, como consta na avaliação dos bens de Dona Anna Leme da Silva, de 1812²³⁴ e atingiam o máximo de 10:760\$000 nos pertencentes a Dona Izabel Novaes de Magalhães²³⁵. Este chama a atenção, por constar uma sociedade com Joaquim Cardozo de Gusmão, no engenho intitulado de “Anhumas”, que foi avaliado em 6:400\$000 réis.

Além disso, na avaliação dos engenhos também eram descritas uma série de elementos importantes para o seu funcionamento, como no inventário da viúva Maria Joaquina de Souza, em que foi declarado:

“Hum citio com as terras que partem com o Rio de Tiete, com terras do sargento mor Joze de Gois Pacheco, com terras de Donna Maria do Espírito Santo Camargo, com terras de Donna Escolástica do Amaral Gorgel, com suas cazas de vivenda de Taipa de pilão cobertas de telha, armazéns também cobertos de telha, com engenho d’agoa, cazas delle, tendal, e todo o mais pertencens a Fabrica, como coxas, formas, a excessão dos cobres, com dous moinhos assentados, monjolo, senzalas, preença, paiol, hum coxo de guardar agoardente inteirado no armazém de fora o que tudo sendo bem visto, examinado pelo louvados avaliarão na quantia de três contos e duzentos mil de reis”.²³⁶

É interessante notar que o engenho de Dona Maria Joaquina fazia fronteira com terras de outras duas mulheres, Dona Maria do Espírito Santo Camargo e Dona Escolástica do Amaral Gorgel podendo ser um indicador da grande presença de mulheres em áreas rurais.

Outro aspecto importante na descrição era o fato do sítio localizar-se ao lado do rio Tietê, que era essencial para o funcionamento do engenho d’água da propriedade. Sobre esse tipo de engenho, Petrone informa que eram poucos na Capitania de São

²³³ Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Ed da USP, São Paulo, 1972. P 214

²³⁴ Inventário de D. Anna Leme da Silva 1812 Caixa 18B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²³⁵ Inventário de D. Izabel Novaes de Magalhães 1827 Caixa 33A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

²³⁶ Inventário de D. Maria Joaquina de Souza 1820 Caixa 24B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

Paulo, devido ao seu alto custo de construção. A autora usa o exemplo de um engenho construído em 1818 pelo preço de 900\$000 réis²³⁷.

Na parte relativa à administração dos bens herdados dos maridos, foram relacionadas 2 mulheres que tinham inventários dos esposos no mesmo arquivo, permitindo assim, verificar se conseguiram aumentar ou não o seu patrimônio.

No inventário do marido de Dona Maria Joaquina de Souza, o Cap. Domingos Teixeira Nogueira²³⁸, datado do ano de 1812, consta um monte-mor de 12:369\$840 réis, do qual a viúva teve o direito a 6:141\$440 réis da meação.

Contudo, na distribuição dos bens coube à viúva a quantia de 11:396\$450 réis, devendo pagar ao inventário do marido 5:255\$010, pois ficou com os principais bens de raiz e mais da metade dos escravos, dando a entender que a família esperou a morte dela para repartir a herança do casal²³⁹ ou, então, como possuía filhos menores, ela controlava os bens desses herdeiros. Mais tarde no seu próprio inventário, do ano de 1820²⁴⁰ foi registrado um monte-mor de 10:852\$950 réis, constando 23 escravos, uma quantidade um pouco menor dos 30 que recebeu do marido e os mesmos imóveis.

Já no inventário do marido de Dona Anna Leme da Silva, o senhor Joam Soares de Sequeira²⁴¹, feito no ano 1792, o monte-mor era de 8:778\$668 réis e a viúva recebeu como meação 4:259\$230, sendo que na distribuição dos bens ficou com uma casa no valor de 80\$000, o engenho de 300\$000 e 10 escravos, em contrapartida, os filhos ficaram com 3 casas, 1 sítio, 1 terreno e 19 cativos.

No inventário da viúva, datado do ano de 1812, houve um aumento do patrimônio para 4:568\$431 réis, incluindo a casa, agora no valor de 153\$600, mais o engenho de 1:200\$000 e 9 escravos. Neste caso, a opção por não esperar a morte da viúva para dividir os bens do casal devia-se ao fato do marido possuir herdeiros de um primeiro casamento, complicando assim, o entendimento entre as partes. No entanto, o seu inventário mostra que a viúva manteve os principais bens herdados do marido e o

²³⁷ Petrone, op. cit., P. 83.

²³⁸ Inventário de Domingos Teixeira Nogueira, 1811 Caixa 18 B MSS. Arquivo do Museu Republicano "Convenção de Itu"- MP-USP

²³⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva informa que poderia existir a possibilidade dos engenhos ficarem em posse somente da viúva, e não serem repartidos com os filhos do casal, a fim de não prejudicar uma propriedade que só era rentável quando mantida sua integridade. In: Nizza da Silva Maria Beatriz, *Mulheres Brancas no fim do período colônia*. Cadernos Pagu (4) 1995: pp. 75-96. Unicamp. P 94

²⁴⁰ Inventário de D. Maria Joaquina de Souza, 1820 Caixa 24B MSS. Arquivo do Museu Republicano "Convenção de Itu"- MP-USP

²⁴¹ Inventário de Joam Soares de Sequeira, 1792 Caixa 18 B MSS. Arquivo do Museu Republicano "Convenção de Itu"- MP-USP.

engenho teve o seu valor quadruplicado no período transcorrido entre a elaboração dos dois inventários, passando de 300\$000 para 1:200\$000 réis.

Deste modo, os inventários das viúvas mostram que essas tinham controle dos principais bens herdados, podendo assim privilegiar na partilha do seu inventário determinados herdeiros. Assim, além da influência nas partilhas dos patrimônios dos maridos, elas também poderiam interceder para a transmissão integral de seus engenhos para determinado filhos, que geralmente eram seus inventariantes.

Nos 5 inventários de viúvas proprietárias foram encontradas as seguintes situações de transmissão de engenhos.

No inventário de D. Maria Ribeiro Araújo²⁴², dos seus 5 filhos, o inventariante, o Alferes Joze Dias, teve a posse do engenho da família; no inventário de Maria Joaquina de Souza²⁴³, das 4 filhas, somente a inventariante, Dona Maria Antonia Teixeira, também teve a posse da propriedade e, no de Dona Izabel Novaes de Magalhães²⁴⁴, viúva do sargento-mor Joaquim Doarte, a divisão foi feita da seguinte forma: um engenho, ficou integralmente para o filho inventariante, o Reverendo Joaquim Doarte Novaes e a sociedade que ela possuía em outros 2 engenhos ficou para as outras duas herdeiras, que eram recolhidas no convento Santa Teresa em São Paulo.

Uma das filhas, Izabel Doarte Novaes, morreu no mesmo ano em que a mãe faleceu e antes que houvesse a partilha dos bens. A outra irmã, Maria de Jesus Doarte vendeu a sua parte na sociedade do engenho para o outro sócio Joaquim Cardozo Gusmão, no mesmo ano em que recebeu a herança e teve como procurador o irmão²⁴⁵. Neste caso, devido às irmãs serem recolhidas em um convento, quem ficou com administração dos bens familiares foi o único filho homem, que também foi o procurador da irmã.

Já no inventário de Dona Anna Leme da Silva²⁴⁶, o engenho foi dividido de forma igualitária entre os herdeiros, o que demonstra ter sido utilizada a possibilidade em que a família esperava a morte da viúva para executar a partilha do engenho, pois

²⁴² Inventário de D. Maria Ribeiro Araujo, 1827 Caixa 33A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

²⁴³ Inventário de D. Maria Joaquina de Souza, 1820 Caixa 24B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

²⁴⁴ Inventário de D. Izabel de Novaes de Magalhães, 1827 Caixa 33 A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²⁴⁵ Livro de Notas 28, 1830 fl. 17 MSS. Arquivo do Municipal de Itu

²⁴⁶ Inventário de D. Anna Leme da Silva, 1812 Caixa 18B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

ele só era rentável em sua integridade²⁴⁷. Contudo, essa possibilidade não pode ser considerada conclusiva, porque ao final da partilha um herdeiro poderia comprar as partes dos outros, evitando que o bem pudesse ser vendido a um terceiro e suas partes divididas igualmente.

Por fim, no inventário de Dona Josefa Maria de Góis Pacheco, uma das antigas proprietárias do edifício onde está instalado o Museu Republicano de Itu, é um caso a parte, pois existem 2 inventários em seu nome.

No primeiro inventário, do ano de 1824²⁴⁸, Dona Josefa Maria conseguiu uma petição do Juiz de órfãos para fazer ele em vida e ser inventariante de si mesma. Nos seus bens de raiz avaliados constavam um sítio engenho no subúrbio da vila no valor total de 1:650\$000 réis, um sítio na paragem do Pirapitingui com toda a estrutura de um engenho, mas não constando o próprio, no valor de 3:600\$000 e um sobrado na vila no valor de 2:400\$000²⁴⁹.

Entretanto, neste primeiro inventário não houve a partilha, porque um outro juiz em audiência pública o embargou, a pedido de um dos herdeiros com o seguinte argumento:

“...em regra geral, ou antes, sempre se fazem inventários e partilhas dos bens de cada hum ao tempo de sua morte, este he o verdadeiro e espírito e a razão da lei e como doadora Inventariante faz em sua vida a presente partilhas de seos bens, he este o tempo, em que toda a lei, que tem por objecto a matéria de inventário, e partilha, he aplicável aos seos bens, isto he ao presente inventario e partilha, e de outra sorte priarião sem legislação este mesmo inventario, e partilha e assim não saberíamos o como deverão elles ser feitos.”²⁵⁰

No seu segundo inventário feito, após o seu falecimento, no ano de 1829²⁵¹, constavam como bens o sobrado da vila com o mesmo valor, 2:400\$000 réis, 3 terrenos de 580\$000 e a chácara no subúrbio no valor de 1:650\$000, sem o engenho descrito.

²⁴⁷ Nizza da Silva, op. cit., P. 94.

²⁴⁸ Inventário de D. Josefa Maria de Góis Pacheco, 1824 Caixa 29B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²⁴⁹ Local onde hoje está edificado o museu Republicano “Convenção de Itu”.

²⁵⁰ Idem, Inventário de D. Josefa Maria de Góis Pacheco, 1824. fl.56.

²⁵¹ Inventário de D. Josefa Maria de Góis Pacheco, 1829 Caixa 36A MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

Apesar de serem ignorados, os motivos pelos quais a viúva fez o seu inventário em vida, sabe-se, porém, que ele foi embargado a pedido dos herdeiros, revelando uma disputa familiar pelos seus bens antes da sua morte.

Essas disputas familiares pela partilha dos engenhos também podiam aparecer em outras documentações, como por exemplo, no testamento de Dona Ignacia Maria do Carmo²⁵², em que, além de ratificar a venda do seu engenho a uma de suas filhas, faz um alerta sobre a “ganância” de seus parentes.

“faltou declarar que vendi o engenho com todos os moveis de caza e somente exceptuei ouro, prata, escravos, e tudo mais, que seachava no sitio, pertencente a minha filha, por cuja cauza chegou a venda a alto preço, e por isso faço esta declaração, para que não hajão duvidas entre os meus herdeiros, tomando o pretesto de não estar declarado (...) Declaro que se acharem que algum dos herdeiros dos herdeiros tenham desfalcado o monte em couza grave seja obrigados a repor e havendo provas tera a obrigação o meu testamenteiro obriga-los por justiça, sendo este o ultimo remédio, o que parece mal entre estranhos quanto mais entre parentes...”²⁵³

A declaração da viúva mostra que a venda do seu engenho para sua filha antes da sua morte gerou sérios conflitos entre os herdeiros, podendo ser um dos motivos dela ter explicitado que a propriedade, “por cuja cauza chegou a venda a alto preço”²⁵⁴. Além disso, ela termina seu testamento fazendo um alerta sobre possíveis desfalques de familiares sobre os seus bens, “que parece mal entre estranhos quanto mais entre parentes”²⁵⁵.

Assim, a venda antecipada do engenho também poderia ser um mecanismo para privilegiar um filho em detrimento de outros, o que não evitava diversos conflitos familiares e, por consequência, a necessidade de declarações das testadoras para precaver determinados herdeiros das disputas pela herança.

Deste modo, a partir dos dados dos inventários, percebe-se que a proximidade entre testadores e os que viriam a ser seus inventariantes poderia ser um fator determinante para que estes fossem privilegiados com o engenho na hora da partilha.

²⁵² D. Ignacia não foi contabilizada como Senhora de Engenho, pois, como tinha vendido o seu engenho em vida, a propriedade não constava em seu inventário.

²⁵³ Testamento transcrito no inventário de D. Ignacia Maria de Camargo, 1810 Caixa 18 A. fl 87. MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Ibidem.

Além disso, mesmo de maneira informal, os inventariantes poderiam estar cuidando dos engenhos das mães, como expôs a viúva Dona Maria Joaquina de Souza no seu testamento.

“Declaro que pela minha avançada idade e molestia não podendo com o pezo do governo e administração de minha caza e conhecendo na pessoa della minha filha Maria Antonia Texeira sufficiente capacidade lhe incumbi a administração da dita minha caza no mez de agosto do anno de mil oitocentos e quinze, cuja administração ella tem dezenpenhado com todo o zello, e actividade e para evitar questoens ambiciozas entre mais herdeiros...”²⁵⁶.

Ela utilizou-se do mesmo mecanismo de Dona Ignacia Maria do Carmo para evitar futuras disputas judiciais por meio de uma declaração. Todavia, neste caso a inventariante só foi receber o engenho após a morte da mãe.

Os inventários mostram que o fator masculinidade não era relevante para a transmissão e a administração dos engenhos, a opinião da viúva proprietária que, apesar de em determinados casos não dirigir diretamente os engenhos, parece ser a mais determinante, passando por cima das vontades de outros herdeiros que buscavam na Lei mecanismos para ampará-los. Todavia, as viúvas possuíam diversas alternativas, buscando privilegiar com a propriedade dos engenhos determinados filhos que, geralmente seriam os inventariantes. Além disso, em último caso, as próprias senhoras vendiam os engenhos para esses filhos privilegiados como forma de evitar ações judiciais.

²⁵⁶ Testamento transcrito no inventário de D. Maria Joaquina Souza, 1820 Caixa 24 B. fl. 67. MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

Considerações finais

Embora os estudos sobre as mulheres no Brasil colonial e imperial terem adquirido espaço significativo na historiografia nos últimos anos, esses estiveram mais localizados nas pesquisas referentes àquelas das camadas mais pobres da população, em detrimento das mais abastadas, que aparecem de uma forma genérica.

Por conseqüência, a visão mais recorrente sobre as mulheres mais ricas ainda é a baseada nos relatos dos viajantes estrangeiros, que as viam como ociosas e submissas, sem levar em consideração as diversas hierarquias sociais e situações que poderiam ocorrer, pois, mesmo as casadas com homens de posse, também podiam exercer funções importantes como representante do marido nos negócios ou administradora dos bens do casal.

No caso das proprietárias de engenhos, os estudos mais recentes mostram que elas participavam da expansão para zonas de fronteira agrícola, não sendo apenas uma característica de regiões decadentes com forte migração masculina.

Itu, por diversos motivos, como por exemplo, clima, solo e incentivos governamentais, era o principal pólo produtor e irradiador da produção canavieira paulista, o que favorecia o predomínio de mulheres donas de engenhos dessa região em outros lugares como Campinas.

A expansão da cultura canavieira de São Paulo foi favorecida pelo desenvolvimento do comércio com o porto do Rio de Janeiro, que favorecia a importação de mercadorias e trabalhadores necessários à Capitania e integrava São Paulo no cenário econômico mundial. Um exemplo disso é diversidade de metais, principalmente, ouro, prata e cobre encontrada nos inventários pesquisados, que é um indicador da inserção de Itu dentro do comércio mundial, apesar da sua distância dos portos.

Ao longo do tempo, devido, principalmente ao esgotamento do solo, os produtores de açúcar de Itu foram obrigados a expandir para oeste, originando novos bairros e povoados.

Dentro desse contexto histórico de expansão agrícola podemos perceber que as mulheres adquiriam seus engenhos da mesma forma que os homens, majoritariamente por compra. Além disso, a porcentagem de proprietárias de engenhos era maior do que a porcentagem das proprietárias rurais, revelando uma maior possibilidade de autonomia das donas de engenhos.

Contudo, a aquisição de um engenho por uma mulher não era tarefa simples. Mesmo aquela que o recebia como herança do marido poderia encontrar obstáculos legais para administrá-lo sem a interferência de uma figura masculina, pois em alguns casos as viúvas tiveram a necessidade de recorrer a diversas alternativas jurídicas e consensuais para poderem administrar esses bens, como por exemplo: fiadores ou mesmo um novo casamento.

Todavia, mesmo consideradas pela Lei como pouco capazes de gerir bens, uma proporção significativa de 22% do total de proprietários de engenhos eram mulheres, como informou o recenseamento dos "Bens Rústicos" de Itu em 1818, significando uma participação feminina efetiva na economia canavieira, apesar das dificuldades. Além disso, o fato de haver mulheres reivindicando a posse desse tipo de propriedade mostra que sua opinião poderia ser decisiva na administração desses meios de produção.

Na parte relativa à produção de açúcar verificou-se que, no período de 1793 a 1798, os engenhos pertencentes as mulheres, em média, produziam mais que os masculinos. Uma das prováveis causas da maior produtividade dos engenhos femininos era o fato de possuírem mais escravos, pois os métodos de cultivo do solo e gerenciamento da produção não diferiam muito entre engenhos da mesma região.

No entanto, mesmo com o auxílio de escravos e agregados na produção dos engenhos, percebemos que a grande maioria dos proprietários de engenhos, 80% deles eram casados, pois devido às exigências existentes para o cultivo da terra, a própria estrutura rural impunha a necessidade de um mutirão formado por familiares.

Assim, a instituição familiar, tinha um importante papel na manutenção dos meios de produção da época e, de certa forma, pelas informações sobre o estado conjugal obtidas nos inventários, percebe-se que o casamento tinha uma relevância maior que o elemento masculino na administração, porque o número de pessoas viúvas e solteiras não se mostrou quase diferença entre os gêneros: 5 viúvas para 4 viúvos e 1 solteiro.

A propósito da avaliação dos bens dessas viúvas percebemos que elas possuíam um patrimônio maior que os viúvos, avaliados em até 89:181\$924 réis, como no inventário de Dona Izabel Novaes de Magalhães²⁵⁷, e em 10:852\$950 no de Dona Maria

²⁵⁷ Inventário de Izabel Novaes de Magalhães 1827 Caixa 33A MSS. Arquivo do Museu Republicano "Convenção de Itu"- MP-USP".

Joaquina de Souza²⁵⁸, sendo que nos viúvos o maior registrado foi o do Alferes Antonio Pompeo Paes, avaliado em 8:426\$170 réis. Além disso, mesmo as viúvas endividadas, como Dona Ana Gertrudes de Campos²⁵⁹, com o auxílio de um segundo casamento podiam manter-se inseridas no comércio açucareiro.

No que concerne à participação das mulheres proprietárias na economia local, os registros dos Livros de Notas de Itu exemplificou as diversas alternativas de negócios possíveis a uma proprietária de engenho como: a compra, venda, arrendamento e troca de engenhos ou até o empréstimo indireto de dinheiro para proprietários de engenho.

A mesma documentação também indicou algumas dificuldades encontradas pelas mulheres para interagir em uma sociedade que as viam como incapazes de gerir seus próprios negócios. Como no caso da proprietária de engenho Dona Jozefa Maria do Amaral, que teve de pedir ao vendedor uma autorização em despacho para “deste modo suprida a fraqueza do intender das mulheres”.

Por fim, os inventários mostram que o fator masculinidade não era relevante para a transmissão e a administração dos engenhos, a opinião da viúva proprietária que, apesar de em determinados casos não dirigir diretamente os engenhos, parece ser a mais determinante, passando por cima das vontades de outros herdeiros que buscavam na Lei mecanismos para ampará-los. Todavia, as viúvas possuíam diversas alternativas, buscando privilegiar com a propriedade dos engenhos determinados filhos, que geralmente seriam os inventariantes. Além disso, em último caso, as próprias senhoras vendiam os engenhos para esses filhos privilegiados como forma de evitar futuras ações judiciais.

²⁵⁸ Inventário de Maria Joaquina de Souza 1820 Caixa 24 B MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP.

²⁵⁹ Inventário do Alferes Antonio Pacheco da Silva, 1817 Caixa 22 fl. 42 MSS Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. Fontes Manuscritas

COLEÇÃO de Livro de Notas, Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, MSS, 1794- 1830 (Anexo 1)

INVENTÁRIOS e Testamentos Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”- MP-USP, MSS 1780-1830 (Anexo 2)

MAPAS dos engenhos de Assucar que existem na vila de Ytu desde de 1793 até o anno de 1798. Projeto resgate São Paulo, CD- Rom Documento 67. (Anexo 3)

B. Fontes Impressas

BENS Rústicos da Vila de Itu de 1818. DAESP, Nº ORDEM co 9868 In:Almeida, Leandro Antonio “*Senhores de Terras da vila de Itu*” Revista ASBRAP. N. 7, São Paulo. 2000. P 9 – P 79 mimeo.

Nomes das mulheres proprietárias de engenhos listadas nos Bens rústicos de Itu de 1818

1. Agostinha Rodrigues Registro nº 157
2. Ana de Araújo Registro nº 293
3. Ana Joaquina da Trindade Registro nº 309
4. Ana de Quadros Registro nº 80
5. Ângela Ribeiro de Siqueira Barros Registro nº 3
6. Brígida Soares Registro nº 186
7. Escolática do Amaral Gurgel Registro Nº 67
8. Gertrudes Celedônia nº 360
9. Isabel Francisca Pereira Registro nº 82
10. Isabel Rodrigues Registro nº 286
11. Josefa de Góes Registro nº 317
12. Josefa do Amaral Registro nº 350
13. Josefa Maria da Conceição nº 356
14. Josefa Maria de Souza nº 21
15. Manuela Dias Pacheco Registro nº 164
16. Márcia da Assunção Registro nº 105
17. Maria da Anunciação Registro nº 299

18. Maria da Candelária Registro nº 19
19. Maria Joaquina de Souza Registro nº 26
20. Maria Leite de Araújo Registro nº 362
21. Maria Pacheco da Silva Registro nº 354
22. Maria Ribeiro Registro nº 295
23. Maria Rubina Registro nº 103
24. Maria Umbelina Pacheco e Silva Registro nº 212

CASTRO E MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello, “*Memória Econômico-Político da Capitania de São Paulo*” In: Anais do Museu Paulista Tomo XV. São Paulo, 1961

CODIGO Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d’ El-Rei Philippe I. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomathico, Livros I, II, III, IV e V, 1870

SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario Língua Portuguesa. Typographia Lacérdina*. 1813. Lisboa

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Ed da USP, São Paulo, 1972

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993.

BACELLAR, Carlos de A. P. “A mulher em São Paulo colonial” in Espaço, Tiempo y Forma, série IV, Historia Moderna, 3:367-386, Madrid, UNED, 1990.

BACELLAR, Carlos A. P. *Os senhores da terra - família e sistema sucessório entre os Senhores de Engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997 (Coleção Campiniana, 13).

BACELLAR, Carlos A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681- 1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/Fapesp, 2002.

BOXER, C. R. *Mary and Misogyny*. London: Duckworth, 1975

BOXER, C. R. *A mulher na expansão ibérica*. Lisboa: Livros horizontes, LTDA, 1975.

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, vol.1. (As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível), 1997.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1629-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *Algodão em São Paulo*. TA. Queiroz, São Paulo 1984.
- CARVALHO, Vânia Carneiro, *Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica*. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material Vol. 8/9. Museu Paulista-USP. São Paulo, 2003
- CASTRO, A. B. de. “*As mãos e os pés do senhor de engenho*”: dinâmica do escravismo colonial. In: PIMHEIRO, P. S. (coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 41-87.
- CORREA, Mariza. “*Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil*”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes. *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp.13-38.
- CERDAN, Marcelo Alves, *Maria Graham e a escravidão no Brasil. Entre o olhar e o bico de pena de uma viajante inglesa do século XIX*. In: Revista História Social. Nº 10. IFCH/UNICAMP. 2003, pp. 121-148
- CERDAN, Marcelo Alves, *Praticando a liberdade: um estudo sobre resistências escravas em Itu (1850 - 1873)*. Tese de Mestrado. UFU- Uberlândia. 2004
- COSTA, Iracy Del Nero da *A estrutura Familiar e domiciliária em Vila Rica no Alvorecer do século XIX*. Revista IEB, São Paulo, 1977.
- DAUMARD, Adeline. “*Cinco Aulas de História Social*”. Trad. Moema Parente Augel, Aldaísa Novaes Scwebel e Maria Luiza Medeiros Guimarães. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.
- DEL PRIORE, Mary. “*História das Mulheres: as vozes do silêncio*” In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 217-235.
- DEL PRIORI, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF, Edumb, 1993.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, 2ª ed Brasiliense. São Paulo, 1995.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru: SP: EDUSC, 2003.
- FERNANDES, Florestan. "A sociedade escravista no Brasil". In: FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976, pp. 11-63.
- FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- FAORO, Raymundo - *Os donos do poder*. 4a. ed. Porto Alegre, Globo, 1977, 1º vols.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 3a. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes- O outro lado do mito*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2003.
- GAMA, Rui. *Engenho e tecnologia*. 1 a. ed. São Paulo, Duas Cidades, 1983.
- GLEZER, Raquel. *Chão da Terra: um estudo sobre São Paulo Colonial*. Tese (livre-Docência)- FFLCH USP, São Paulo, 1995.
- GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2004.
- GODOY, Silvana Alves. *Itu e Ararituaba na rota das Monções (1718-1838)*. Unicamp, Campinas, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia. das Letras., 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Ed Brasiliense, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. Enciclopédia Einaudi. Memória- História, vol.1, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

- LEWKOWICZ, Ida & GUTIÉRREZ, Horacio. “As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: Estudos de História. Franca, vol.4, 1997, pp. 129-146.
- LISANTI FILHO, Luis. *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (O exemplo de três vilas paulistas-campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/29)*. Dissertação de Doutorado, São Paulo 1962.
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Hebert S. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo*. Trad. Laura Teixeira Motta. – São Paulo, 2005
- MACEDO, Concessa Vaz de. *As mulheres, seus ofícios e suas técnicas*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista; 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000
- MATTOS, Maria Izilda. “História das Mulheres e gênero: usos e perspectivas”. In: *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: NEGUEM, 1996, pp. 35-50.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negro da terra; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTH SERRAT, Pablo Oller. *Elite local e governadores gerais: associação e conflito (São Paulo, 1765-1802)*. Anais do III Congresso de Pós-graduação em História Econômica- USP 2006.
- NARDY FILHO, Francisco. *A cidade de Itu*, Ed. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo 1951.
- NAZZARI, Muriel *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil 1600-1900*, trad de Lólio Lourenço de Oliveira. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

- NOVAIS, Fernando. A. "Condições da privacidade da colônia" In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 13-40.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas minas gerais do século XIX*. TESE de Doutorado, USP. São Paulo, 1996.
- PERROT, Michelle. "Mulheres". In: *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 167-231.
- PETRONE, Maria Thereza Schore Petrone. *A lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)*. Difusão Européia do Livro. São Paulo.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 16a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- QUEIROZ, Suely R. Queiroz. *Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial*. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo 1966.
- RIBEIRO, Corinto Luís. *Fazendas Históricas de Itu: presença Bandeirista*. SP: Centro de Pesquisa em Educação, 2000.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres o poder e a família*. São Paulo, século XIX. Ed Marco zero 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "A casa e o trabalho: mulheres brasileiras no século XIX". In: *ANAIS do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo: FEA/USP, 1991, pp. 277-318.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "A mulher e a família na historiografia latino-americana recente". In: *Revista da pós-graduação em história da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 1, n ° 1, 1993, pp. 2523-2547.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Feminismo, Cidadania e Trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX*. tese de Livre Docência USP.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho no Brasil do século XIX". In: SAMARA, Eni de mesquita (org.) *As idéias e os números do gênero*. São Paulo: Hucitec/CEDHAL/VITAE, 1997, pp. 23-61.
- SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1999.

- SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) *Legislação Brasileira*. São Paulo: Série Fontes de Pesquisa/CEDHAL, 2000.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e vida doméstica no Brasil, do engenho aos cafezais*. São Paulo, Humanitas, Estudos CEDHAL, Nova Série, nº 10, 1999.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*. (São Paulo século XVII). Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano. Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCOTT, Joan W. e TILLY, Louise A. *Women, work and family*, New York. Routledge, 1989.
- SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, (revised edition), 1999.
- SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario Língua Portuguesa. Typographia Lacérdina*. 1813. Lisboa.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Sistema de Casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T^a Queiroz Ed. Da Universidade de São Paulo.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Mulheres Brancas no fim do período colonial*. Ed. Unicamp Cadernos pagu (4) 1995: pp. 75-96.
- SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TEIXERA, Paulo Eduardo. *Mulheres, Domicílio e povoamento: Campinas, 1765-1850*. Dissertação de Mestrado Unesp Franca, 1999.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2 vols., 1999.